

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Nas travessias da interface

as novas formas da vida social em rede

CRISTINA PETERSEN CYPRIANO

Belo Horizonte

2013

CRISTINA PETERSEN CYPRIANO

Nas travessias da interface
as novas formas da vida social em rede

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Francisco Coelho dos Santos

Belo Horizonte

2013

Resumo

A ampla propagação do uso das tecnologias de informação e comunicação conectadas em rede repercute em significativas inovações nas formas de vida social e individual. Desde as primeiras apropriações sociais da Internet até a recente prática da conectividade sem fio vem ocorrendo um processo de intensificação nos modos de relação com os aparelhos de conexão em rede. Isso corresponde a um aumento do número de indivíduos provenientes de diversos contextos socioculturais que se servem desse gênero de tecnologia na condução da vida cotidiana, como também diz respeito à multiplicação das atividades que envolvem esse tipo de meios. Tamanha generalização da convivência com essas tecnologias implica em um aprofundamento da intimidade com que os indivíduos se relacionam com elas. No cerne de todo esse processo são realizadas as múltiplas travessias da interface que os aparelhos tecnológicos dispõem entre o mundo físico e o mundo digital. Nessas travessias são forjadas dinâmicas muito particulares, como a colaboração e a sociabilidade em rede. É também por elas que os fluxos digitais circulantes pelas redes tecnológicas passam a integrar cada vez mais o prosseguimento das rotinas que transcorrem no ambiente físico. Desse modo vêm sendo configuradas novas formas de vida social em rede, junto às quais se vê surgir novas experiências de individualidade.

Abstract

The broad propagation in the use of networked information and communication technologies unfolds in meaningful innovations in social and individual forms of life. From the first social appropriations of the Internet to the recent practices with wireless connectivity, the modes of relation with network connection apparatus have been going through a process of intensification. That means individuals from variegated socio-cultural contexts are making use of this type of technology in their daily lives, and also multiplying the activities that involve these communication means. Such a generalization of life together with these technologies implies in a deepening in intimacy levels concerning the relation between these very technologies and their users. In the core of this process, multiple interface traversing movements take place from the physical world to the digital world and vice-versa, rendered possible by the technological devices. In traversing, some interactions of a particular nature come to existence, such as networked collaboration and sociability. It is also through this interaction dynamics that digital circulating flows in technological networks are progressively integrated to physical environment routines. That way, new forms of networked social life are being configured, from which new experiences of individuality seem to emerge.

Para Letícia e André

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de um longo processo de investigação e interlocução. Participam dele tantas pessoas que suscitaram questões, relataram experiências, expressaram opiniões, levantaram dúvidas, abriram brechas, deram apoio afetivo e instrumental e trouxeram novidades, que seria impossível registrar a importância da contribuição de todos e de cada um. Há como, entretanto, exprimir minha gratidão àqueles que, em diferentes situações e de maneiras diversas se envolveram, incentivaram e mesmo viabilizaram o trabalho.

Agradeço a Francisco Coelho dos Santos, meu orientador desde o mestrado que, nas leituras atentas, nas indicações bibliográficas, na confiança em mim depositada e, principalmente, em nossas conversas intermináveis, acompanhou cada detalhe durante todo o percurso.

Aos colegas do Laboratório de investigação em culturas de rede – Link – sou grata pelas vivíssimas trocas acadêmicas. Ana Luisa Gallo da Franca, Priscila Joyce de Souza Oliveira, Gleison Barreto Salin, Rogério Silva-Júnior, Victor Alves Fernandes, Ana Carolina Diniz. A Jair de Souza Ramos agradeço pela seriedade e critério com que integrou a banca de qualificação da tese. Ainda no campo profissional não poderia deixar de agradecer pelo incentivo e força que recebi de Adriano César Machado Pereira, Wagner Meira Júnior, Manoel de Almeida Neto.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – sou grata pela bolsa de doutorado que viabilizou os quatro anos de pesquisa e pelo auxílio financeiro na participação em encontros acadêmicos onde se deram importantes interlocuções.

Também os amigos foram imprescindíveis nesse processo, ainda mais os companheiros de sarau que, nos últimos anos, trouxeram vigor poético ao curso do trabalho. Ana Paola Amorim Valente, Paulo Barcala, Maria Fernanda

Machado, Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Admardo Gomes Júnior, Guilherme Del Débbio, Joanna Angelo Ladeira, Leandro Carvalhar Maciel, Tereza Castro.

À minha família, enfim, a mais profunda gratidão pelo carinho, companheirismo e compreensão com que ofereceram suporte, estímulo e inspiração. Meus pais, Myriam Boffa Petersen Cypriano e Décio Petersen Cypriano, meu marido, Marcos Vinícius Dias Pereira e meus filhos, Letícia Cypriano Pereira e André Cypriano Pereira. Entre os familiares devo muito também ao apoio de meu irmão, Marcelo Petersen Cypriano e de minhas cunhadas, Maria Marta Pereira Scherre, Maria das Graças Dias Pereira e Maria Sônia Dias Pereira.

Espero que cada um receba meu afetuoso reconhecimento quanto à importância de sua participação na realização deste trabalho.

*Se uma pessoa fizesse apenas o que entende,
jamais avançaria um passo.*

Clarice Lispector

SUMÁRIO

Introdução

<i>A interface</i>	13
<i>A vida e as formas</i>	16
<i>As redes</i>	19
<i>A tese</i>	21

I. As novas formas sociais em rede

<i>O vulto da novidade</i>	27
<i>A primeira Web</i>	30
<i>As comunidades virtuais</i>	34
<i>Os usos instrumentais da Web</i>	39
<i>A mudança social e seus agentes</i>	40
<i>A sedimentação intersubjetiva da experiência</i>	43
<i>A Web 2.0</i>	46
<i>Os dilemas da confiança</i>	51
<i>A Web social</i>	54
<i>Os fios da meada</i>	58

II. A colaboração em rede

<i>Os formatos sociotécnicos da colaboração</i>	62
<i>As formas da ação recíproca</i>	65
<i>A colaboração em blogs e wikis</i>	69
<i>Colaboração e conflito</i>	76
<i>O fluxo de bens</i>	80
<i>O ciclo da dádiva</i>	83

<i>As permutas monetárias</i>	86
<i>O consumo colaborativo</i>	91
<i>Os traços da novidade</i>	95

III. A sociabilidade em rede

<i>O difuso sentido da sociabilidade</i>	97
<i>A sociabilidade como forma pura</i>	101
<i>A viva troca de palavras</i>	105
<i>Saber com quem se fala</i>	110
<i>Compor um original livro de rostos</i>	114
<i>O precioso material das permutas</i>	119
<i>A forma sociotécnica da amizade</i>	121
<i>O esboço de uma nova forma da sociabilidade</i>	126

IV. As redes móveis

<i>A mobilidade e a fluidez</i>	130
<i>O indivíduo e seu aparelho sem fio</i>	133
<i>Uma relação muito íntima com a máquina</i>	136
<i>A transposição da interface</i>	141
<i>A interface móvel</i>	145
<i>O fio de Ariadne</i>	150
<i>Inovadoras práticas do espaço</i>	153
<i>As inovações na vida cotidiana</i>	159

V. A individualidade em rede

<i>Um desafio aos limites da individualidade</i>	164
<i>Entre o social e o individual</i>	168
<i>A liberdade da igualdade e da diferença</i>	171

<i>O indivíduo e a liberdade</i>	177
<i>Uma porta que se abre</i>	182
<i>Entre o mundo interior e o exterior</i>	186

Considerações finais

<i>Aventureiros, estrangeiros e habitantes</i>	193
<i>A tarefa do tradutor</i>	202
<i>Expansão e contágios</i>	204

Referências bibliográficas	206
---	-----

Introdução

Introdução

A interface

A ideia de *interface* tem sido frequentemente associada a uma das rubricas informáticas do termo, cuja designação refere-se a um meio pelo qual um indivíduo interage com programas de computador e sistemas operacionais. Ainda mais comum tem sido a vinculação direta dessa palavra às lisas e brilhantes telas dos computadores e de outras máquinas que seguem a mesma linhagem deles. A ampla difusão desse especial tipo de entendimento do termo se dá na medida em que vem se tornando algo familiar a convivência com aparelhos que contêm tecnologias extremamente sofisticadas para o tratamento de informações e comunicações em rede. As interfaces que essas máquinas nos dão a explorar primam por favorecer a interação com elas, simplificando-a ao máximo, habilitando um leigo a lidar com um equipamento tecnologicamente muito complexo. É na relação com interfaces desse gênero que estão sendo forjadas as novas formas de vida social em rede.

Essa espécie de interface está, há aproximadamente duas décadas, se inserindo de tal modo nas rotinas de trabalho, estudo e lazer que já não escapa ao nosso olhar a presença de uma ou mais telas de computador cintilando no entorno de atividades diversas. Isso se passa nas residências, nas escolas, nos escritórios e repartições, nos centros comerciais, nas lojas, nos supermercados, nas agências bancárias, nas bilheterias, entre outros tantos lugares que compõem o universo das nossas vidas cotidianas. E mais, com a recente disseminação das tecnologias sem fio, esse tipo de interface tem sido encontrado também nas mãos de uma enorme e variada gama de indivíduos que estão em trânsito nas ruas, nos ônibus, nos vagões de metrô, nos aeroportos, nos restaurantes, nas filas dos cinemas, nos saguões dos hotéis, nos corredores das escolas e assim por diante. Por conseguinte, a imagem de grandes e pequenas telas reluzentes já passou a integrar extensamente as múltiplas paisagens do nosso dia a dia.

Não se trata, contudo, de paisagens em relação às quais nos posicionamos com algum distanciamento, mas sim da composição do ambiente em que experimentamos o cotidiano de nossas ações. Essa interface que nos autoriza a realizar permutas com sistemas informáticos, cuja natureza na maior parte das vezes foge à nossa esfera de entendimento, tem integrado muitas das nossas práticas. De tal modo que, se já há algum tempo nosso olhar dificilmente a perde de vista, nos dias de hoje temos nos habituado a ter contato físico com ela, seja por intermédio de periféricos como o *mouse* e o teclado de um computador, seja pelo toque nas sensíveis telas que respondem ao calor dos dedos. Também nossas vozes já promovem interação com essa interface maquínica que emite sons quando manipulada, tornando-a ainda mais convidativa à interação.

É notável, portanto, que desde a chegada dos primeiros computadores pessoais que, nos anos 1990, começaram a ser instalados em nossos lares até os recém-propagados aparelhos sem fio que são alojadas junto aos nossos corpos, estamos vivendo um processo de intensificação nos modos de relação com a interface dessas novas tecnologias de informação e comunicação – as novas TICs. Esse processo envolve duas dimensões, uma de caráter mais quantitativo e outra de perfil mais qualitativo. A primeira diz respeito tanto ao aumento do número de indivíduos que recorrem a essas tecnologias na condução de suas ações, quanto à ampliação do elenco de atividades que envolvem esse tipo de recurso. Já a dimensão mais qualitativa remete a um aprofundamento da intimidade com que nos relacionamos com essas máquinas e com as diversas operações que elas nos autorizam a realizar. De maneira que não é nada negligenciável a intercalação dessas duas espécies de intensificação nos modos de apropriação social das novas TICs, considerando que elas têm a peculiar característica de funcionar em rede, dando suporte a fenômenos de interconexão em escala mundial.

Cada vez que um indivíduo interage com a interface de uma dessas máquinas com capacidade para conectar-se à rede mundial de computadores – a Internet –, ele se vê em condições de acessar um ilimitado universo de

tecnologias e informações digitais permanentemente animado pela presença de inúmeros outros indivíduos que também se conectam à rede por meio de seus equipamentos. Trata-se de um ambiente onde toda e qualquer ação se dá por encadeamentos que envolvem não somente os diversos indivíduos e suas máquinas, mas também uma variedade de sistemas informáticos, ondas eletromagnéticas, sinais de infravermelho, cabos, mainframes, servidores, entre outros vários elementos que, articulados em rede, promovem fluxos com potencial para recobrir boa parte do planeta.

Ainda que seja inapreensível em sua totalidade, esse ambiente tecnológico informacional que se abre para além da interface torna-se, por meio dela, acessível. Variam os modos de relação com o que se encontra na rede, assim como variam os modos de interação com as máquinas. A tendência mais geral que se observa, entretanto, é a de uma extraordinária progressão no processo de familiarização com as dinâmicas características desse ambiente – assim como ocorre em relação aos aparelhos de conexão –, sendo que as condições reticulares da Internet em muito contribuem para isso. É uma topologia que favorece os crescimentos exponenciais de certos fenômenos, considerando que quanto mais numerosos são os indivíduos conectados, mais complexos ficam os encadeamentos em rede e mais vigorosos os fluxos em andamento. Por sua vez, quanto maior é a intimidade com a qual esses inúmeros indivíduos acessam esses fluxos e se inserem no âmbito dessas concatenações reticulares, mais profundamente eles assimilam, nos vários domínios da vida, as dinâmicas que são indissociáveis do ambiente tecnológico informacional.

Esse processo repercute em um redimensionamento de muitas das formas de vida social às quais já estamos acostumados. O que está em jogo é a inserção de novas modalidades de ligação em rede que gradualmente ampliam seu alcance tanto no que tange à “extensionalidade” da novidade quanto à sua “intensionalidade”, para usar os termos de Anthony Giddens (1991). Isso significa dizer que “sobre o plano extensional, elas vieram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo”, enquanto, “em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais

características de nossa existência cotidiana” (Giddens, 1991: 14). De modo que as formas de vida social realizadas com a participação dessas novas interações em redes tecnologicamente sustentadas vêm interferindo em nossos modos de ser e estar no mundo.

A vida e as formas

O potencial transformador desse amplo e profundo processo de assimilação social das redes tecnológicas suscita questões de ordens diversas. A começar por uma indagação mais geral que procura saber se estamos efetivamente convivendo com um fenômeno capaz de alterar de maneira significativa nossas experiências de vida social e individual. É um questionamento que tem como referência um olhar para o âmbito da cultura, considerando que é nesse âmbito que se encontram os códigos fundamentais que regem as linguagens, os valores, as hierarquias de práticas, as trocas e mesmo os nossos esquemas perceptivos, como sugere Michel Foucault (1981). O mais interessante no argumento do autor a esse respeito é que ele nos permite considerar a existência de determinadas transformações na esfera da cultura envolvendo decisivas redefinições nesses códigos fundamentais, gerando novidades com as quais temos que lidar e nas quais havemos de nos encontrar, ainda que não estejam muito claros quais sejam os novos parâmetros. É exatamente esse o ponto de vista que dá sentido às indagações em torno das mudanças implicadas na intensa propagação das novas modalidades de ligação em rede, trata-se de formulações que se voltam para o longo processo de formação e transformação cultural. Para tanto, conta-se com a suposição básica de que as novas formas sociais em rede constituem um *produto cultural* do nosso tempo que efetivamente redimensiona nossas experiências de vida.

O tratamento das novas formas de vida social como um produto cultural característico de uma época encontra suporte na extensa obra de Georg Simmel. O pensamento do autor, como é notável pela vastidão dos temas por ele tratados

– a arte, o amor, o segredo, a fidelidade, a aventura, a tragédia, o direito, o dinheiro, o conflito, os cinco sentidos, entre outros –, é a expressão de um minucioso enfrentamento à condição complexa, fragmentária, histórica e processual da cultura. Para ele, o mais elementar de todos os fatores que impulsionam o “processo profundo” da cultura encontra-se em um insolúvel conflito entre a *vida* e as *formas*. Simmel (1990) observa que mesmo a mais elaborada das apreensões conceituais fracassa em tentar definir a vida, tamanho o seu dinamismo. Isso porque, enquanto “vida consciente”, ela é dotada também de “devir consciente dela mesma, em sua mobilidade”, um devir que escapa à rigidez de uma definição (Simmel, 1990. p. 258). Os conceitos falham ao expressar a vida, são limitados, estáveis, pertencem ao domínio das formas. De modo que “a vida, em seu sentido totalmente fundamental”, como Simmel a examina, “não deve ser separada de uma certa ausência de nitidez, de uma certa imprecisão lógica” (Simmel, 1990. p. 258). No entanto, a vida padece por não “encontrar sua própria existência exterior senão nas formas, quaisquer que elas sejam” (Simmel, 1990. p. 230). Seja nos conceitos, nas obras de arte, nas leis civis, nas tecnologias, entre outras inúmeras figuras nas quais a vida encontra expressão, são sempre formas que se portam como um “produto fixo, idealmente irremovível, que retroativamente fixa, de um modo inquietante, aquela vivacidade e a imobiliza” (Simmel, 2005: 82).

A singularidade desse irremediável conflito entre a vida e as formas também é contemplada, a partir de outra perspectiva, por Jacques Derrida (2010). Ele lida com a ideia de uma “relação entre a força e a forma”, considerando que “trata-se sempre da força diferencial, da diferença como diferença de força, da força como *différance* ou força de *différance* (a diferença é uma força diferida-diferente)” (Derrida, 2010: 11). Essa particular apreensão da relação diferencial prima por dar ênfase à potência da diferença como impulso de transformações na própria relação. É, nesse sentido, uma relação “performativa” infiltrada por “situações paradoxais em que a maior força e a maior fraqueza permutam-se estranhamente” (Derrida, 2010: 11). Se aplicarmos esse raciocínio de Derrida ao conflito entre a vida e as formas

teremos a nítida visão de que a força de uma forma é também sua fraqueza, na medida em que a vida ressentida sua rigidez e se põe a miná-la. Também a vida encontra na força de seu dinamismo sua frágil volatilidade, o que a condena à regência das formas diante das quais sempre está a se rebelar. É no decorrer dessas contínuas permutas diferenciais que se encontra a potência transformadora das formas de vida.

O inconciliável conflito que Simmel observa entre a vida e as formas contém uma capacidade motriz equivalente à que Derrida encontra nas forças diferenciais. Na concepção simmeliana esse conflito assume o papel de principal propulsor do inesgotável processo da cultura. Existe uma lógica intrínseca ao processo que só adquire significado na incompatibilidade entre a vida e as formas, embora sejam elas indissociáveis entre si. É como se a vida continuamente ressentisse a exterioridade durável onde se abrigam seus produtos. Essa durabilidade se opõe a seu dinamismo e ela deseja fluir sua própria força, encontrar por si o seu lugar. Sempre que uma modalidade estável já não pode exprimi-la, começa a ser por ela pulverizada, seja de modo mais lento ou mais intenso. Por sua vez, quanto maior é o constrangimento exercido pela forma vigente, mais vigoroso é o conflito que redefine seus limites no sentido de estabelecer, em seu lugar, outra forma mais acolhedora às forças do momento. Isso porque, enquanto a vida pressiona para uma superação das formas que a constroem, somente alcança realidade social quando assume uma nova configuração. Nesse fluxo infatigável a vida dá contorno a novas formas que lhe possam atualizar. Em longo prazo, essa dinâmica proporciona à cultura o aparecimento de novos produtos, como é caso das novas formas de vida social que são moldadas nas múltiplas travessias da interface. Obviamente, todo esse processo é conduzido por indivíduos e mesmo as grandes formações sociais que se desenvolvem para além e por cima deles são realizações da vitalidade que os move em ação recíproca e conjunta.

A vigência desse novo produto cultural não corresponde necessariamente ao abandono ou ao esquecimento das formas sociais que o antecedem e que já estão profundamente enraizadas nos modos de vida de grande parte dos indivíduos. Não se trata de uma superação ou substituição do velho pelo novo. Há, antes, um estado de coexistência entre as novas formas e as anteriores que proporciona interpenetrações entre elas cada vez mais frequentes e profundas. Essa imbricação entre o novo e o que já existia começa a ter relevo quando se observa a especial maneira pela qual a vida social tal qual a conhecemos tem incorporado o que Pierre Rosensthiel (1988) denomina como “fenômeno rede”. Ele propõe uma definição topológica segundo a qual “uma rede é constituída antes de mais nada por nós, que são quaisquer objetos: lugares, memórias, centros de seleção ou de correspondência, máquinas para a informação; depois por ligações de duas a duas: uma ligação é incidente a dois nós, e segundo os casos é orientada dum nó para outro ou não” (Rosensthiel, 1988: 229). Compreendendo que tanto os nós quanto as ligações entre eles podem ser associados a variáveis de toda ordem que permitem qualificá-los.

Tendo por base essa definição topológica há como notar que uma decisiva peculiaridade nas maneiras como a vida social tem assimilado o fenômeno rede encontra-se nas características dos nós e das ligações que eclodem a partir das transposições da interface que tanto delimita quanto promove permutas entre o ambiente físico em que vivemos e o ambiente informático tecnológico que acessamos através de nossos aparelhos de conexão à Internet. Através da interface, nos tornamos *nós* de rede pela cumplicidade que estabelecemos com as funcionalidades das máquinas que temos em mãos, assim como estabelecemos *ligações* uns com os outros pela integração, em uma mesma incidência, de elementos humanos e não humanos. Tamanha é a delicadeza desse tipo de cumplicidade e de integração, que multiplicam as questões em torno da novidade. Estamos, afinal, vivendo uma original experiência como integrantes de rede? Como se dão essas singulares formas de ligação entre nós?

Não é novidade que sejamos integrantes de redes, uma vez que nascemos e passamos nossas vidas inseridos em longas cadeias de ação que se estendem no tempo e no espaço, conforme observou Norbert Elias (1994); como também não é de se espantar que muito daquilo que define nossas experiências singulares está condicionado ao lugar que assumimos nessa imensa teia social. Como integrantes de redes sociais vivemos, de resto, no curso de uma inesgotável interferência mútua nas formas de ser, agir, sentir e pensar em relação àqueles com os quais se entrelaçam nossas trajetórias individuais. E isso diz respeito não somente às nossas relações recíprocas, mas também às relações que cada um de nós estabelece com a totalidade da rede. Também não é de hoje, a propósito, que as metáforas da rede têm tido “grande apelo intuitivo para os pensadores sociais e os cientistas sociais”, como pontua Ronald Breiger (2004). De tal maneira que aquilo que provoca estranhamento nas novas composições reticulares está fortemente relacionado à irremediável vinculação com as máquinas em nossos modos de participar dessas redes. Assim como nas formas de ação recíproca que agregam padrões tecnológicos ao encaminhamento de nossas ações. Diante de tal estranhamento mais perguntas se colocam. Até que ponto essas novas formações em rede encontram legitimidade como forma de vida social? Trata-se, então, de formas sociais que traem novos modos de ser e de viver juntos?

Essas e outras indagações que se tornam cada vez mais específicas conduzem o presente trabalho. Dão impulso a uma investigação voltada para uma variedade de situações e de experiências que permeiam a inserção, em nosso cotidiano, dessas formas de vida social que se desdobram para além da interface das máquinas de conexão. Um estudo que persegue o processo de formação das novas composições em rede desde os pioneiros modos de apropriação das novas TICs. Também procura compreender a maneira como a vida se insere no ambiente tecnológico informacional que se abre nas telas de nossos computadores. Examina as particularidades das dinâmicas propriamente sociais que tramitam nessas redes tecnologicamente sustentadas. Volta-se para a matéria e os produtos das trocas típicas desse ambiente, assim como aborda o

cultivo de laços sociais em meio a dígitos binários. Procura seguir o traçado das novas formas de vida social que emergem dos encadeamentos de ação que se prolongam através da interface. Discute as intervenções desses encadeamentos na continuidade de nossas rotinas e analisa, enfim, as repercussões dessas novas formas sociais em nossa experiência da individualidade.

A tese

O estudo sustenta a tese de que as novas formas de vida social em rede correspondem a um redimensionamento de nossas experiências, no sentido de que aquilo que é vivenciado no espaço contíguo pode ser estendido aos domínios tecnológico informacionais acessíveis através da interface com as máquinas de conexão em rede e, vice-versa, também pela interface as trocas efetuadas em ambiente digital podem ser integradas aos prosseguimentos da vida no ambiente físico. Tal redimensionamento se dá na medida em que ocorrem agenciamentos e contágios entre um *milieu* e outro, em processos de tradução pela interface pelos quais os prolongamentos da vida se dobram sobre ela mesma.

Para tanto, fez-se necessário cotejar duas perspectivas. Uma que se toma pela observação direta dos fenômenos, numa abordagem que permite acompanhar os rastros dos indivíduos que realizam a vida social na Internet, interagir com eles e compartilhar a experiência de integrar as novas redes. Outra que se coloca pela análise do conteúdo manifesto no curso da observação, uma análise que é orientada pela revisão bibliográfica e pela interpretação de dados secundários sobre os temas estudados. A totalidade do estudo exigiu permanente alternância entre uma visão e outra. Nessa empreitada foi possível identificar a vigência de práticas sociais semelhantes em distintos contextos. Semelhanças que, como descreve Ludwig Wittgenstein (2005) “se sobrepõem umas às outras e se entrecruzam. Semelhanças em grande e em pequena escala”

(Wittgenstein, 2005: 52).¹ O detalhamento de tais práticas encontra recurso em um olhar comparativo pelo qual se fazem notar não somente as semelhanças, como também algumas particularidades nos modos pelos quais os indivíduos se inserem e se relacionam nas distintas dinâmicas.

A organização do material analisado obedece a duas principais linhas diretrizes. A primeira delas diz respeito ao caráter histórico do fenômeno. Remetendo aos anos 1990, quando os especialistas em tecnologia começaram a dividir espaço com indivíduos comuns que buscavam recursos na Internet, o trabalho acompanha o gradual processo de inserção da vida social no ambiente digital, dando ênfase a marcadores essenciais na configuração das formas de vida em rede com as quais convivemos hoje em dia. Essa apreensão histórica do fenômeno responde à injunção de acompanhar o curso do profundo processo da cultura e, ao menos, roçar o fluxo da vida que infiltra os limites das habituais formas sociais e encontra expressão nas novas composições em rede. A segunda linha diretriz obedece a uma divisão analítica característica dos estudos de redes, dando primazia à qualificação das ligações que incidem entre os nós para, então, dedicar-se ao exame dos nós propriamente ditos. De modo que inicialmente são discutidas as formas de relação social e de formação de coletivos no ambiente tecnológico informacional, para ser, depois, examinada a especial vinculação entre os indivíduos e suas máquinas que permite as travessias da interface e proporciona a integração entre as novas e as habituais formas de vida.

Partindo desses parâmetros básicos, o primeiro capítulo, que tem como título *as novas formas sociais em rede*, aborda o processo de formação da Web e de suas variantes, sendo que a mais conhecida delas é a Web 2.0, frequentemente qualificada como Web colaborativa e a mais recente é a Web social, nomenclatura que aponta para a ampla disseminação dos sites de relacionamento, os chamados sites de rede social. Particular ênfase é dada à

¹ A esse tipo semelhança que é difusa, Wittgenstein denomina “semelhanças de família” ou “ares de família”, numa referência às “várias semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc.” e que são dificilmente delineáveis sem que se remetam uma a outra. Ver Wittgenstein (2005).

mudança de perfil que ocorre na Web com o passar dos anos, considerando que o uso prioritariamente instrumental da Web acolhe a prática social que conduz às redes de sociabilidade da Web social. Nesse percurso nota-se o importante papel da seminal adesão às comunidades virtuais que marcaram a entrada da vida social na Internet dos anos 1990 e se discute os modos de legitimação dessas formações sociais em redes tecnologicamente sustentadas.

Quanto ao processo de legitimação, é válido ressaltar que não foi feito nenhum inventário onde aparece uma somatória de sentimentos individuais de legitimidade, mas que foi observada uma prática intersubjetiva em que a legitimação se apresenta no persistente cultivo das ligações entre indivíduos que, em grande parte, não se conhecem pessoalmente. Fica notável uma centralidade das condições topológicas das redes na formação desses coletivos e, nunca é demais lembrar, “a interação entre as pessoas e os ‘fenômenos reticulares’ que elas produzem são essencialmente diferentes das interações puramente somatórias das substâncias físicas”, como argumenta Elias (1994: 29). Tal abordagem não nos deixa perder de vista que os próprios frequentadores das redes são agentes de todo o processo; são eles que, nas relações uns com os outros através da interface de suas máquinas, facultam legitimidade às atitudes que vigoram nessas novas composições sociais.

O segundo capítulo, dedicado ao tema da *colaboração em rede*, procura discernir a participação dos diferentes formatos tecnológicos nas várias dinâmicas colaborativas que animam a Web 2.0. A atenção se volta para a colaboração em um sentido mais geral, como toda operação compartilhada que encontra condições de possibilidade nas plataformas tecnológicas da Internet. Pode-se desse modo contemplar as múltiplas formas em que ela tem sido efetuada e assim conhecer distintas constelações sociológicas onde são traçadas ligações entre os participantes. O que interessa prioritariamente é a identificação de alguns conjuntos de interação que dão forma à colaboração nos vários contextos. Isso inclui as relações impulsionadas por forças de atração, como ocorre com o interesse comum, e também as ligações que se tecem por forças de repulsão, a exemplo da concorrência e do conflito que são muito

frequentes entre colaboradores. De maneira que é realizada uma qualificação de tipos de relação social e de permutas que movimentam essas dinâmicas, assim como um levantamento do gênero de produtos e de bens que são postos a circular nessas trocas. Pela análise comparativa são apontados alguns traços da novidade que adquirem relevo nas práticas de compartilhamento integrando algumas das mais estabelecidas formas de colaboração em rede.

O terceiro capítulo é dedicado ao exame da *sociabilidade em rede* de modo a dar relevo aos processos que caracterizam a Web social. Tomando como parâmetro alguns indicadores do que pode ser compreendido como a *forma pura* da sociabilidade, a observação se dirige para as interações que dispensam qualquer finalidade que não seja a criação e o cultivo do laço social. Tais interações são muito frequentes nos sites de rede social e envolvem originais modos de apresentação do *eu* e de relatos biográficos. Em torno disso é realizada uma exposição sobre as novidades que vêm sendo engendradas pela prática da sociabilidade na Web social. Procura-se, assim, aprimorar o que havia sido iniciado no capítulo anterior no que concerne a uma qualificação dos laços que são tecidos no ambiente tecnológico informacional da Web e do gênero de troca que alimenta essas ligações. Nessa análise são encontradas evidências de marcantes diferenças entre as relações de colaboração e as de sociabilidade, embora ambos os modos de relação compartilhem condições intrínsecas às redes que propagam pela Internet.

Já o quarto capítulo promove um deslocamento do olhar para a caracterização dos nós das redes, não mais das ligações entre eles. Dedicado à temática das *redes móveis*, explora na conectividade que é propiciada pela ampla difusão dos aparelhos sem fio o estatuto da mobilidade e da fluidez dessas redes, considerando que o espaço fluido da Web passa a integrar, cada vez mais, o espaço percorrido pelos indivíduos em movimento. Observa-se que tal integração se dá tanto pela interferência mútua entre os prosseguimentos da vida social online e da offline, quanto pelo estabelecimento de um especial vínculo que une o indivíduo e sua máquina como um nó de rede. No bojo dessa discussão é feito um exame da ação de transpor a interface, quando são

realizadas as traduções e os agenciamentos entre o espaço contíguo onde transita o indivíduo e o espaço digital que se alcança através da interface. Também é observada a intercalação das dinâmicas típicas da Web na vida cotidiana dos indivíduos que levam consigo a ubíqua conectividade dos aparelhos móveis. Acompanhando o *vai e vem* por uma interface que está potencialmente em todos os lugares, procura-se dar relevo às novas formas de vida social em rede que são aí realizadas.

No quinto capítulo é feita uma discussão sobre a *individualidade em rede*. Nesse momento, a abordagem se dirige à experiência de individualidade que nasce junto a essas novas formas sociais que são moldadas nas múltiplas travessias da interface. Para tanto, é considerada a dimensão histórica e processual da própria noção de individualidade que, ao longo do tempo, tem manifestado mudanças na medida em que o impulso de liberdade individual assume diferentes direções. As atuais trocas em rede dão mostras de uma nova direção para esse impulso de liberdade, no mesmo movimento em que desafiam algumas das mais fundamentais demarcações que normalmente dão contorno à individualidade tal qual estamos habituados a vivenciá-la. É realizada, então, uma discussão sobre a reconfiguração desses limites no âmbito das novas modalidades de interação em rede, de modo a destacar características que dão perfil a uma emergente forma de individualidade.

Tem-se, por fim, uma discussão sobre os diferentes modos de relação pelos quais os indivíduos se posicionam face às novas formas de vida social em rede. Esses modos de relação são tratados a partir das figuras do aventureiro, do estrangeiro e do habitante. Nota-se que cada uma dessas maneiras de ser *nó* de rede implica em distintas experiências de integração entre o mundo físico e o mundo digital, sendo que todos eles têm a potência de ampliar e expandir o escopo do vivido por meio das múltiplas traduções que são realizadas nas travessias da interface.

I. As novas formas sociais em rede

I. As novas formas sociais em rede

O vulto da novidade

As novas formas sociais que encontram condições de vida nas redes tecnológicas da Internet suscitam questões incontornáveis, afinal, como é possível a vida vir se abrigar em um ambiente que é basicamente informacional, digital? Como ela pode se alojar em um espaço que tanto é maquínico, quanto é impalpável, fluido, inapreensível em sua totalidade? E como pode realizar toda sua potencialidade nessas condições de modo a redimensionar nossas experiências individuais e sociais?

Uma aproximação dessas questões pode ser feita ao considerar, com Simmel (1990), que o fluxo infatigável da vida está sempre em processo de encontrar novas formas que a possam atualizar. A vida se introduz em meio às tecnologias digitais de informação e comunicação e nelas imprime a força de seu permanente fluir. O que está em jogo nessa atual dinâmica é a constituição de “formas tecnológicas de vida”, como sugere Scott Lash. Uma vez inseridos nessas novas formas de vida, nós “atribuímos sentido ao mundo através de sistemas tecnológicos” (Lash, 2001: 107). Isso implica em comunicar aos outros o sentido cotidiano do viver, assim como em uma abreviação das formas de transmitir esse sentido do mundo vivido.

Como alternativa às narrativas que são fruto de longa reflexão, vem sendo disseminado o uso do *texting*, ou seja, o recurso aos brevíssimos textos que são digitados nos aparelhos tecnológicos e instantaneamente enviados aos indivíduos que integram as redes de relações sociais do emissor via SMS – *short message service*, ou, serviço de mensagem curta.² Nota-se aí uma abreviação das

² No início dos anos 1990 foi lançado o primeiro SMS, serviço que propagou extraordinariamente com a adesão aos telefones celulares GSM, padrão tecnológico apropriado

unidades de sentido refletida em costumeiras contrações de palavras – como, por exemplo, a fração “vc” onde se escreveria “você”, ou a abreviatura “abc” em substituição à saudação “um abraço”.³ Marcado pela brevidade e pelo efêmero, o sentido que é comunicado às redes de relações sociais está aberto à intervenção daqueles com quem é compartilhado. E essas comunicações se dão em fluxo contínuo e de longo alcance. O fugaz sentido da vida cotidiana que é partilhado por indivíduos tecnologicamente conectados está apto a atravessar longas distâncias e a fluir permanentemente pelas configurações reticulares dessas novas formas sociais.

Nas formas tecnológicas de vida também os vínculos que estabelecemos uns com os outros são tecidos pela interface com as máquinas. De maneira que as ligações que compõem a intrigante topologia reticular dessas formas tecnológicas de vida “são conectadas não por laços sociais *per se*, mas sim por vínculos sócio-técnicos. Elas são unidas por conexões tão técnicas quanto sociais” (Lash, 2001: 112). Daí decorre a desconcertante impressão de que “já não se sabe ao certo se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de ‘sociais’”, ao mesmo tempo em que “o social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular”, como observa Latour (2012: 19) a propósito da redefinição de sentido daquilo que entendemos por *social*.

Tamanha incerteza quanto à natureza dos laços que são cultivados pela interface com as máquinas implica em uma crônica desconfiança quanto à legitimidade deles e mesmo quanto ao estatuto de *realidade* social da vida tecnologicamente partilhada. Reflexo disso encontra-se em algumas qualificações, como as de “simulacro” (Baudrillard, 1991) e “virtualidade” (Lévy, 1999), que muitas vezes se referem às formas tecnológicas de vida como algo que não corresponde imediatamente à realidade. O mais notável quanto a isso é o fato dessa incerteza surgir precisamente onde aparece uma novidade com

às trocas de SMS. Vale notar que o uso do *texting* é muito disseminado entre os jovens, ajudando a compor uma forma cultural característica de uma juventude conectada.

³ É interessante observar que, embora já esteja amplamente difundido o uso de contrações e abreviações de palavras, principalmente entre os jovens, os mais recentes padrões tecnológicos de digitação em aparelhos celulares estão equipados com autocorretores que reintroduzem a palavra completa nas mensagens via texto.

potencial para transformar o que se pode considerar como sendo a legítima dimensão social de nossas vidas. Uma transformação que não se dá pelo simples acréscimo de uma nova forma de vida social àquela já existente, mas pela profunda assimilação aos habituais modos de vida dessa nova e ainda pouco evidente forma sociotécnica.

Um importante atributo que, de algum modo, justifica a persistente desconfiança quanto à legitimidade dessas novas configurações em rede encontra-se na “natureza heterogênea dos ingredientes que formam os laços sociais” (Latour, 2012: 71). Isso significa considerar que a composição dos vínculos sociotécnicos envolve uma íntima e intrigante cumplicidade entre o humano e o maquínico, o natural e o artificial (Sibilia, 2002), o orgânico e o inorgânico (Lash, 2011), o carbono e o silício (Ferreira dos Santos, 2003). Não que seja uma fusão capaz de dissimular a heterogeneidade que os distingue. O que intriga e requer entendimento é a vigência de uma interface entre eles que interpela muitos dos costumeiros modos de compreender essa cumplicidade. Interpela na medida em que essa nova maneira como damos sentido ao mundo e nos ligamos uns aos outros intervém significativamente nos nossos modos de vida. Já faz algum tempo, afinal, há ao menos duas décadas, que “no trabalho ou no lazer, em casa ou na rua, o sujeito em seu corpo, que até aqui intermediava o contato mente-mundo, tem por interface máquinas inteligentes que lhe superimprimem sua lógica” (Ferreira dos Santos, 2003: 61).

A interface com essas máquinas inteligentes e interativas opera como uma espécie de articulação entre o ambiente material que rodeia o indivíduo e o inapreensível ambiente digital que se estende para além das telas dos aparelhos tecnológicos. Uma articulação que, como a *porta* (Simmel, 2001), assume a dúbia condição de abrir e fechar, ligar e desligar, a passagem entre o finito e o infinito, entre o *lugar* que o indivíduo se encontra, ou seja, “o envolvente de um corpo” (Vaz citando Aristóteles, 2004: 194) e o inapreensível espaço digital das redes tecnológicas. A interface tanto une quanto separa esses ambientes

inteiramente heterogêneos, ela abre e fecha a passagem entre os átomos e os *bits*⁴, para usar os termos de Negroponte (1995).

De modo que as formas tecnológicas de vida se desdobram nas contínuas travessias entre o analógico e o digital, travessias operadas por atos de tradução entre, de um lado, “os zeros e os uns da linguagem digital” e, de outro, as “imagens mais conhecidas, analógicas, da vida cotidiana” (Johnson, 2001: 35). Por tais desdobramentos a vida se expande e redimensiona nossos modos de ser e estar no mundo. E isso vem ocorrendo num ininterrupto processo de apropriação social das tecnologias em rede que teve início nas últimas décadas do século XX e que tem alcançado nos dias de hoje extraordinárias proporções. É no decorrer desse processo que, a despeito de toda desconfiança, as novas formas sociais em rede vêm sendo paulatinamente assimiladas e legitimadas por seus integrantes.

A primeira Web

Nas vésperas do século XXI havia uma crescente disseminação do acesso ao meio digital que é constituído no âmbito da Internet. Esse mundo digital assumiu, à época, a designação *ciberespaço*, numa alusão ao termo cunhado por William Gibson no romance *Neuromancer* (1984).⁵ Fruto da contração entre cibernética e espaço, rendeu inspiração para outros neologismos como *cibercultura*, *cibersociedade*, *cibercidade*, e daí por diante, sempre o prefixo *ciber* aludindo a condições típicas do ambiente digital. Quando a ideia de ciberespaço começou a ser amplamente difundida, ela remetia à configuração de “um novo espaço relacional onde os indivíduos, em vez de se encontrarem fisicamente, conversam e trocam dados através de terminais e redes

⁴ O termo bit provém de uma simplificação da expressão *binary digit*, em português “dígito binário”, vocábulo que refere-se à menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida.

⁵ Hoje dicionarizado em língua portuguesa, o vocábulo ciberespaço alude às “comunicações por redes de computação” (Houaiss), como também a “um ambiente ou espaço ou mundo virtual, composto de dados e programas que o usuário pode acessar ou com os quais pode interagir, como quem se desloca” (Aulete).

interpostos” (Nora, 1995: 11). Frequentar esse novo espaço relacional exigia, então, uma dedicada atenção do visitante, a começar pelas máquinas. Ainda que já houvesse uma acelerada disseminação do uso de computadores pessoais nas rotinas de trabalho, nas escolas e, de maneira crescente, na intimidade dos lares, nada simples era o manejo dos equipamentos que propiciavam a entrada para aquele ambiente onde as relações sociais são indissociáveis das tecnologias interativas. Manipular os aparelhos de conexão em rede pelos quais se davam as interações tecnologicamente sustentadas não era, como viria a se tornar posteriormente, atividade para amador.

De início apenas uma "tecnoelite" (Castells 2003: 36) se mostrava apta a utilizar os computadores de mesa com seus periféricos (teclado, mouse, monitor) e sistemas operacionais (Windows, OS X, Linux, etc.), como também a dominar as linguagens de programação e de marcação (como a HTML) que permitiam transitar fluentemente entre os navegadores e servidores das redes de computadores. De maneira que a frequência ao ambiente digital das redes era facultada a um determinado contingente de especialistas tecnologicamente competentes que, não raro, se juntavam em comunidades onde eram reconhecidos como pares. Tal reconhecimento era pautado prioritariamente pela “descoberta tecnológica (sempre específica da programação de computador num ambiente de rede)” como uma espécie de “valor supremo” (Castells, 2003: 36). As dinâmicas intrínsecas a essas primeiras comunidades de especialistas foram fortemente responsáveis pelo aprimoramento e pela expansão das redes tecnológicas da Internet.

A competência e a descoberta tecnológica não eram, contudo, os únicos dados a serem examinados pelos pares na obtenção de respeito, reputação e autoridade. Os tecnólogos agiam segundo um montante de normas, fossem elas mais ou menos formais, que asseguravam seu pertencimento a uma ou a outra comunidade de especialistas e que interferiam na posição que cada um ocupava em relação aos outros. De maneira que a adequação da conduta significava algo mais que o domínio do conhecimento específico das tecnologias, ou seja, o conhecimento "no sentido cognoscitivo estreito, mas também no sentido do

'conhecimento' de normas, valores e mesmo emoções" (Berger & Luckmann, 2004: 106) que diziam respeito às relações que eram estabelecidas por meio dos terminais de computador. Ou seja, os pioneiros da Internet não somente tinham facilidade para lidar com as máquinas de conexão e os sistemas de navegação em rede, como também possuíam um mínimo de familiaridade com o mundo social (Schütz, 2010) que vinha se constituindo no curso das interações entre eles. Precusores dessa forma de vida social em rede, eles portavam um leque de "receitas confiáveis para interpretar" (Schütz, 2010: 121) esse novo espaço relacional e para nele proceder e se exprimir. Compartilhavam princípios meritocráticos em torno das competências tecnológicas e assumiam atitudes lastreadas pela abertura e pela colaboração em rede, atitudes estas que se tornariam centrais para os posteriores desenvolvimentos das relações sociais na Internet.

Ocorre que, na década de 1990, as coisas começam a mudar de figura, conforme o testemunho de alguns autores. Eles relatam que, em vasta progressão, mais e mais indivíduos "familiarizados com os *modems* encaravam-nos como meio de acederem à informação armazenada em extensas bases de dados" e passavam a se inserir no âmbito das "redes humanas que poderiam ser estabelecidas através das redes informáticas" (Rheingold, 1996: 249). Uma especial relação com as máquinas vinha se configurando na medida em que elas já não eram vistas apenas como novas e sofisticadas ferramentas, "mas como um ambiente, um espaço a ser explorado" (Johnson, 2001: 23). De tal modo que "os *habitués* da Internet ficaram desorientados com as hordas de recém-chegados" (Nora, 1995: 58).⁶ Os novatos eram indivíduos comuns que, ao se aventurar pelo ambiente digital acessado a partir das telas dos computadores, "desenvolveram e difundiram formas e usos na rede: envio de mensagens, lista de correspondência, salas de chat, jogos para múltiplos usuários" (Castells, 2003: 46), entre outros. E isso se deu num momento em que a deambulação

⁶ Vale notar que "em 1994 o número de utilizadores progrediu a mais de 10% por mês! De uma infra-estrutura científico-militar herdada da guerra fria, a Internet tornou-se, assim, em duas décadas, um conjunto de mais de 35 000 redes, ligando cerca de 3,5 milhões de computadores *hosts* e (apesar de ser impossível recenseá-los com certeza), provavelmente, mais de 30 milhões de utilizadores numa centena de países" (Nora, 1995:58).

pelas redes digitais poderia parecer ao “homem da rua, tão inimaginável como visitar Tóquio sem carta nem qualquer noção de japonês” (Nora, 1995: 62). Entretanto, a despeito de todas as dificuldades, foi nesse exato momento que os novos “milhões de usuários levaram para a Net suas inovações sociais com a ajuda de um conhecimento técnico limitado” (Castells, 2003: 47).

A apropriação social em escala da rede mundial de computadores deu ocasião à ampla propagação da *World Wide Web*, também conhecida como WWW, ou, simplesmente Web, como viria a ser nomeada posteriormente. A Web acabou se tornando, de longe, a mais difundida das sub-redes da Internet por oferecer ao utilizador uma navegação simples que incentiva a exploração. Tem como elemento básico o *hyperlink*, “uma propriedade tecnológica que permite a conexão entre *sites* (ou *webpages*)” (Park & Thelwall, 2008: 192). De modo que sua lógica estrutural é tributária da topologia reticular: trata-se de um conjunto de *nós* entre os quais incidem *ligações*. Daí a exigência de um deslocamento que processa ponto a ponto, de um nó a outro por meio das ligações que se tecem entre eles. As opções de trajeto ficam colocadas pelas alternativas que vão sendo encontradas no decorrer do caminho, como se dá com o viajante de um labirinto que prossegue de uma encruzilhada a outra sem recurso a mapas que lhe ofereçam uma visão de conjunto das possíveis direções.

Por outro lado, o total desconhecimento da arquitetura do espaço pelo qual transita, permite ao viajante tornar-se construtor do percurso que desdobra diante de si.⁷ Isso é central na consideração de que, mesmo não assumindo o distanciamento cognoscente do cartógrafo, o indivíduo que navega na Web cria seu próprio caminho pelas opções que lhe são dadas em meio a dígitos binários que trafegam por redes físicas, compostas por máquinas conectadas por fibra ótica, por cabos submarinos, por roteadores, por satélites, por ondas eletromagnéticas e daí por diante.

A lógica estrutural da Web proporciona não somente a criativa navegação entre um ponto e outro da rede, como também faculta a ligação entre

⁷ Sobre o viajante do labirinto, ver Rosensthiel (1988).

indivíduos e/ou grupos que se encontram dispersos pelos vários continentes, além de permitir múltiplas conexões simultâneas. Trata-se de condições que recaem sobre uma radicalização da capacidade de “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991: 29) – situação que Anthony Giddens havia observado como sendo uma das principais *consequências da modernidade* e que encontra especial condição nos usos sociais da Internet.⁸ De modo que a incrível capacidade de “dissociação entre o simultâneo e o contíguo” (Vaz, 2004: 190) que desde o início caracterizou o suporte interativo da Web mostrou-se como elemento fomentador de novas configurações de relações sociais. E foi o que se deu na composição das *comunidades virtuais*, uma das primeiras formas de vida social a ser configurada em meio às redes tecnológicas.

As comunidades virtuais

É indiscutível a fragilidade da “noção de ‘comunidades virtuais’ proposta pelos pioneiros da interação social na Internet” (Castells, 2003: 105). Primeiramente porque as condições da vida social na Web sempre foram rigorosamente heterogêneas àquelas que ajudam a definir o que poderia ser considerado como uma forma comunitária de convivência. Exemplo disso é a experiência compartilhada de *lugar*, como destacou Howard Rheingold (1996). Ele observou que, “no caso de comunidades tradicionais, os indivíduos possuem um modelo mental do sentido de lugar intensamente partilhado – a sala, aldeia ou cidade onde ocorrem as suas interações”, por sua vez, nas redes tecnológicas digitais, os diversos indivíduos “observam as respectivas comunidades virtuais através de lentes diferentes” (Rheingold, 1996: 85). Ainda que haja um ponto de encontro (um site, um tópico, uma conferência) que situe as interações na Web, trata-se sempre de “um lugar cognitivo e social, e não um lugar geográfico”

⁸ Esse deslocamento foi discutido Giddens como uma situação de “desencaixe” espaço-temporal. Ver Giddens (1991).

(Rheingold, 1996: 83). Um lugar que pode ser experimentado por tantas perspectivas diferentes quanto forem os indivíduos que nele se encontram.

Esses pontos de convergência no ciberespaço que, de alguma maneira, assumem o estatuto de lugar social-cognitivo foram denominados por Barry Wellman (2001) como *cyberplace*, ou, em língua portuguesa, *ciberlugar*. O autor considera a existência de uma transformação do “ciberspaço em ciberlugares” (Wellman, 2001: 229) que se dá a partir do cultivo de “laços comunitários” entre os frequentadores da Web. Essa análise de Wellman representa a pura lógica do enredamento, pela qual os lugares são forjados a partir da interseção dos laços entre os nós. O que se tem como referência nesse sentido é um ponto na rede para onde dirigir-se por meio dos *hyperlinks* e onde podem ser tecidos vínculos de afinidade frequentemente carregados de significado para aqueles que os criam e sustentam. São ligações interpessoais que se estendem “através das habituais fronteiras geográficas e políticas, ‘às cavalitas’ da infra-estrutura global de comunicações” (Rheingold, 1996: 15).

Outra delicadeza para a ideia de comunidade virtual surge do permanente cruzar de fronteiras, como é o caso das fronteiras geográficas. Latour (2012) chama nossa atenção para a importância normalmente dada à delimitação de fronteiras capazes de distinguir “grupos” de “antigrupos” (Latour, 2012: 56). E isso realmente faz sentido em muitos dos habituais modos de formação de coletivos, mas perde sua força quando ficam altamente permeáveis os limites. As subseqüentes travessias de fronteiras dissimulam a percepção de uma nítida distinção entre o “dentro” e o “fora” que normalmente sustenta o sentimento de “mesmidade” (Bauman, 2003) entre os membros de uma comunidade. Essa superação de limites está muito mais em sintonia com outras formas de relações sociais marcadas pela diferenciação individual e pelos vínculos que são estabelecidos justamente com os “de fora” do habitual grupo de convivência. Simmel (1986) já havia observado que a conservação da igualdade entre os membros de um determinado coletivo ajuda a intensificar os limites que distinguem esse coletivo de outros. Daí se pode observar o quanto, em modos de vida comunitariamente compartilhados, os jeitos de ser dos

indivíduos tendem a se adequar a unidades niveladoras. Estas últimas, por sua vez, garantem aspecto homogêneo ao conjunto, enquanto fomentam laços fortes entre seus membros.

Em direção oposta cooperam as múltiplas e quase instantâneas travessias de fronteiras proporcionadas pelas tecnologias de comunicação e informação da Internet. Elas incrementam um processo no qual “diferenciação e individualização afrouxam o laço que nos une aos que estão mais próximos, mas em troca criam um novo laço – real ou ideal – com os mais afastados” (Simmel, 1986: 745).⁹ E os novos laços que vinham sendo tecidos nos primeiros momentos da Web eram permeados por um sentimento comunitário em torno das afinidades – de interesse, de gosto ou de opiniões – que aproximavam indivíduos diferenciados, singulares, geograficamente dispersos. Tratava-se, na realidade, do aparecimento de um tipo de formação social que combina “‘comunidades de escolha’ e interação individualizada” (Castells, 2003: 111).¹⁰

Nada negligenciável, entretanto, foi a aceitação geral da concepção de comunidade entre aqueles que compartilhavam suas experiências individuais em sites da Web, como relata Rheingold (1996). Tratava-se de uma convivência lastreada por elementos que traziam particular sentido comunitário às relações sociais que eles teciam entre si, o que inclui a comunhão de significações e de práticas básicas de rotina, fatores fundamentais para as ligações comunitárias. E, o fato dessas significações e práticas serem partilhadas em meio sociotécnico não impedia que o sentido de comunidade que, àquela época, vinha sendo cultivado na Web gozasse de “legitimidade emocional profunda” (Anderson,

⁹ O que Simmel apresenta é uma *lógica*, uma conexão entre dois processos que se influenciam reciprocamente e articulam uma dinâmica onde “a individualidade do ser e do fazer cresce, em geral, na medida em que se amplia o círculo social em torno do indivíduo” (Simmel, 1986: 742). Sua tematização se dava em torno de uma ampliação que envolvia, na virada dos séculos IXX-XX, o adensamento demográfico, o aumento da mobilidade por grandes extensões territoriais, a ultrapassagem de fronteiras e o contato entre grupos distintos. Isso não impede, contudo, uma atualização da lógica por ele proposta na forma das relações sociais em rede na Internet, ainda que pouco, ou quase nada se saiba sobre a natureza dos laços tecidos na Web.

¹⁰ A esse “padrão social”, para usar o termo de Castells (2003, 109) é atribuída a definição de “individualismo em rede” proposta por Barry Wellman.

2008: 30) por parte de seus integrantes.¹¹ É interessante recorrer à abordagem de Benedict Anderson para enfatizar a força dos laços que podem ser tecidos entre indivíduos que nunca se viram face a face e que talvez nunca venham a se encontrar pessoalmente e assim perceber essas comunidades virtuais que propagaram nos anos 90 como inovadoras formas de *comunidades imaginadas*. Imaginadas não no sentido de serem falseadas em sua autenticidade, mas sim no de serem criadas, inventadas e legitimadas por aqueles que as experimentam.

De maneira que, segundo descrição de Rheingold (1996: 16), os “milhões de pessoas”, provenientes de distintos contextos socioculturais, sentiam-se “atraídas, mesmo viciadas pelas comunidades unidas por computador”. E não se tratava exatamente da formação de “uma subcultura online única e monolítica, antes, um ecossistema de subculturas, umas frívolas e outras sérias” (Rheingold, 1996: 16). E foi na forma de um conjunto de agrupamentos entre os quais podiam transitar os primeiros aventureiros da Web que foi sendo configurado um leque de práticas e significações compartilhadas, fatores que usualmente oferecem a “base geral das subculturas, ou de qualquer comunidade”, como adverte Lash (1997: 178). Algumas dessas subculturas eram pautadas por trocas em torno de conteúdos acadêmicos, outras eram fomentadas por ativismo político, outras, ainda, se firmavam em torno da procura romântica de um par. Podia-se também, no âmbito daqueles coletivos que se constituíam em meio a computadores e softwares, “vender o cortador de relva, publicar uma novela ou dirigir uma reunião” (Rheingold, 1996: 16). Sempre os novatos contando com a ajuda de veteranos aptos a agir como anfitriões que “recebem os recém-chegados, fazem as apresentações, limpam tudo no fim da festa,

¹¹ A esse respeito, Rheingold (1996) dá um depoimento que expressa a legitimidade emocional das relações que ele mantinha na comunidade virtual. Ele descreve: “quando uma noite minha filha me surpreendeu a abafar o riso frente ao computador, deve ter pensado que eu estava sozinho, ali sentado à secretária; do meu ponto de vista, eu estava em contato directo com uma panóplia de velhos e novos amigos, colegas e desconhecidos” (Rheingold, 1996:15). Nesse sentido, os integrantes das comunidades virtuais pareciam atualizar nas trocas típicas da rede o sentimento de “comunidade imaginada” identificado por Benedict Anderson (2008) em relação às nações.

provocam o debate e, se for caso disso, separam adversários mais agressivos” (Rheingold, 1996: 58).

A vivacidade com que essa particular forma de relação social se disseminou pela Web nos anos 1990 tem, como observa Castells (2003), a “virtude” de chamar “a atenção para o surgimento de novos suportes tecnológicos para a sociabilidade, diferentes de formas anteriores de interação, mas não necessariamente inferiores a elas” (Castells, 2003: 105). Por sua vez, foi um fenômeno que estimulou a “discussão ideológica entre aqueles nostálgicos da antiga comunidade, espacialmente limitada, e os defensores entusiásticos da comunidade de escolha possibilitada pela Internet” (Castells, 2003: 105). É válido notar que as apreciações carregadas de juízo de valor costumam ser fundamentadas por algum tipo de comparação com os habituais modos de interação social – principalmente aqueles que se dão “face-a-face” – que avalia o aprimoramento e/ou a decadência qualitativa que pode estar implicada nas novas formas de relação social. No que tange à noção de comunidade, já foi possível notar que há uma mudança significativa em alguns de seus principais balizadores, como a concepção de lugar e a demarcação de fronteiras. De tal mudança pode-se intuir que a novidade não se apresenta em uma relação de continuidade com as costumeiras formas de viver junto, motivo pelo qual parece inócua a busca de algum tipo de esmaecimento ou de avivamento dessas ou daquelas características. Entretanto, há uma perseverança das discussões ideológicas que, desde os anos 1990, seguem cindindo as apreciações sobre as formas de relação social que se desenvolvem nas redes tecnológicas digitais.

Pierre Mercklé (2011) comenta essa cisão ideológica ao constatar que não é incomum encontrar, “de um lado, uma visão ‘tecnófila’ encantada, fazendo da Internet o motor do advento de uma sociedade global mais aberta, democrática, fraterna, igualitária” e, de outro, “uma visão ‘tecnófoba’, fazendo, ao contrário, da Internet um fermento de nivelamento dos valores e de destruição da ligação social” (Mercklé, 2011: 82). A respeito dessa oposição de perspectivas ele considera que “uma análise propriamente sociológica deveria, evidentemente, se esforçar para se manter a igual distância dessas duas visões

fortemente impregnadas de julgamento de valor” (Mercklé, 2011: 82). Ponderação indispensável, pois, o que existe de efetivamente novo nas novas configurações sociais em rede comporta tanto características positivas quanto negativas, assim como intervém nos modos habituais de vida social também de maneira positiva e negativa, a um só tempo. Afinal, muito mais premente que julgar a novidade é desvelar suas formas. E foi justamente nas comunidades virtuais da Web que elas começaram a adquirir algum contorno, ainda que nunca tenham deixado de ser pequenos pontos que acolhiam a prática social num universo tecnológico onde os usos eram prioritariamente instrumentais.¹²

Os usos instrumentais da Web

Enquanto nos anos 1990 as práticas sociais na Web cooperavam na criação de formas inovadoras de vida social em rede, os usos instrumentais da Internet tinham a propriedade de inserir essa novidade nas diversas atividades da vida cotidiana. O *e-mail* é exímio exemplar dessa capacidade de generalizada inserção do uso das tecnologias de conexão em rede no dia a dia dos utilizadores. Desde o início e até hoje o e-mail tem servido “a objetivos de trabalho, a tarefas específicas e a manutenção de contato com a família e os amigos” (Castells, 2003: 99). Trata-se de uma ferramenta de comunicação amplamente apropriada para fazer cumprir as mais diversas finalidades e que vem sobrevivendo às mudanças de perfil que a Web tem apresentado nesta primeira década do século XXI. Baseado no modelo *um-para-um* de comunicação, o e-mail – assim como os serviços de mensagem instantânea – dividiu espaço com os *chats* e os *fóruns*, ferramentas que assimilam a lógica *muitos-para-muitos*, posteriormente difundida entre os sites de *redes sociais*.

Ao uso prioritariamente comunicacional, que caracteriza boa parte da instrumentalidade da rede, vem se juntar o recurso às informações processadas

¹² A distinção entre a apropriação social e o uso instrumental foi tematizada por Castells (2003:99) e voltou a ser em Castells et *alii* (2009, pp 196-197). Essa distinção também foi explorada, sob outra perspectiva em Santos & Cypriano (2011b).

por tecnologias extremamente hábeis para lidar com elas.¹³ Um recurso tão presente em nossas vidas que fica impossível discordar da avaliação de Castells ao observar que “como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (Castells, 2001: 78). É indiscutível, afinal, que a progressiva banalização do uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs –, interligadas em rede, intervém de maneira significativa na condução da vida social e individual. E isso vem sendo indicado desde o início por aqueles que fizeram público seu testemunho do processo de assimilação social da Internet na condução da vida.

A mudança social e seus agentes

Dominique Nora (1995) é uma das autoras cujo testemunho apontou para diferentes dimensões da vida social que, na última década do séc XX, já se mostravam em alguma medida reorganizadas a partir da difusão do recurso às TICs da Internet. Ela identificou mudanças que começavam a ocorrer na gestão de serviços públicos, na prática do comércio, no exercício da liberdade de expressão, na concepção de privacidade, no direito à propriedade intelectual, para argumentar que, em conjunto, tais alterações viriam a ter “uma influência decisiva sobre a nossa civilização” (Nora, 1995: 11). Contemplado à luz da discussão de Norbert Elias na *teoria dos processos civilizadores*, esse diagnóstico da autora assume a dimensão de um processo de mudança civilizatória, ou seja, de uma “mudança na conduta e sentimentos humanos” (Elias, 1993: 193) que é condizente com “mudanças específicas na maneira como as pessoas se prendem umas às outras” (Elias, 1993: 195).

¹³ Outro fator que foi fundamental para a disseminação da Internet foi seu uso comercial, responsável por uma série de inovações no campo da produção e do consumo, inovações que serão tema de análise em outro momento desse estudo.

Acontece que a mudança não é evidente em sua totalidade para aqueles que estão inseridos no processo. Normalmente “apenas conseguimos conceber pontos isolados, mudanças abruptas e separadas, ou absolutamente nenhuma mudança” (Elias, 1993: 231). Períodos de transição, entretanto, “proporcionam uma oportunidade especial à reflexão: os padrões mais antigos foram contestados, mas os novos ainda não surgiram. As pessoas se tornam mais incertas em matéria de conduta” (Elias, 1993: 267).¹⁴ Essa incerteza faz parte da perspectiva de Nora sobre a novidade que nascia diante de seus olhos. Ela vislumbrava profundas mudanças em andamento ao dar o testemunho de que “nesta cibersociedade, espelho deformador da vida real, ainda está tudo por fazer, inventar, organizar. E com urgência”, uma vez que, “longe de constituir um terreno de jogos para marginais e tecnodesviantes, o ciberespaço é, pelo contrário, um desses estaleiros do futuro que tem potencial para alterar as nossas vidas” (Nora, 1995: 11).

O potencial de mudança nos modos de ser e de conviver somente faz valer sua força pela ação dos indivíduos que assimilam as formas tecnológicas de vida em seu dia a dia. São eles os agentes das experiências que transitam entre o meio analógico e o digital, entre o mundo *off-line* e o *on-line*. Há que se notar que são agentes e não meros depositários daquilo que absorvem de um lado e de outro da interface. Eles são os realizadores da experiência de transposição da interface, na medida em que encontram uma abertura para isso. Uma experiência, como propõe Jacques Derrida (2010), “passa através e viaja a uma destinação para a qual ela encontra passagem. A experiência encontra sua passagem, ela é possível” (Derrida, 2010: 29). De maneira que, por alguma

¹⁴ Este movimento de abandono das formas herdadas sem que novas formas tenham sido criadas em seu lugar é discutido em um interessante texto de Jean Duvignaud sobre a *transição* da Idade Média para a Modernidade. A ênfase dada ao termo *transição* decorre da abordagem que observa o cruzamento de dois modos de civilização durante um longo período de tempo nas proximidades do século XV. Enquanto a Idade Média se esvaziava de sua substância vital, mantinha seus valores. As normas que acompanhariam a emergência da economia capitalista ainda não haviam se formado. Duvignaud elabora todo o seu argumento com referência à arte barroca, dizendo que “não é de um enlouquecimento diante da cultura em geral que testemunha isso que nós chamamos barroco, mas de uma desordem do homem privado de sua cultura tradicional e que tortura as formas que esta deixa a ele como legado sem poder ainda conceber as novidades nem inventar as formas desconhecidas”. Ver DUVIGNAUD. Jean. *Fêtes e civilisations*. Paris: Scarabée & Co, 1984. p. 130.

brecha, os utilizadores da Internet enxertam vida no ambiente tecnológico informacional, seja pelo registro de um comentário, seja pelo *upload* de uma imagem ou pela simples cotação de um serviço, entre outras das inúmeras maneiras pelas quais é possível se colocar nos vários domínios da Web. De tal modo que, através da tela plana, lisa e cintilante de um dispositivo tecnológico, o indivíduo pode fazer imergir seus interesses e opiniões, seus gostos e desgostos, suas memórias e expectativas, suas conquistas, suas habilidades, seus amores e dissabores. E, no mesmo ato em que imprime suas marcas e deixa seus rastros, torna-se uma espécie de habitante das redes por onde navega, no sentido de tornar-se parte integrante delas e passar a compor junto com aquilo que encontra.

A esse propósito, tem se tornado a cada dia mais trivial para o indivíduo que acessa a Web intrometer-se em meio a uma infinidade de informações textuais, visuais e sonoras pela simples postagem de um vídeo caseiro ou de uma foto, pela digitalização de uma música ou pela disponibilização de uma ideia. Acontece que a atitude dos indivíduos que compartilham com a rede aspectos singulares de sua experiência cotidiana contém a faculdade de conduzir a vida até o ambiente digital. Ao passo em que mais e mais frequentadores da rede assumem tal conduta e, em ritmo e intensidade variáveis, se arriscam, se abrem, se expõem e se colocam em ação recíproca através das plataformas tecnológicas, mais fazem entrelaçar suas trajetórias, cultivar laços. Laços sociotécnicos (Lash, 2001), vale lembrar. As teias tecnológicas se dispõem às *performances* da vida social – nos múltiplos encontros, desencontros, vestígios de interações – abrigando os “vários modos que lhes dão existência” (Latour, 2012: 59) através da interface.

Por sua vez, esses mesmos indivíduos que levam a vida *off-line* ao mundo dos bits trazem para a prática cotidiana suas vivências *on-line*, sejam elas de cunho social ou instrumental, sejam elas prioritariamente afetivas ou cognitivas. Nessas múltiplas travessias da interface, eles promovem uma ampliação da gama de experiências sociais possíveis. Prolongam o escopo do vivido. Trata-se dos agentes da inovação, aqueles que efetivamente mudam o andamento das

coisas, “não mudá-lo no sentido, sem dúvida um tanto ingênuo, da intervenção calculada, deliberada e estrategicamente controlada, mas no sentido da intensificação máxima de uma transformação em curso” (Derrida, 2010: 14). É uma multidão de indivíduos que legitimam a novidade enquanto avivam uma mudança profunda nas maneiras de conduzir o dia a dia.

Esses agentes incorporam a seus modos de ser alguns dos principais elementos que oferecem sentido à germinal apropriação da Web. Eles reverberam a atitude de abertura e compartilhamento muito difundida entre os primeiros especialistas da Internet; atualizam as configurações sociais pautadas por afinidades entre indivíduos altamente diferenciados – como se dava nas comunidades virtuais; absorvem na vida cotidiana as dinâmicas comunicativas e os fluxos de informação que circulam pelas redes. E o fazem por um modo tão profundo de assimilação que, desde a primeira Web, vem “alterando fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos ou morremos”, como pondera Castells (2001). Mudanças fortemente lastreadas por processos intersubjetivos de legitimação das novas formas de vida social em rede.

A sedimentação intersubjetiva da experiência

As experiências compartilhadas em torno do acesso à Web assumem outra dimensão a partir do momento em que começam a contar com um acervo mais consistente de práticas significativas, de princípios de conduta, de valores. Acervo que se constitui na medida em que as experiências compartilhadas passam por um processo de “sedimentação intersubjetiva”, nos termos de Berger & Luckmann (1985), ou seja, se inserem em um processo de *objetivação* que “abstrai a experiência de suas ocorrências individuais biográficas” e as torna “uma possibilidade objetiva para todos” (Berger & Luckmann, 1985: 97), ao menos para todos aqueles que se conectam à rede. Obviamente que essa convergência de biografias exteriorizadas não corresponde a uma simples

somatória dos distintos desempenhos, o que ocorre é uma integração por “reciprocidade dotada de sentido” (Berger & Luckmann, 1985: 91). Tal reciprocidade sucede da relevância que os indivíduos cujos percursos se entrelaçam atribuem para um tipo ou outro de ação. De modo que passam a se pautar por uma espécie de “tipificação recíproca” (Berger & Luckmann, 1985: 79) pela qual são tornadas habituais algumas das condutas que persistem no prosseguimento da história compartilhada pelos frequentadores da Web.

A princípio, nada impediria que um meio tecnológico fortemente definido pela instrumentalidade de seu uso se caracterizasse por uma condução mais individualizada de ações até certo ponto independentes umas das outras, fator que dispensaria em grande medida a composição de um acervo comum de conduta. Entretanto, o rumo seguido pelo desenvolvimento da Web se volta para outra direção. Como observou Wellman em 2001, a grande mudança provocada pela propagação do uso das redes de computadores ocorre “nas maneiras como as pessoas contatam, interagem e obtêm recursos umas com as outras” (Welman, 2001: 60).¹⁵ A tendência que o autor identificou há uma década – e que parece não perder o fôlego até os dias de hoje – é a de uma proliferação das redes de relações sociais em meio às redes tecnológicas, nas quais os indivíduos direcionam seus interesses, escolhas e solicitações na direção uns dos outros. E isso foi fecundado ainda num tempo em que a Web era prioritariamente instrumental.

A imagem que se tem dos indivíduos que, desde os primeiros usos da Internet, interagem entre si em meio a sistemas tecnológicos digitais remete à metáfora que Elias (2005) havia proposto em sua abordagem sobre as tramas reticulares que dão forma à vida social. Trata-se de pessoas “orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos” (Elias, 2005: 15). É óbvio que, na Web, as escolhas por um ou outro

¹⁵ Seu prognóstico diz respeito ao aprimoramento na Web de um processo que ele denomina como “*networked individualism*” ou “*individualized networking*” (Welman, 2001:60), individualismo em rede ou enredamento individualizado.

serviço de rede implicam em diferentes formatos sociotécnicos de agregação de rede, afinal, os sistemas informáticos que integram essas redes são inteligentes e operam segundo padrões interativos. Também é preciso levar em conta que são altamente mutáveis as diversas configurações de rede de relações sociais que se dão em meio a essas tecnologias interativas. De maneira que, ainda tomando a perspectiva de Elias, os conjuntos mais amplos de relações sociais se mantêm “em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações” (Elias, 1994: 35). Essa ausência de estabilidade só faz aumentar a necessidade de um contínuo processo de tipificação recíproca para dar alguma consistência às longas cadeias de ação pelas quais se enredam os indivíduos.

Mesmo considerando que desde o início os usos instrumentais da Web vêm acolhendo a prática social, também não haveria empecilho para que, na duração dessa experiência compartilhada, fossem formados feixes de sedimentação intersubjetiva, pelos quais as condutas tornadas habituais seguissem paralelas umas às outras. Seria esse o caso se tivessem fincado raízes as diferentes subculturas que foram germinadas nas comunidades virtuais. Como uma constelação de tipificações recíprocas essas subculturas manter-se-iam em alguma medida independentes umas das outras, coexistindo pacificamente. Mas não foi exatamente isso que se deu. Os limites que definem alguma diferença entre os padrões sociais são permanentemente vazados por indivíduos que transitam de um ponto a outro da Web e que se envolvem em um diversificado leque de interações.

Ao fato de que “as pessoas se ligam e se desligam da Internet”, vem se somar o de que, uma vez conectadas, elas “mudam de interesse” e se dirigem de um “para outros padrões online” (Castells, 2003: 108). O fluxo é permanente. De modo que, durante a navegação, existe sempre algum tipo de interferência mútua na definição de ações relevantes, dinâmica que incide sobre a sedimentação intersubjetiva de um repertório que tem se tornado tanto mais genérico quanto mais flexível. É um processo dessa natureza que faz relativamente coerente o complexo de práticas e de padrões de conduta que dá consistência ao que se convencionou chamar de Web 2.0.

É notável que “a linguagem torna-se o depósito de um grande conjunto de sedimentações coletivas, que podem ser adquiridas monoteticamente, isto é, como totalidades coerentes” (Berger & Luckmann, 1985: 97) que interligam uma variada gama de experiências compartilhadas.¹⁶ Algo desse gênero se deu com a noção de *Web 2.0*, que passou a abrigar uma diversidade de padrões tecnológicos e de atitudes dos frequentadores da Web na forma de uma totalidade coerente. O curioso é que isso se deu à revelia dos próprios utilizadores que buscavam compreender o sentido dessa nova Web, se é que havia ali alguma nítida novidade que pudesse ser apreendida como um todo. Em meados de 2002, o termo Web 2.0 foi praticamente consagrado “com mais de 9,5 milhões de citações no Google” (O’Reilly, 2006: 1), embora não houvesse qualquer tipo de consenso quanto a seu significado.

Passados dez anos restam ainda controvérsias sobre os usos dessa designação, o que não dificulta a irrestrita difusão do qualificativo *2.0* junto a toda ordem de eventos – como é o caso das noções de “empresa 2.0”, “governo 2.0”, “democracia 2.0”, “geração 2.0”, entre outras. Danah Boyd (2008) chama nossa atenção para o fato de que o termo Web 2.0 “significa coisas diferentes para grupos diferentes” (Boyd, 2008: 1). Aos olhos do especialista em tecnologia, por exemplo, diz respeito ao *beta perpétuo*, cujo significado remete a tecnologias em permanente estado de desenvolvimento, tecnologias baseadas em “interações em tempo real, conteúdos gerados pelo usuário, remixagens e *mashups*, aplicativos e *softwares* de código aberto que permitem a colaboração em massa no ciclo de desenvolvimento” (Boyd, 2008: 2). Já para o usuário comum, a Web 2.0 assume o sentido de um modo de gerir informações que é organizado em torno dos outros usuários. Há também outras perspectivas, como a do mundo dos negócios, que dão relevo a outras facetas do mesmo termo. O que fica evidente, contudo, entre as diversas apropriações do termo é a

¹⁶ Em uma nota de rodapé, Berger e Luckmann fazem um referência à expressão ““aquisição monotética” de Husserl” e observam que foi também muito utilizada por Schütz. Ver (Berger & Luckmann, 1985:97).

vigência de um fenômeno que invariavelmente transcorre nas “interseções entre tecnologias e práticas sociais” (Boyd, 2008: 2).

A primeira tentativa de apresentar uma definição mais severa para a nova Web que emergia da primeira foi publicada em 2005, no seminal “*What is Web 2.0*”, de Tim O’Reilly.¹⁷ Esse texto é fruto de uma empreitada cujo objetivo geral foi elencar “as várias ideias que irradiam do centro da Web 2.0” (O’Reilly, 2006: 3). Nele, o autor oferece uma visualização da interseção sociotécnica remetendo a “um conjunto de princípios e práticas que interligam um verdadeiro sistema solar de sites que demonstram alguns ou todos esses princípios” (O’Reilly, 2006: 02). Sendo que um dos princípios centrais aparece designado pela expressão “web como plataforma” (O’Reilly, 2006: 3) para dar conta de um importante redirecionamento do uso das TICs de conexão em rede. Se, a princípio, o computador pessoal era o estaleiro das operações *online*, aos poucos ele perde espaço para as aplicações que circulam pela rede. Deixa de ser essencial a prática do *download* pela qual todo e qualquer conteúdo só pode ser gerido no computador do usuário e começam a ser difundidas as atividades em rede – também conhecidas como *streaming*, no sentido de que são realizadas no fluxo das mídias que compõem a Internet.

A Web como plataforma foi viabilizada pela difusão de algumas tecnologias que facilitam e incentivam a inserção dos usuários comuns nas redes informáticas. E mais, são tecnologias cujo desempenho solicita a participação desses usuários, seguindo a já referida lógica do *beta perpétuo*. Exemplo disso encontra-se no buscador Google que se torna mais eficiente na condução das navegações em rede ao passo em que são realizadas tais navegações, visitados os sites e abertos novos links entre as páginas que constam em sua gigantesca base de dados. Outro importante fomentador da chegada do usuário não especialista aos domínios da rede é a incrível facilidade de manipulação de conteúdos em suportes como os *blogs* e os *wikis*.

¹⁷ O original em inglês pode ser encontrado em <http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em 05/12/2012. A versão em português pode ser acessada em <http://www.montanaagriculture.com.br/imagens/downloads/837105.pdf>. Acesso em 05/12/2012.

Os blogs, ou diários de bordo, foram uma “febre” em 2004 e desde então vêm sendo apropriados para as mais diversas finalidades. Já o modelo Wiki alcançou notoriedade pela Wikipédia, a famosa enciclopédia online que tem se tornado cada dia mais consultada pelos frequentadores da Web. Blogs e Wikis serão objeto de análise adiante, na exposição sobre as formas da colaboração em rede. O que vale reter no momento é a presença desses modelos tecnológicos na propagação das atividades em rede. São modelos que permitem ao leitor agir também como produtor e distribuidor – condição que representa uma das principais características da novidade que vem sendo configurada nas formas tecnológicas de vida.

Em conjunto, esses atributos tecnológicos convergem para aumentar o nível de imersão dos usuários nas redes digitais.¹⁸ Mais profunda a imersão nas redes, maior a assimilação das dinâmicas reticulares pela prática social online. Os diferentes padrões tecnológicos incrementam, de certo modo, “a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma sistêmica” (Giddens, 2009: 20). Isso fica manifesto nos vários tipos de colaboração que vêm se disseminando pela rede, prática social que rendeu à Web 2.0 o qualificativo *Web colaborativa*. A colaboração, em seu sentido estrito, remete ao engajamento de indivíduos na realização de uma atividade comum. Sua propagação pelas plataformas tecnológicas da rede está em profunda sintonia com o desenvolvimento de sistemas operacionais tributários de um modelo tecnológico conhecido pela “arquitetura da participação”, outro dos princípios que regem a Web 2.0.

A ideia de arquitetura da participação alude à mediação tecnológica que capacita e promove operações conjuntas e compartilhadas. Trata-se de sistemas onde os “usuários adicionam valor” pelo simples uso que fazem deles (O’Reilly, 2006: 12). Isso porque uma ilimitada faculdade de conexão se converte em

¹⁸ O tema das condições tecnológicas que favorecem a imersão do indivíduo em meio digital foi desenvolvido em Santos & Cypriano (2011a).

potência, tanto da rede como um todo, quanto de seus integrantes.¹⁹ A conectividade gera valor e propicia ajustamentos pelos quais os ganhos do coletivo não implicam em perdas para o indivíduo, ou vice-versa, os êxitos individuais não dilapidam o conjunto. São os próprios agentes da colaboração que enriquecem a rede com os conteúdos que tendem a ser absorvidos através dos acessos e das conexões estabelecidos pelos outros agentes envolvidos. De modo que, quanto maior é o número de participantes ativos, maior é o número de relações criadas e mais rico é o sistema. Tudo isso pela programação de sistemas tecnológicos baseados em padrões interativos voltados para a participação e colaboração criadoras.

Para se ter uma ideia da eficácia da conectividade nesse tipo de cooperação tecnologicamente suportada, é válido observar como os sites de compartilhamento P2P – ou seja, entre pares –, a exemplo do Kazaa e do 4shared, se tornam tanto mais interessantes e eficazes quanto mais os agentes se servem deles e efetuam *uploads* e *downloads* de arquivos. A esse respeito, também é proveitoso notar como as condições reticulares são centrais nos distintos processos que vêm sendo genericamente denominados pelo termo *crowdsourcing* por configurarem modos de colaboração que encontram a *fonte da criação na multidão*, ainda que os inúmeros indivíduos que compõem a multidão sejam em grande parte desconhecidos, anônimos e estejam geograficamente dispersos.

Talvez o mais conhecido caso de *crowdsourcing* se encontre na Wikipédia, uma enciclopédia online, como se sabe, que é realizada por qualquer indivíduo disposto a participar e que, nos dias que correm, tem sido desenvolvida por milhares de colaboradores em centenas de línguas através do mundo. Há também outros casos não tão proeminentes, mas nem por isso de menor apelo, como são os projetos Fiat Mio e *iConclude*, para citar apenas

¹⁹ Albert-László Barabási aponta para a “vulnerabilidade decorrente da interconectividade”, o que nos faz perceber que a força topológica da rede aqui indicada pode ser também a sua fraqueza. Ver Barabási, 2009: 99.

alguns.²⁰ Qualquer que seja o caso, o importante é perceber que a integração entre as práticas sociais e as tecnologias de incentivo á participação do usuário têm propiciado a emergência de formas de colaboração que somente são possíveis na presença de um acervo comum de ações significativas. É por meio de tal acervo que uma diversidade de atividades em rede vem adquirido sentido como uma totalidade mais ou menos coerente.

As ações significativas que dão consistência às várias atividades realizadas na Web 2.0 podem ser resumidas em dois termos gerais: abertura e colaboração. São essas atitudes de compartilhamento que dão vigor às dinâmicas em rede sustentadas pelos sistemas tecnológicos, “constituindo-se no coração da plataforma” (Santos & Cypriano, 2011a: 11). De tal modo que não é espantoso encontrar no conjunto de ideias elencados por O`Reilly a assertiva que define a Web 2.0 como “uma atitude, não uma tecnologia” (O`Reilly, 2006: 3). À época que o texto foi publicado já havia uma disseminação do uso da web como plataforma e da apropriação social das tecnologias que incentivam a participação. Ao invés de delimitar ao computador pessoal o espectro de ação propiciado pela primeira Web, os usuários 2.0 foram à rede para receber conteúdos publicados por outros usuários, modificar esses conteúdos e novamente publicá-los, envolvendo-se em dinâmicas extremamente complexas de interação sociotécnica. As atitudes de abertura e colaboração manifestas por esses usuários indicam uma crescente confiabilidade nos processos típicos da vida online.

²⁰ O Fiat Mio é um projeto proposto pela Fiat pelo qual se produziu de forma aberta e colaborativa um carro conceitual cujo protótipo foi exposto em 2010 no salão do automóvel de São Paulo. Cf. <http://www.fiatmio.cc/pt/>. Acessado em 12/08/2011. Já o *iConclude* é um projeto que consiste em captar uma grande quantidade de profissionais com experiência em solução de problemas de software para servidores da *Microsoft*. A esse respeito, ver os textos de Jeff Howe na revista *Wired*. Dois deles são particularmente interessantes: “*The Rise of Crowdsourcing*”, disponível em <http://www.wired.com/wired/archive/14.06/crowds.html>, e “*5 Rules of the New Labor Pool*”, disponível em <http://www.wired.com/wired/archive/14.06/labor.html>, ambos acessados em 23/08/2010. Para acompanhar diversos outros processos de *crowdsourcing*, ver o site especializado no assunto <http://dailycrowdsource.com/>. Acessado em 15/10/2011.

Eram muito recorrentes nos primeiros tempos da Web colaborativa, e ainda são, as perguntas que dizem respeito à confiabilidade das práticas ali realizadas. De modo que soam algo familiar questões como “o que se lê na Wikipédia é confiável?”, “você usa seu nome próprio quando posta um comentário?”, “o relato de um fato em um blog tem credibilidade?”, “é seguro armazenar mensagens no webmail?”, “quem tem acesso aos dados pessoais que disponibilizo quando me cadastro em um site?”, e daí por diante. Trata-se da persistência de uma incerteza quanto aos rumos que estão sendo tomados pela vida social que vem se entremeando às redes tecnológicas digitais.

Não se sabe muito ao certo quais são as formas de regulação que sustentam os processos nos quais se envolvem os frequentadores da Web 2.0; assim como o indivíduo leigo – como é a maior parte dos usuários das ferramentas 2.0 – não tem muita ideia de como operam os sistemas tecnológicos. Isso sem falar na frequente falta de familiaridade com a topologia reticular e suas propriedades – a exemplo da incrível capacidade de conectar o local ao global. Existe, a propósito, uma tendência a associar a noção de rede com certos registros metafóricos pejorativos, como observa Mercklé (2011), de onde essa noção pode aparecer vinculada à ideia de “uma sociedade secreta, uma organização clandestina, um poder oculto” (Mercklé, 2011: 8). Há sempre nas redes sociotécnicas uma enorme ignorância quanto aos prolongamentos da ação que se encadeia a outras, por vezes humana, por vezes maquina, mas sempre em rede. Da ignorância a ambivalência quanto à confiabilidade daquilo que se encontra do outro lado da interface. Ocorre que, como observou Giddens (1991), “trata-se de uma ambivalência que reside no âmago de todas as relações de confiança” (Giddens, 1991: 92), uma ambivalência que ora pende para o ceticismo ou para a cautela, ora para a aposta ou para a cega fé.

É interessante levar em consideração essa oscilação que permeia as relações de confiança, pois ela ajuda a compreender um pouco mais do processo de legitimação das ligações sociotécnicas que proliferam na Web. Isso porque a

confiança é um tipo de relação essencial para as projeções ao futuro que fundamentam as práticas dos indivíduos que colaboram na composição das redes que eles próprios integram. É tão importante para o devir dessas práticas, quanto são importantes as sedimentações intersubjetivas de experiências compartilhadas no que concerne ao já vivido nessas redes. Isso porque a confiança, como observa Simmel (1986), pode ser definida como “uma hipótese sobre a conduta futura do outro, hipótese que oferece segurança suficiente para fundar nela uma atividade prática” (Simmel, 1986: 367). E, como tal, é fundamental para a continuidade e para a expansão dos fluxos em rede que animam as formas tecnológicas de vida. Quando oscila a confiança, oscilam também os modos pelos quais se enredam os indivíduos.

Em seu *elogio da confiança*, Patrick Watier (2008) enfatiza a ambivalência – ou ambiguidade – que traça um *continuum* pelo qual estão dispostos gradientes de confiança. Seu argumento é colocado a partir de um diálogo com Marcel Mauss, para quem a confiança se divide entre duas atitudes exclusivamente opostas, de maneira que, ou "se confia inteiramente, ou se desconfia inteiramente" (Mauss citado por Watier, 2008: 14). Como alternativa a essa proposição binária, Watier propõe uma abordagem pela qual se considera que "as percepções confiantes e as atribuições confiantes e respectivamente desconfiantes se distribuem segundo domínios e amplitudes provavelmente variáveis" (Watier, 2008: 15). Variações que podem estar situadas tanto nas relações que são tecidas entre indivíduos, como também naquelas que são estabelecidas com os coletivos como um todo. Por essa perspectiva, é viável uma aproximação das questões que são colocadas quanto à confiabilidade dos processos na Web, assim como dos dilemas que atravessam as interações que se dão de ponto a ponto da rede.

Quando o outro com quem são estabelecidas as relações de confiança assume a abstrata forma de um coletivo – o que, no caso das redes sociotécnicas, implica em considerar um conjunto de indivíduos interligados com aparelhos tecnológicos e sistemas informáticos – as hipóteses sobre as quais baseiam-se as ações são asseguradas pela referência a padrões de interação que são

específicos daquele coletivo. De modo que a aposta na conduta futura do outro aparece fundamentada por critérios comuns, como se dá pelo reconhecimento das ações que são significativas para aquele coletivo, como também pela apreciação das condições de autoridade, prestígio e honradez que dizem respeito à história pregressa daquela rede. Esses critérios mais objetivos permitem que as relações de confiança sejam pautadas nas experiências prévias de outros participantes da mesma rede que podem estar distantes no tempo e no espaço e, no entanto, podem ser atualizadas pelo reconhecimento dos padrões de convivência que compõem o acervo comum de determinada rede.

Por sua vez, quando a confiança está situada nas interações que se dão de ponto a ponto da rede – lembrando que no âmbito das formas tecnológicas de vida alguns pontos de rede são maquínicos e/ou puramente informacionais –, ela se baseia em critérios mais individualizados como conhecimento prévio, proximidade, tempo de convivência, histórico ou biografia. Trata-se de critérios mais subjetivos e, no caso de uma interação entre indivíduos, ainda que mediada pela interface com as máquinas, os norteadores da confiabilidade assumem caráter mais personalizado. É preciso ter em mente, entretanto, que qualquer interação entre dois nós de rede se vê influenciada por outras interações em torno de cada um dos nós. A citação que Mercklé faz de Barnes a esse respeito é esclarecedora de uma lógica caracteristicamente reticular segundo a qual tudo aquilo que se passa “entre um par de nós não pode deixar de afetar o que acontece entre um par adjacente” (Mercklé, 2011: 9). O que faz supor que a unidade elementar de uma rede não é a díade, mas sim a tríade, como havia sugerido Simmel (1986) em sua exposição sobre “a quantidade nos grupos sociais”. Esses contágios que uma interação exerce sobre outra nos fluxos reticulares interferem fortemente nas formas mais personalizadas da confiança. E o fazem de maneira ainda mais evidente na medida em que o perfil da Web começa a mudar mais uma vez e a tomar a forma daquilo que se convencionou chamar de Web social.

Atitudes características da Web 2.0, a abertura e o compartilhamento também dão o tom do que vem sendo identificado como Web social, nomenclatura que alude à difusão da partilha de conteúdos de cunho pessoal em redes sociotécnicas. Essas trocas em torno de conteúdos imantados pela vida pessoal dos colaboradores se dão principalmente a partir da ampla adesão aos sites de relacionamento, a exemplo do Orkut, que foi precursor entre os sites de rede social no Brasil, e do Facebook, hoje, de longe, o mais frequentado serviço do gênero.²¹ Mas, esse tipo específico de troca não tem sido exclusividade desses contextos, vem se pulverizando por toda a rede. Trata-se de uma tendência que fica notável ao se observar a proliferação das fotos com os rostos de indivíduos que têm aparecido estampadas nos vários sites da Web, o que inclui as páginas dos grandes portais jornalísticos, as dos serviços de previsão do tempo, as dos diversos tipos de blog, entre outros domínios em que outrora pairava certa desconfiança quanto à efetiva presença de agentes humanos junto aos fluxos de informação.²² Nesse sentido, a personalização das relações sociais na Web tem sido radical.

Fato é que os indivíduos têm mostrado suas faces nas páginas da Web sem muito pudor e com isso vêm, mais uma vez, legitimando a vida social que experimentam em meio ao universo de dígitos binários. Isso porque a exposição do rosto implica em uma abertura pela qual o frequentador da rede não somente declara sua presença, como também dá a conhecer o registro daquilo que simboliza as marcas do curso de sua vida expresso em seus traços. Abre ao olhar dos outros a possibilidade de saber com quem estão se encontrando no decurso da navegação, ainda que se trate de uma ideia vaga e vacilante. Por tal

²¹ Lançado em 2004, o serviço de rede social alcançou no ano de 2012 a adesão de mais de 1 bilhão de usuários em todo o mundo. No Brasil ele atingiu, no mesmo ano, o número de 54 milhões de indivíduos cadastrados. Mais informações podem ser encontradas em <http://tecnologia.uol.com.br/album/2012/08/03/maior-rede-social-do-mundo-facebook-tem-numeros-estratosfericos-conheca.htm#fotoNav=1>. Acesso em 05/12/2012.

²² É notável que ainda seja muito comum o uso de fotos de pessoas famosas ou de personagens de filmes e de desenhos animados no lugar da própria foto, assim como ainda se encontra muito frequentemente o recurso a apelidos ou codinomes. Esse hábito vem, contudo, paulatinamente sendo substituído por uma banalização da publicação de fotos pessoais junto à qual o indivíduo se identifica pelo nome próprio.

abertura, as fotos das faces exprimem uma prontidão desses indivíduos para potenciais engajamentos. E a profusão de fotos que se vê por todos os lados da Web faz mútua essa disponibilidade pela qual vêm sendo tecidos laços muito peculiares.

De uma maneira inteiramente distinta da imediata reciprocidade firmada pela experiência dos “olhos nos olhos”, a mutualidade entre os indivíduos que disponibilizam suas próprias fotos nas redes sociotécnicas procede basicamente do ato de se dar a conhecer.²³ É uma atitude que implica em um tipo de comprometimento que remete aos “engajamentos de face”, no sentido proposto por Erving Goffman, segundo o qual os envolvidos em um encontro concedem reconhecimento uns aos outros e, assim, põem em vigor “uma relevância de atos mútua e legitimamente aumentada” (Goffman, 2010: 105).²⁴ De tal comprometimento, se vê processar uma forma de legitimação que permite, em grande medida, “tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível” a dinâmica social no curso da qual esses agentes se enredam (Berger & Luckmann, 1985: 127).²⁵ Um processo de legitimação muito diverso daquele que sustenta a continuidade das dinâmicas colaborativas da Web 2.0.

Enquanto os processos colaborativos admitem algum nível de anonimato dos seus integrantes, os engajamentos movidos por características pessoais exigem cada vez mais uma efetiva apresentação dos envolvidos, tanto pela revelação de seus nomes próprios, como também pela exposição de seus rostos.²⁶ Isso porque a matéria privilegiada das interações na Web social se

²³ Sobre o a importância do olhar nas relações sociais, sobre o curso da vida que se expressa pelos traços de um rosto e também sobre a imediata reciprocidade que se estabelece em situação de olhos nos olhos, ver a digressão sobre a Sociologia dos sentidos em SIMMEL (1986). Uma ampla elaboração sobre a significação estética do rosto pode ser encontrada em SIMMEL (2001).

²⁴ Uma aplicação da perspectiva de Goffman (2010) para os engajamentos de face foi realizada por Giddens em sua exposição sobre a confiança e modernidade onde faz uma distinção entre compromissos “com rosto” e “sem rosto”. Ver GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991.

²⁵ A definição de processos de legitimação proposta por Berger & Luckmann, e aqui aplicada, procura ampliar a concepção do termo cunhado por Weber no contexto de sua Sociologia Política.

²⁶ É importante observar que nos antigos sites de chats, de encontros e de fóruns de discussão, os usuários tinham participação anônima. Eram sites de participantes “sem nome” e “sem rosto”,

encontra nas qualidades pessoais dos indivíduos, não exatamente naquilo que eles fazem, mas, principalmente, naquilo que eles são. É preciso, portanto, ter pistas de com quem se está lidando para que haja uma abertura ao engajamento. Por outro lado, esses indivíduos que compartilham conteúdos pessoais demonstram-se extremamente sociáveis, uma habilidade que implica, entre outras coisas, em desvelar-se, mesmo que minimamente, enquanto se concede reconhecimento ao outro.

É somente pela mútua abertura ao encontro que os indivíduos traçam ligações entre si e realizam suas injunções para as relações sociais. Os sites que abrigam redes sociais – dos quais é emblemático o Facebook – são eficientes fomentadores coletivos de sociabilidade, considerando que esta é uma forma específica de relação social que pode ser definida pela mutualidade no cultivo do laço social *per se* (Simmel, 1983). Não é à toa que esses sites oferecem serviços que investem em um tipo de reciprocidade que incentiva a disponibilização de conteúdos provenientes da vida pessoal de seus frequentadores. Uma vez repletos de “material humano”, fica posta a mediação tecnológica pela qual a sociabilidade se põe a fluir pelos efeitos de rede. De modo que as redes sociais tendem a se tornar mais “ricas” e complexas pela multiplicação dos laços entre os indivíduos que, no mesmo movimento, ampliam o espectro de suas relações pessoais.

No incentivo à conectividade que engendra ligações sociais, tais serviços recorrem à aplicação de hipóteses formuladas no âmbito dos estudos de rede, tal como ocorre com a operacionalização da propalada ideia de “mundo pequeno”, segundo a qual, é “provável que o mundo esteja globalmente conectado”, uma vez que “praticamente qualquer par de indivíduos pode se conectar através de uma cadeia curta de intermediários” (Watts, 2009: 52). É bom lembrar que, na Internet, esse encadeamento é sustentado por tecnologias que tornam de fato exíguas as distâncias.

o que fomentava a criação de *nicknames* (ou apelidos, codinomes), de notícias falsas e de outras mentiras. O mesmo não se aplica aos recentes sites da Web social, onde nomes e imagens dos envolvidos são centrais para a formação de coletivos.

Entre os *habitués* da rede, o êxito das formas de vida social que se pautam por trocas de conteúdos pessoais é tamanho que todos os outros modos de ligação sociotécnica que vinham em curso desde a primeira Web estão sendo entremeados por elas. É como se houvesse uma maior inserção no âmbito das redes de atributos subjetivos como matéria prima para a confecção de laços sociais. Exemplo disso se encontra nas formas reticulares da colaboração que aparecem cada vez mais sobrepostas a relações de pura sociabilidade, ainda que determinados contextos assumam prioritariamente as configurações de uma ou de outra. Afinal, por mais impessoal que se dê o envolvimento de indivíduos em torno de uma atividade colaborativa, há sempre algum nível de “imersão”, como defende Granovetter (2007), das interações destes indivíduos em redes de relações socialmente orientadas, fator que interfere no decurso da atividade.

Na Web, tal imersão se põe à mostra pela publicação das interações que sucedem no decorrer dos processos colaborativos. É o que se dá nas páginas de “discussão” que acompanham os verbetes da Wikipédia. Algumas destas páginas trazem um vivíssimo registro de diálogos entre os envolvidos na edição, sendo que, frequentemente, trata-se de conversas emotivas, carregadas de teor pessoal. Semelhante conteúdo também se vê disperso pelos blogs onde existem *posts* dedicados a temas de caráter mais objetivo – voltados para o interesse comum – que são seguidos de comentários encadeados por interações de ênfase puramente subjetiva, como a expressão de elogios, de descaso, de postura competitiva, de busca por aliança, etc. E não acabam por aí os exemplos da importante entrada de *material subjetivo* em atividades características da Web. Até mesmo nos sites comerciais, onde as trocas são financeiramente quitáveis, existem espaços por onde os utilizadores interagem em colaboração, como é o caso da “gestão da reputação” ou “filtragem social”, para usar os termos de Rheingold (2005), do serviço prestado onde os indivíduos compartilham suas experiências comerciais em determinado site e examinam desde o cumprimento de prazos até a amabilidade do indivíduo que encaminhou a transação. Finas ligações entre aqueles que participam dessa filtragem são tecidas em tais

condições, ligações de confiança, de fidelidade, de concorrência, de prestígio, e outras, que, de tão finas, às vezes nascem prontas para romper.

Os fios da meada

A fragilidade dos laços sociais que se formam na Web, entretanto, não tem representado um empecilho para o persistente cultivo de ligações entre os indivíduos. A vivacidade com que os frequentadores de microblogs como o Twitter compartilham conteúdos a 140 caracteres vem reforçar essa tendência à procura de relações online²⁷. Trata-se de um serviço que agrega uma infinidade de redes “multimodais” (Souza e Quandt, 2008), redes onde os indivíduos que se abrem ao engajamento social dividem o estatuto de *nó* com grupos, revistas, programas de TV, empresas, corporações, sites institucionais e mesmo *bots*.²⁸ Ainda assim, o Twitter tem se mostrado um exímio promotor de elos entre seus utilizadores, elos que são em grande medida “direcionais” (Souza e Quandt, 2008), o que significa dizer que são ligações que traçam uma única direção entre dois indivíduos, como a que se dá entre *follower* e *following*, seguidor e seguido.

Há também outro complicador que ajuda a fazer do conjunto dessas redes uma verdadeira quimera: conteúdos de toda ordem são compartilhados – informações profissionais, amenidades, movimentos populares, propagandas, arte e *design*, pesquisas, catástrofes ambientais, intimidades. E mais. As conexões são permanentemente feitas, desfeitas e refeitas, de modo que as estruturas reticulares são completamente fluidas, mutáveis. Ocorre que todas essas características que escapam à nossa familiaridade na experiência de sermos integrantes de redes sociais não desafiam o incessante movimento de criação e de fortalecimento de laços sociais que ali se formam. Todo vigor do ser

²⁷ O microblog é um serviço originalmente inspirado na forma de um blog – ou seja, um diário de bordo – onde sejam feitas atualizações breves de texto, geralmente em menos de 200 caracteres. O mais famoso deles é o Twitter, fundado em 2006 e conhecido por limitar as mensagens a 140 caracteres.

²⁸ O termo *bot* é um diminutivo de *robot*. Trata-se de uma aplicação de software que é desenvolvida para simular ações humanas repetidas vezes e de modo padrão, tal como um robô.

sociável é posto em ação a cada vez que um indivíduo busca estabelecer algum nível de reciprocidade com outro, ainda que seja um desconhecido. Além do recurso a mensagens, menções e respostas, isso pode se dar pelo simples ato de retribuir a um indivíduo o gesto de abertura ao engajamento – atitude muito em voga no Twitter que não exige mais que *um click* para que um *seguido* passe a seguir aquele que o segue –, mesmo que o outro a quem se dirige a ação recíproca fale uma língua diferente, viva em um local muito afastado ou tenha uma ocupação pouco evidente. O que importa notar é que, uma vez dado o traço de uma nova ligação, esse se faz potência na rede. Não raro, inclusive, pela interação desses indivíduos, as ligações adquirem a condição de produtos ou de “artefatos” ali fecundados, como observou Gruzdt et alii (2011).

A vigência na Web de ações recíprocas capazes de gerar e de amadurecer vínculos sociais que não existem senão ali sempre reanima a questão sobre a natureza dos laços que se formam na interface com as máquinas. Não é supérfluo ressaltar que no presente trabalho essa indagação está à margem de qualquer tipo de qualificação que tome por parâmetro uma espécie de intensificação ou de esmaecimento das relações sociais que são estabelecidas em outros contextos. De modo que o apontamento de características perceptivelmente semelhantes entre as diversas formas pelas quais os indivíduos se enredam no ambiente tecnológico informacional – como é o caso da fragilidade das ligações – não corresponde a um exercício de desqualificação ou de enaltecimento desses laços. Já foi falado que a motivação central desse estudo está em compreender a novidade que emerge a partir das atitudes dos indivíduos que realizam a vida social na Web. Isso significa dizer que, ao indagar sobre natureza dos laços sociais que se tecem na Internet a atenção se volta para o que eles trazem de novo, ou seja, para a identificação de atributos que sejam intrínsecos a esse tipo de laço e que apresentam alguma descontinuidade em relação aos modos habituais de relação social.

Boa parte dos atributos que caracterizam as ligações tecidas na Web se deve à indissociável presença da tecnologia na composição das redes sociais. Da interseção sociotécnica são inúmeras as implicações para a experiência de criar

e manter laços sociais. A começar pelo fato de que todo sistema tecnológico tem “sua própria lógica embutida” (Castells, 2001: 51) que passa a integrar, de alguma maneira, a ação social (Latour, 2012).

Não é necessário ir muito longe para reconhecer a informação como o núcleo em torno do qual operam e são aprimoradas as redes eletrônicas de intensa conectividade. De modo que a dimensão técnica das relações sociais que se estabelecem na Web abrange um conjunto de tecnologias e procedimentos cuja propriedade central é a aptidão para “transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua” (Castells, 2001: 51). Tem-se com isso que nas redes sociotécnicas, toda e qualquer forma de relação social se dá em meio a fluxos informacionais tecnologicamente potencializados.

A extrema agilidade com que transita via Internet a informação digitalizada coopera na intensificação das trocas entre os indivíduos. De modo que as TICs muitas vezes atuam como influentes facilitadoras na formação e na manutenção das ligações entre eles, desde que estejam abertos ao engajamento social, ou seja, a partir do momento em que esses indivíduos disponibilizam um mínimo de informações sobre si mesmos. Ocorrem, no entanto, importantes repercussões em torno dessa quase onipresença da partilha de conteúdos pessoais. A eminência de novos laços e o cuidado com as relações já firmadas estão freqüentemente associados a uma injunção de se expor *aos olhos* do outro. Nessa dinâmica, a opção pelo resguardo da intimidade é colocada em questão e com ela algumas certezas quanto aos limites que se põe à vida individual e subjetiva. Trata-se de um tipo de experiência que é indissociável da crescente incorporação pelos indivíduos de dispositivos tecnológicos de conexão em rede na realização da vida cotidiana. Assimilação que alcança dimensões sem precedentes com a propagação do uso das tecnologias sem fio de informação e comunicação, as TICs móveis.

II. A colaboração em rede

II. A colaboração em rede

Os formatos sociotécnicos da colaboração

A ideia de colaboração aparece como característica de uma nova tendência cultural que emerge junto às redes sociais online. A rigor, existe colaboração desde que existe divisão social do trabalho, entretanto, ela aparece sob novas configurações quando agenciada com os recursos das tecnologias em rede. Mesmo na Web, a colaboração é realizada de maneiras muito diversas na medida em que é sustentada por diferentes modelos tecnológicos. Algumas dinâmicas colaborativas típicas da Internet exigem a presença de especialistas na manipulação dos bancos de dados. Tais especialistas podem ser remunerados para isso ou se envolver voluntariamente em processos de mediação. Existem, por sua vez, tecnologias que programam padrões para agregar dados do usuário e gerar valor pelo simples uso de um aplicativo – é o caso do modelo inaugurado pela Napster, que utiliza o compartilhamento P2P, ou seja, ponto a ponto, pessoa a pessoa, indivíduo a indivíduo.²⁹ Trata-se de uma alternativa em que a mediação é prioritariamente tecnológica e se mostra capaz de conectar usuário a usuário na medida em que fomenta redes tecnologicamente suportadas. Em uma diversidade de modelos colaborativos são formadas as redes sociais que compõem a Web 2.0.

Tal é a importância da propagação desses novos modelos colaborativos que o próprio entendimento do que vem a ser a Web 2.0 se confunde com a ideia de colaboração. Tanto é que a qualificação Web *colaborativa* tem sido amplamente aceita como parâmetro distintivo em relação aos atributos prioritariamente instrumentais que definem os primeiros usos da Web. Trata-se, contudo, de um qualificativo que aponta para um conjunto de práticas que muitas vezes em nada se assemelham umas às outras. Exemplos disso, como veremos adiante, encontram-se nos processos de produção coletiva de verbetes

²⁹ Lançada em 1999, a Napster permitia que os seus utilizadores fizessem download de arquivos musicais em formato MP3 (um dos primeiros tipos de compressão de áudio) diretamente do computador uns dos outros, fazendo uma ligação de ponto a ponto da rede, de usuário a usuário, uma lógica de ligação que ficou conhecida como P2P, *peer to peer*, em português, par a par.

na Wikipédia que são tratados como colaborativos tanto quanto o são os diálogos entre utilizadores de blogs, como também os compartilhamentos de arquivos musicais no Kazaa e ainda as trocas de experiência de compra em sites comerciais. Talvez isso seja justificável pela própria abrangência do termo *colaboração* que acolhe os significados de operação conjunta, de participação, de contribuição, de cooperação, de auxílio, entre outros. Em todos os casos há sempre o sentido de um “fazer junto” que supõe alguma espécie de concatenação entre os envolvidos e é exatamente nas ligações entre eles que as diversas formas de colaboração revelam suas diferenças.

O que se observa quando o foco está voltado para o tipo de interação que interliga os integrantes de diferentes dinâmicas colaborativas é a composição de distintas constelações sociológicas. É imprescindível notar que o relevo dado a variados tipos de interação implica em dar atenção tanto às relações impulsionadas por “forças de atração”, como o que ocorre com as que são movidas pelo interesse comum e por afinidades de gosto, quanto às ligações entretecidas por “forças de repulsão” (Simmel, 1983: 24), a exemplo da concorrência e do conflito que são muito frequentes entre colaboradores. Somente assim ficam dadas as condições para melhor compreender as peculiaridades de uma ou de outra forma de colaboração. Mesmo porque, como observa Simmel, todo coletivo, “para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (Simmel, 1983: 124), tal qual um campo de forças em permanente tensão. E há sempre a possibilidade de “rastrear conexões *entre* as próprias controvérsias” (Latour, 2012: 44), de modo a encontrar algum senso de ordem na multiplicidade de pontos de vista e de motivações que reúnem incontáveis frequentadores da Web em um determinado leque de dinâmicas colaborativas.

Existe ainda outro fator que é fundamental para uma aproximação de qualquer processo de colaboração realizado na Web. Invariavelmente conta-se com a presença de máquinas e de sistemas informáticos altamente interativos, capazes de provocar ações jamais premeditadas por aqueles indivíduos que ali

interagem. Esses artefatos constituem “entidades”, para usar o termo de Latour (2012), que estão em condições de “induzir os atores a *fazer coisas*” (Latour, 2012: 87) que eles não previam. Trata-se de tecnologias que ultrapassam a condição de meros “intermediários”, ou seja, daquilo que “transporta significado ou força sem transformá-los”, e assumem a posição de “mediadores” que “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (Latour, 2012: 65). No âmbito das redes sociotécnicas, os componentes tecnológicos se portam, no mais das vezes, como “mediadores que engendram outros mediadores, então inúmeras situações novas e imprevistas ocorrem (induzem coisas a fazer *outras coisas* que não eram esperadas)” (Latour, 2012: 93). São, afinal, “agentes inteligentes”, como sugere Johnson (2001), compondo um meio tecnológico informacional que “se parece menos com um possante dispositivo de armazenamento do que com um ecossistema apinhado de formas de vida digitais” (Johnson, 2001: 135). Formas de vida inorgânicas, vale lembrar. De modo que não há que se buscar qualquer correspondência entre as relações que os indivíduos estabelecem com essas tecnologias inteligentes e a “visão de mundo da máquina como prótese” (Johnson, 2001: 23). É mais fecundo encarar um modo de relação com os objetos que é característico de “um mundo feito de *concatenações de mediadores*, nas quais pode-se dizer que cada ponto age plenamente” (Latour, 2012: 93).

No potencial de ação dessas novas tecnologias digitais está a fundamental importância daquilo que foi chamado de “arquitetura da participação” na composição das dinâmicas colaborativas da Web. A arquitetura da participação, sabe-se, diz respeito a sistemas tecnológicos que “são projetados de forma a encorajar a participação” (O’Reilly, 2006: 12) dos indivíduos nos processos que tramitam por tais sistemas. São programas informáticos que combinam “*padrões para agregar dados do usuário e gerar valor como um efeito paralelo ao uso comum do aplicativo*” (O’Reilly, 2006: 12). Do uso coletivo esses programas retiram tanto sua eficácia quanto o aprimoramento de recursos pelos quais fomentam a participação dos usuários.

De modo que as diferenças na lógica pela qual são modelados os padrões – ou *frameworks*, para usar o termo técnico – dos vários sistemas implicam em variações no tipo de mediação que eles exercem. Basta pensar nas diferenças entre o modelo de participação que ficou conhecido como P2P e o modelo wiki de colaboração, por exemplo. No primeiro, a mediação tecnológica é muito mais abrangente que no segundo, a ponto de dispensar a necessidade de qualquer tipo de interação direta entre os indivíduos que se envolvem nas dinâmicas de compartilhamento. Já no formato wiki, a mediação tecnológica se dá em meio a um complexo de relações sociais que é amplamente pautado por valores como a credibilidade e a reputação dos integrantes. Essa espécie de comparação evidencia características distintivas entre cada formato de incentivo tecnológico à colaboração que se toma por parâmetro.

O mais importante em ter em vista essas diferenças é a possibilidade de considerar como elas repercutem em singulares tipos de interação nas distintas redes colaborativas da Web. Ficam dadas as condições para uma abordagem do fenômeno cujo principal foco é a lógica social que rege as relações entre os integrantes das redes, uma abordagem que procura perceber o que há de significativamente novo nessas formas de colaboração que vêm sendo realizadas em meio a máquinas e sistemas interativos. Estabelece-se, assim, uma aproximação daquela que talvez seja a mais disseminada passagem pela qual os indivíduos experimentam a travessia da interface com o ambiente tecnológico digital e redimensionam o escopo da vida social: a prática da colaboração em rede. Essa experiência comum adquire especial sentido na medida em que são identificadas algumas das diversas formas de ação recíproca pelas quais a atividade colaborativa vem sendo por eles realizada.

As formas da ação recíproca

A ação recíproca significa, como a própria expressão sugere, algo mais que a simples coexistência de ações paralelas, ela implica em um influxo mútuo de vida, de modo que ocorre dentro de certas formas acordadas e assimiladas

como sendo comuns a uma determinada composição de coletivo. Tomando o ponto de vista proposto por Simmel (1986), é possível encarar tais formas sociais como a realização das forças vitais que movem os indivíduos em ações recíprocas ou conjuntas. Esse processo de realização de forças vitais ao qual o autor se refere fica mais evidente a partir da distinção analítica entre *forma* e *conteúdo*. O conteúdo a que ele se refere é, em grande medida, alguma coisa de âmbito individual, diz respeito aos motivos, impulsos, desejos, interesses que originam a ação dos indivíduos uns em relação aos outros. Algo impalpável, essa particular concepção de conteúdo refere-se ao que excede as formas, não se limita a elas, mas somente através delas e dentro de suas configurações alcança realidade social. E são múltiplas as formas sociais pelas quais são realizadas as forças vitais dos indivíduos. De tal modo que, a partir da perspectiva aberta por Simmel, podem ser exploradas e cotejadas algumas diferenças e similaridades entre formas de ação recíproca que animam as diversas dinâmicas colaborativas da Web.³⁰

Primeiramente é preciso considerar que “o número de formações humanas essenciais é relativamente limitado e que aumenta muito pouco a pouco” (Simmel, 1986: 742). É fundamental ter isso em mente porque a existência, nas redes colaborativas da Web, de uma multiplicidade de formas de ação recíproca não diz respeito à originalidade delas umas em relação às outras. Ainda que um coletivo se pautar por um grande e variado número de formas sociais é muito provável que mantenha formas de ação recíproca majoritariamente análogas às formas sociais de outro coletivo qualquer. Um exemplo claro dessa analogia entre as formas que são assumidas por diferentes configurações de coletivo é apontada por Simmel (1986) na distinção entre os “de cima” e os “de baixo”. Não que sejam réplicas exatas de uma única forma, mas são diferentes contornos para uma única mesma lógica hierárquica. É notável, afinal, que “as relações de superordenação e subordinação

³⁰ Sob outro enfoque, foi feita uma explanação sobre a abordagem de Simmel em relação à distinção analítica entre forma e conteúdo e à multiplicidade de formas de ação recíproca em Cypriano (2008).

desempenham um papel enorme na vida social” (Simmel, 1983: 109).³¹ E não tem sido diferente na vida social que dá vigor aos processos colaborativos da Web.

Nas redes sociotécnicas, como em outros lugares, a “estrutura peculiar da ‘autoridade’” aparece atualizada “tanto em suas formas agudas quanto nas duradouras”. Um ou outro dos indivíduo que colabora em rede pode, em determinadas circunstâncias, contar com “uma relevância esmagadora de suas opiniões, uma fé, ou uma confiança que tem o caráter de objetividade. Desfruta assim de uma prerrogativa e de uma credibilidade axiomática em suas decisões” (Simmel, 1983: 109). Se não pela autoridade como tal, adquirem tal credibilidade pelo “prestígio”, atributo que confere outra natureza de superioridade a determinados integrantes das redes colaborativas. Diferente das formas de autoridade que geralmente remetem a atribuições objetivas, “o prestígio carece do elemento de importância subjetiva”, ou seja, “a liderança por meio de prestígio é inteiramente determinada pela força do indivíduo” (Simmel, 1983: 110). Isso é curioso notar, uma vez que, em distintos formatos de colaboração, pode-se notar diferenças quanto à qualidade das relações de superioridade que, ora se dão por critérios mais objetivas, ora por outros de caráter mais subjetivo.

É notável também, tomando ainda a ótica de Simmel, a vigência de uma variação nas formas de ação recíproca que diz respeito ao grau de rigor e rigidez que porventura venham a adquirir. As formas sociais mais firmes e rígidas são aquelas que remetem a instituições de grande extensão, durabilidade e visibilidade, elas pouco se abalam no decorrer das interações cotidianas que as mantêm vivas. Com o signo da legitimidade, essas formas mais duráveis

³¹ Simmel faz uma discussão sobre o aspecto sociológico das relações de subordinação onde se exime de uma análise moral e observa o caráter de sociação que vincula uma ação recíproca na medida em que sempre resta alguma margem de liberdade pessoal para o subordinado. Ele argumenta que “mesmo nos casos de subordinação mais opressivos e cruéis, ainda existe uma considerável medida de liberdade pessoal” e que “a relação de superordenação/subordinação só destrói a liberdade do subordinado em caso de violação física direta”. Ou seja, salvo em casos extremos, a interação é mutuamente determinada. Ver SIMMEL, Georg. “Superordenação e subordinação”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983: 108.

sustentam os terrenos da ordem. Na Web, elas se encontram nas licenças de uso, nas políticas de privacidade, nas estruturas hierárquicas e assim por diante. No outro extremo de um gradual leque entre a rigidez e a resiliência, encontram-se as formas sociais mais efêmeras e maleáveis que se dão entre indivíduo e indivíduo e que são criadas e desfeitas em um ir e vir contínuo. Podem estar, por exemplo, em uma simples exclamação – “!” – ou em *emoticons*, uma adaptação dos símbolos do teclado para expressar emoções como *mostrar a língua* – “:p” – ou demonstrar afeto – “<3”.

É importante destacar que mesmo as formas mais duráveis se encontram infiltradas por outras mais frouxas que exigem permanente acordo e que são mutáveis. A esse propósito, Simmel havia observado que não fosse pela intercalação dessas formas mais *informais*, susceptíveis de transformação, nos encontraríamos diante de uma pluralidade de sistemas descontínuos, uma vez que são elas que estabelecem a conexão de qualquer configuração social mais abrangente. Ele considera que um olhar para essas formas mais maleáveis procura “descobrir os fios delicados das relações mínimas entre os homens, em cuja repetição contínua se fundam aqueles grandes organismos que se tornaram objetivos e que oferecem uma história propriamente dita” (Simmel, 1986: 31). A inextricável coexistência entre o mais rígido e o mais flexível não impede, entretanto, uma variabilidade que se observa no conjunto das interações que compõem distintas constelações sociais. É possível encontrar em diferentes redes colaborativas da Web a proeminência de um tipo de forma ou de outro. Em alguns casos observa-se a prevalência de formas mais maleáveis, em outros, formas mais firmes, como será visto em relação aos modelos blog e wiki de colaboração.³²

³² Essa discussão sobre variações entre a maleabilidade e a rigidez nas formas de ação recíproca, assim como a análise comparativa entre processos colaborativos em blogs e wikis, foi realizada de maneira ainda preparatória em Santos & Cypriano (2011a). O artigo citado foi produzido no bojo da pesquisa intitulada “Produção colaborativa de conhecimento científico em formatos blog e wiki”, desenvolvida entre 2009 e 2011 com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

O termo blog deriva de uma contração da expressão *Web log* que, em português, significa algo como “diário da Web” remetendo ao sentido de um diário de bordo do navegante da rede. Os blogs têm algumas características típicas das tecnologias que convergem na Web 2.0, eles são “fáceis de carregar, rápidos de alimentar, simples de atualizar e instalar, pois não exigem nenhum conhecimento específico” (Santos, 2008: 211). De maneira que são muito difundidos entre os usuários da Internet e vêm sendo utilizados de inúmeras maneiras diferentes. Embora tenham aparecido nos anos 1997, sua ampla propagação se deu nos primeiros anos do século XXI, tendo alcançado em 2004 o estatuto de “coqueluche” da Web. Naquele ano, segundo informação do *Merriam-Webster OnLine* ³⁴, o termo “‘blog’ foi a palavra mais procurada/consultada, o que dá uma boa ideia da dimensão do fenômeno na qualidade de fato de sociedade” (Santos, 2008: 211) já naquele momento. Hoje em dia, o número de blogs ultrapassa a centena de milhões e o uso dessa ferramenta tornou-se parte da rotina de um incontável número de indivíduos dispersos por todo o mundo.

³³ A análise comparativa entre blogs e Wikis traz resultados que foram alcançados através da pesquisa “Produção colaborativa de conhecimento científico em formatos blog e wiki”, desenvolvida por grupo interdisciplinar de pesquisa entre os anos de 2009 e 2011, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG. Para os fins da pesquisa, foram estudados blogs que se reuniam sob a qualificação de “acadêmicos”. Blogs acadêmicos são aqueles que se servem da “fórmula blog” no exercício de produção colaborativa de conhecimento rigoroso, comprometido com as categorias firmadas para um contínuo processo de construção do saber especializado. Desse universo, tão amplo como variável, foram selecionados três blogs coerentes com os temas propostos nessa pesquisa. Um blog de teoria e métodos e Ciências Sociais – *que cazzo é esse?*, disponível em <http://quecazzo.blogspot.com.br/>, acesso em 10/11/2012 –, uma rede de blogs científicos – *scienceblogs.br*, disponível em <http://scienceblogs.com.br/>, acesso em 10/11/2012 –, e um terceiro blog voltado para a Comunicação Social – *gjol*, disponível em <http://gjol.blogspot.com.br/>. No decorrer da investigação, foi encontrado, através de um link a partir de um dos três blogs – *quecazzo* – previamente selecionados, um quarto blog – *opensadorselvagem*, disponível em <http://opensadorselvagem.org/> – que não estava previsto e que, entretanto, se caracteriza pela proposta de síntese entre as diferentes disciplinas acadêmicas. Tal descoberta se revelou exemplar de um novo modo de colaboração na produção de conhecimento rigoroso que nasce a partir da plataforma blog.

³⁴ Disponível em <http://www.merriam-webster.com/info/04words.htm>. Acesso em 10/11/2012.

A plataforma blog foi concebida para ser alimentada diariamente e exibir as publicações de maneira cronológica, dia após dia, ano após ano – ela foi pensada, afinal, aos moldes de um diário de bordo. É uma plataforma que aceita e incentiva a abertura de *links* (ligações) para outras páginas da Web, assim como executa arquivos de som, imagem e vídeo. Os conteúdos de um blog podem ser produzidos por um ou mais autores na forma de *posts* (postagens) e também pelos leitores que inserem conteúdo através de comentários sobre as postagens. Quanto a isso, é essencial ressaltar que, nos blogs, assim como em vários outros aplicativos característicos da Web 2.0, o leitor é também autor. Essa dupla condição que o indivíduo assume nas teias colaborativas da Web é um dos principais atributos da novidade que emerge no âmbito dessas redes. Ela é facilitada, em grande medida, pela arquitetura da participação, mas é também indissociável da atitude assumida pelos integrantes dos processos. No caso dos blogs, nota-se uma conjunção entre um tipo específico de arquitetura – a das postagens e de seus respectivos comentários – e a postura expressiva de seus utilizadores.³⁵ Utilizadores de blogs frequentemente mostram-se dispostos a emitir opiniões, gostos e emoções, dando depoimentos que muitas vezes possuem caráter confessional. Essa atitude expressiva, pode-se dizer, é a alma dos conteúdos publicados em blogs. Surgem daí formas muito próprias de colaboração em rede, caracterizadas, entre outras coisas, por serem encharcadas de subjetividade, como fica evidente quando se compara com aquelas que transcorrem em ambiente wiki.

O termo wiki é proveniente do idioma havaiano e pode ser traduzido como rápido, ligeiro, veloz. Há também nesse idioma o WikiWiki que significa “extremamente rápido”. A plataforma Web 2.0 que leva esse nome é um software colaborativo que permite a edição coletiva de um documento e sua imediata publicação. Trata-se de um tipo de software que é mantido pela *Wikimedia Foundation*, uma fundação sem fins lucrativos que opera vários projetos caracterizados pela presença de conteúdo aberto e gratuito. Dentre tais

³⁵ Uma discussão sobre a atitude expressiva na Web pode ser encontrada em Santos & Cypriano (2011b).

projetos podem ser destacados o *Wikitionary*, o *Wikinews*, como também o *Wikiversity*. O mais bem sucedido projeto, entretanto, é a *Wikipédia*, desenvolvida em centenas de línguas através do mundo. A Wikipédia em língua portuguesa teve início em junho de 2001 a partir da tradução do conteúdo da versão original, em inglês, e vem crescendo desde então com a produção de novos verbetes. É no âmbito dessa produção coletiva que são formadas as redes sociais que realizam a colaboração cujo resultado se encontra nos verbetes.

As redes sociais formadas na Wikipédia são de um tipo muito particular. Têm como principal agente agregador o objetivo de produzir conhecimento de natureza enciclopédica a partir de um processo colaborativo. Uma empreitada com esse perfil e essa pretensão gerou de início uma boa dose de desconfiança entre os consulentes que não raro se perguntavam: “é confiável o conteúdo publicado na Wikipédia?”. Muitas das dúvidas a respeito da confiabilidade do produto que ela oferece eram pautadas por comparações com enciclopédias consideradas como canônicas — como a Britânica, por exemplo. O fato é que ela tem se mostrado tão bem sucedida que, quase sempre, uma pesquisa no buscador Google conduz para seus verbetes, e isso já nas primeiras sugestões, o que, segundo a lógica do *PageRank*³⁶, significa que grande quantidade de usuários da Internet vai às suas páginas para buscar informações e remete a elas a partir de links abertos em outros sites da Web. A ampla procura pelos conteúdos ali publicados, como também a grande confluência de links de acesso aos verbetes são fatores que demonstram uma crescente legitimação do conhecimento produzido pelos colaboradores wiki. E mais, indicam o fato de que tais conteúdos vêm sendo, paulatinamente, avaliadas como confiáveis. Essa confiabilidade é, em grande medida, garantida pelas próprias redes sociais responsáveis pela colaboração e cujas dinâmicas incluem um intenso controle de qualidade do material produzido.

³⁶ O PageRank é um tipo de algoritmo capaz de medir a relevância de cada elemento dentro de uma rede de documentos. Seu critério básico é o número de links que convergem para cada documento, sendo que quanto mais links possui um dos elementos, mais relevante ele é. De modo que o Google, buscador que se pauta pela lógica do PageRank, segue a premissa de que é a própria Internet que define a importância de cada um dos seus documentos.

Para se ter uma ideia de como é feito o controle de qualidade na Wikipédia, basta explorar uma ou mais páginas de verbete. Qualquer indivíduo que faz uma consulta à Wikipédia encontra uma página inspirada pelo formato enciclopédico. Organizada em torno de um verbete, conta com links internos, links externos, bibliografia de apoio, etc. Entretanto, se vasculhar um pouco mais, o consulente vai notar outras opções que não a leitura. Entre elas a mais intrigante: a opção *editar*. Na página de edição qualquer leitor pode dar sugestões, fazer alterações, incluir novos itens e assim por diante. Note-se que aqui também, como nos blogs, o leitor é potencial autor daquilo que ele lê. Aqui como lá, um mesmo traço da novidade: a presença de um colaborador que pode ser *receptor-emissor*, isto é, consumidor e produtor a um só tempo. Mas isso não se dá à revelia de complexas dinâmicas de controle pelas próprias redes sociais que operam a colaboração. Um rígido controle, no caso da Wikipédia. A página já estabilizada ou ainda em construção de um verbete não revela o que se passa ali onde colabora a rede social que produz o que se dá à leitura ou à edição. Será no histórico ou na página de discussão que o consulente vai encontrar os registros de um processo que se estende no tempo e que envolve a formação de redes carregadas de relações sociais pautadas por um conjunto de normas e de valores específicos.

Fortemente sustentada por um tipo de meritocracia que é baseada no reconhecimento pelos pares, a colaboração wiki conduz dinâmicas que atribuem valor à ideia de *conteúdo aberto* — por analogia ao código-fonte aberto, valor central entre os *hackers*³⁷. De tal modo que é amplamente compartilhado entre os colaboradores dos projetos wiki o entendimento de que artigos, imagens, vídeos ou áudios devem ser livremente utilizados, distribuídos e modificados por qualquer utilizador da ferramenta. A liberdade para manipular um determinado conteúdo está, entretanto, associada a determinadas condições de regulação social. Trata-se de uma forma de controle

³⁷ Movimento seminal para o desenvolvimento da Internet, a busca por desempenho e excelência tecnológica que agencia os hackers em relações de compartilhamento é fortemente sustentada por um tipo de meritocracia cujo valor central está refletido na noção de *código aberto*, também conhecida como *software livre*. Sobre a cultura hacker ver Castells (2003) e Santos (2002).

que é exercido pela própria rede de colaboradores num processo que faz lembrar a concepção de “controle social” que remete à “capacidade das coletividades de regular-se a si mesmas”, como destaca Ronald Breiger (2000: 57). É, nesse sentido, um modo de controle muito distinto do que se pode considerar como puramente coercitivo. Caracteriza-se por apresentar “uma forma de influência baseada na noção de interação e relações mútuas” (Breiger, 2000: 57). De maneira que as longas e conflituosas interlocuções entre os colaboradores da Wikipédia, assim como a intervenção dos mediadores – indivíduos que ocupam posição de autoridade³⁸ –, oferecem base ao estatuto de confiabilidade que os conteúdos ali gerados vêm adquirindo.

Mark Granovetter (2007) já havia apontado para esse tipo de sustentação social da confiança ao discutir “o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé” (Granovetter, 2007: 12). A esse propósito ele elabora a fundamental ponderação de que a influência das redes penetra irregularmente nos distintos setores de relações, ou seja, não se trata de um tipo universal de interferência das redes nas ações individuais. Tanto é que, em alguns casos, pode existir o efeito inverso. Pode ser que as redes de relações sociais, ao contrário do que se poderia esperar, forneça “a ocasião e os recursos para a má-fé e o conflito em uma escala mais ampla do que em sua ausência” (Granovetter, 2007: 13). De maneira que a regulação pelas redes é mais um dos fatores de vivacidade das relações sociais. Implica em contínuos acordos, desacordos, acertos e erros. Daí decorre outra característica que aparece nas diversas redes colaborativas da Web 2.0: o colaborador é também, em alguma medida, responsável pela regulação do processo. Ele se envolve em intrincadas dinâmicas moderadoras que ora são orientadas por posições de autoridade, ora pelo prestígio ou reputação dos integrantes das redes.

³⁸ A organização hierárquica dos desenvolvedores da Wikipédia é composta por 10 camadas de mediação, que combinam modos diferenciados de colaboração – como usuários anônimos, cadastrados, bots (programas rodados por alguns usuários para cumprir tarefas rotineiras e repetitivas na rede) – com níveis diferenciados de administração. As várias camadas de mediadores podem, conforme seu status, aplicar penalidades àqueles que descumprem regras através de atitudes como vandalismo, conduta imprópria, desrespeito às políticas vigentes, etc.

Inspirado pela prática hierárquica da moderação, o controle de qualidade na Wikipédia tende a constituir redes densas, ou seja, redes onde a maior parte dos atores se conhece e interage entre si.³⁹ Em formatos wiki é essencial que o colaborador conheça seus pares e que seja por eles conhecido. O reconhecimento individual pelo coletivo condiciona posições mais ou menos privilegiadas de ação. Critérios como frequência de participação, “tempo de casa” e obediência às normas de convivência são fatores chave para exercer o que eles consideram como sendo um *livre* manejo dos conteúdos. No seio dessas dinâmicas o exercício da liberdade individual leva o aditivo da responsabilidade sobre a própria ação. Um senso de responsabilidade que faz lembrar a ética individualista que Max Weber (1982) identifica no político e no cientista. Isso porque o colaborador é frequentemente chamado a demonstrar “a posse das qualidades de paixão, responsabilidade e proporção” (Weber, 1982: 139). A paixão, nesse sentido, é o sentimento de uma dedicação a uma causa suprapessoal e o desafio de fundir essa paixão ao senso de proporção requer um mínimo domínio das emoções.⁴⁰ É, afinal, uma apaixonada dedicação à tarefa que exige do indivíduo um distanciamento em relação a si mesmo. Muito diferente da expressão subjetiva que marca a produção colaborativa em blogs, nos processos wiki o que se vê é um compromisso com a objetividade dos temas tratados. De maneira que as hierarquias wiki se pautam muito mais pela posição de autoridade que alguns dos integrantes assumem em relação aos outros.

O que ocorre com cada indivíduo que se envolve na colaboração wiki é a integração ativa a um coletivo onde as posições hierárquicas e recíprocas são bem definidas. Trata-se de uma configuração de coletivo em que a autoridade é exercida em nome da coletividade e desfruta de prerrogativas e de credibilidade. Diferentemente das redes em ambiente blog onde são mais comuns as escalas de prestígio. Nos blogs, a ascendência de alguns dos

³⁹ A densidade de uma rede é medida pelo “cálculo da proporção de linhas existentes em gráfico, com relação ao máximo de linhas possíveis” (Souza e Quandt, 2008:38). No caso de uma rede de relações sociais, diz respeito à proporção do número de relações que os indivíduos estabelecem entre si, com relação ao máximo de ligações possíveis que eles podem ter uns com os outros.

⁴⁰ Uma discussão sobre esta ambígua fusão entre paixão e controle das emoções pode ser encontrada em Diggins (1999).

colaboradores em relação aos outros remete a características estritamente pessoais, singulares, o que fomenta ligações voltadas para o caráter único daqueles que se encontram em situação de superioridade ou de liderança. Essa variação entre o acento subjetivista e o objetivista que distingue um tipo de colaboração de outro repercute em distintos modos de regulação. A vigilância e o controle das ações no modelo wiki são tributários de uma rede social que gera padrões de comportamento claramente definidos e facilmente monitoráveis pelos próprios indivíduos ou pelos *bots* – programas rodados por alguns usuários para cumprir tarefas rotineiras e repetitivas na rede – que operam entre os colaboradores. Por sua vez, para que ocorra qualquer tipo de fiscalização entre os utilizadores de blogs é há que se acompanhar uma ou várias trajetórias singulares, pessoais.

Outra importante diferença que ajuda a perceber as características de cada um desses dois formatos colaborativos diz respeito à maior rigidez ou resiliência das formas de ação recíproca entre os contribuintes. A prevalência de formas flexíveis, susceptíveis de mudança, confere às interações que se passam nos blogs uma maleabilidade que as redes wiki não podem oferecer, uma vez que se servem de formas mais rígidas para acolher suas interações sociais. Tem-se com isso que o rigor das normas que operam entre os integrantes da colaboração Wiki condiciona um tipo de enredamento muito diverso do que se dá entre os blogs, onde sempre se pode encontrar uma nova forma de interação, onde as regras podem ser constantemente revistas. De maneira que é mais comum ver nas dinâmicas tipicamente blog a emergência do novo, como é o caso da frequente inserção de conteúdos de cunho pessoal que posteriormente veio dar o tom da chamada Web social, onde são continuamente desafiados os limites que demarcam os terrenos da privacidade. Mas, também entre as formas mais rígidas da colaboração wiki a novidade dá seus ares na extrema capacidade de integração de indivíduos dispersos, como tornou-se comum nas múltiplas práticas de *crowdsourcing*. O novo, entretanto, não surge harmonicamente. Como não são nada harmônicos os processos que o engendram.

Em que pese o apelo ao compartilhamento e a valorização de atitudes pautadas pela abertura entre os colaboradores, basta uma breve consulta à página de discussão de um dos verbetes da Wikipédia para perceber que as trocas não são tão fluidas quanto se almeja e que as dinâmicas colaborativas não correspondem, necessariamente, às idéias de complementaridade, de homogeneidade ou de harmonia. São longas e enérgicas algumas das discussões que ficam registradas junto aos verbetes e chegam a ser organizadas por temas, tamanho o volume de assuntos tratados. Também nos blogs são frequentes os debates que se desdobram em comentários de toda ordem a partir de um único *post*, comentários que em alguns casos tornam-se um *capítulo à parte* e geram um vigoroso emaranhado de opiniões e pontos de vista que não coincidem entre eles. Tudo isso faz evidente uma importante característica dos processos de colaboração. Fica notável que “fazer junto” é mais que somar esforços, envolve negociações constantes e subsequentes retomadas de direção, assim como promove cisões e o muitas vezes o espraiamento das relações entre os integrantes do processo.

Ao seguir as “controvérsias” entre os colaboradores, “rastreado as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento de grupos” (Latour, 2012: 51) o que se encontra de modo contíguo às convergências que os enredam em interação são as assíduas divergências entre eles. E isso não é por acaso, uma vez que as forças subjetivas que vertem vida nas dinâmicas colaborativas apontam, salvo raras exceções, para sentidos discordantes. Situação que dá relevo à observação de Latour ao considerar que “os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias” (Latour, 2012: 55). E é desse contínuo rumor que nascem os produtos da colaboração em rede. Nunca estáveis, os coletivos que se formam em torno de dinâmicas colaborativas se transformam e se desfazem em *moto contínuo* e é exatamente essa a vitalidade do processo. Se há algo muito próprio das novas formas de colaboração em rede é a fluidez dos coletivos que dificilmente delimitam fronteiras. E isso se deve,

em grande medida isso, à vigorosa presença das controvérsias entre os participantes dos processos.

Vale destacar não somente a inerência da polêmica e do desentendimento que operam em conjunto com o auxílio e a contribuição, mas também a importância dessas interações contraditórias como fator de *sociação*, como observou Simmel (1983) em seu texto sobre a natureza sociológica do conflito. Ao contrário da indiferença que é uma atitude capaz de interromper ou mesmo de inviabilizar a continuidade da interação, as relações conflituosas apresentam potencial de estabelecer ligações entre os indivíduos. Enquanto as ações de uns exercem influência sobre as ações dos outros de maneira recíproca e crônica, mesmo aquelas que se baseiam em dominação, vigilância, competição, entre outras, adquirem importância no sentido de manter vivo o processo interativo. A competição, por exemplo, constitui um tipo de conflito que tem particular capacidade de criar laços entre os indivíduos nela envolvidos.⁴¹ Rivais na disputa por um objetivo comum, competidores tendem a estreitar relações justamente com aqueles que mais ameaçam sua conquista, uma vez que são impelidos a se aproximar deles, a descobrir suas características singulares e a identificar suas forças e fraquezas. Além do mais, não há como negar que, em muitos casos, “é pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo” (Latour, 2012: 56).

Semelhante peculiaridade que imprime força sintética a relações competitivas é muito presente em processos colaborativos, e torna-se evidente nas dinâmicas wiki, cuja arquitetura da participação se vincula à objetividade de um resultado final que é amplamente compartilhado e à concorrência de esforços subjetivos em uma mesma direção para alcançar esse resultado. Quando um verbete da Wikipédia trata de um tema em relação ao qual existe disputa entre pontos de vista divergentes, há grande probabilidade de se encontrar colaboradores assíduos, lado a lado, sempre juntos, *trocando farpas*

⁴¹ A esse respeito, conferir a discussão de Georg Simmel sobre a competição como um tipo de luta indireta que, por uma perspectiva sociológica, possui características sintéticas. Essa temática pode ser encontrada em Simmel (1983).

nas páginas de discussão. E quanto mais divergem entre si, mais próximos ficam. Resultado disso são as contínuas mudanças no conteúdo que fazem com que não raro o verbete permaneça, indefinidamente, em estado de elaboração.

Curioso é que nessa modalidade de conflito — e aí reside a grande particularidade da competição — também o vencido pode se beneficiar com a vitória do outro. Característica tributária do fato de que a luta competitiva muitas vezes conduz à realização de valores que são de interesse coletivo. No caso da Wikipédia, a continuidade do processo competitivo faz supor um constante aprimoramento de conteúdo, além de uma ampliação de perspectivas para todos os envolvidos. Algo bem diferente do que ocorre quando um verbete atinge algum grau de estabilidade, caso em que dificilmente será encontrado qualquer tipo de conflito nas páginas de discussão ou no histórico. Uma vez estabilizado o verbete, ele se torna algo esvaziado de vida. Tais diferenças permitem observar que a presença de conflitos em processos de colaboração assume valor ao repercutir em vivacidade tanto para as relações sociais quanto para os frutos dessas relações.

A relativa importância dos conflitos no interior de redes colaborativas se faz ainda mais notável a partir de uma perspectiva abrangente que se volta para as interações em seu conjunto. Trata-se de um olhar pelo qual as relações que isoladamente possuem significado de pura negatividade são inseridas em um sistema mais amplo de relações do qual também participam aquelas de afinidade e de aproximação.⁴² De modo que se pode apreender um complexo de relações do qual participam tanto as que possuem teor negativo, como se passa com as de concorrência, dominação, controle, etc., quanto as de caráter mais positivo, como são as de afinidade em torno de um mesmo tema ou questão — caso típico dos processos wiki — e também as de troca entre indivíduos que se

⁴² O ponto de vista que possibilita uma percepção a respeito da importância que as forças antagônicas adquirem quando situadas dentro de um sistema mais amplo de relações remete à definição de Georg Simmel sobre “a natureza sociológica do conflito”. Clarificadora da lógica proposta por ele é sua comparação entre os sistemas de relações sociais e o *universo*, cuja configuração somente é possível através da co-presença de forças de atração e de repulsão. Ver o desenvolvimento do argumento em Simmel (1983).

interessam uns pelos outros — circunstância comum entre freqüentadores de blogs.

Ocorre que a coexistência de influxos convergentes de um lado e divergentes de outro investe permanente tensão nas ligações entre os integrantes da colaboração e nesse campo de tensões são estabelecidas as condições de hierarquia, autoridade, prestígio, liderança, entre outras, que propiciam diferentes arranjos para as várias redes. São também as compressões ou distensões que se dão nas relações entre os indivíduos essenciais para os deslocamentos que alteram permanentemente a configuração de cada rede como um todo. É, em grande parte, pelas tensões traçadas de indivíduo a indivíduo – ou de indivíduo a grupo, ou, ainda, de grupo a grupo – que a vida social se põe a fluir junto a todos os atributos tecnológicos que participam ativamente das dinâmicas colaborativas. De modo que as nada estáveis relações entre os indivíduos se apresentam como importantes responsáveis pela fluidez das redes e pelas variações de suas topologias. Como foi observado por Mol & Law (1994: 664), são as simultâneas “repulsões e atrações que constituem o fluxo” reticular.

E vice-versa, os fluxos que dão vida e mutabilidade às composições colaborativas exercem influência sobre o modo pelo qual interagem os integrantes das redes. Influência mútua que se dá na medida em que as diferentes formas através das quais os participantes se colocam em ação recíproca estão intimamente vinculadas a certas propriedades das “longas cadeias de ação”, como diria Elias (1994), que constituem as redes sociais propriamente ditas. Uma vez inserido em dinâmicas colaborativas, o indivíduo age como “um elo nas cadeias que ligam outras pessoas” (Elias, 1994: 23) e que ligam também os mediadores informáticos em complexas e *imbricadas* teias sociotécnicas.⁴³

⁴³ A idéia de “imbricamento estrutural (*embeddedness*)” é tratada como “um dos conceitos-chave na análise de redes, porque descreve de que forma os atores (ou grupo de atores) estão envolvidos em várias redes simultaneamente” (Souza e Quandt, 2008: 41).

Obviamente isso repercute em uma singular condição de individualidade em rede. Não é nada negligenciável, afinal, a existência de uma mutualidade que vincula “a interseção’ de pessoas dentro de um grupo e a ‘interseção’ de vários círculos sociais no indivíduo” (Breiger citando Simmel, 2000: 60). E isso, no caso das redes colaborativas da Web, diz respeito às apropriações que os indivíduos fazem de suas experiências online, assim como envolve os produtos dessas experiências que eles põem a circular pelas redes que frequentam. Trata-se de processos que envolvem múltiplas travessias da interface, em um permanente ir e vir que redimensiona o campo de interação dos participantes. E, esse novo espaço de interação colaborativa abriga uma variada gama de dinâmicas de troca, essas também assumindo novas configurações.

O fluxo de bens

A interação em formas sociais colaborativas está sempre associada à produção, distribuição e consumo de algum tipo de bem. Aquilo que os leitores-autores de blogs e wikis *fazem junto* repercute na proliferação de produtos objetivos de seus processos interativos. Verbetes, textos postados, comentários, opiniões, relatos, desabafos, e assim por diante, são, em última análise, os bens que circulam pelas redes constituídas por esses leitores-autores. São os produtos objetivados da ação colaborativa desses sujeitos, cujo fluxo envolve relações de troca entre eles. É sabido que a troca de bens faz parte das relações sociais e interferem na forma como elas são tecidas e, vice-versa, que o modo como transcorrem os intercâmbios intervém no modo como os envolvidos relacionam entre si. Marshall Sahlins chama a atenção para o quanto “uma relação social determinada pode dificultar certo movimento de bens, mas uma transação específica pode – ‘do mesmo modo’ – induzir uma relação social particular” (Sahlins, 1972: 186). E esta interferência mútua entre o tipo de intercâmbio e as formas sociais de interação está também condicionada à natureza dos produtos que estão em jogo.

As relações sociais que compõem a colaboração em formatos blog e wiki – do mesmo modo que muitas outras formas colaborativas da Web 2.0 – se dão em torno de produtos que saturam o mundo online: conexões, textos, imagens, sons, enfim, conteúdos digitais de toda ordem. Ou, em outras palavras, bens imateriais. Antes de tudo é preciso notar que bens dessa espécie são, invariavelmente, frutos de realizações humanas, são produtos culturais – lembrando que, no caso da Web 2.0, os bens culturais são, em sua maioria, produtos objetivados das próprias dinâmicas colaborativas. A importância disso deve-se ao fato de que, enquanto na natureza é válido o princípio de conservação da matéria e das energias, nos bens de cultura este princípio perde seu fundamento, pois a totalidade daquilo que é fruto da ação humana pode aumentar indefinidamente. No âmbito da cultura encontra-se um amplo conjunto de elementos que abrange moralidade, conhecimento, linguagem, simbolismos, etc., que podem estar fixados nas mais diversas formas, inclusive nas digitais. Essa condição de imaterialidade – que constitui uma importante dimensão da cultura – evidencia não somente uma ausência de limites para sua ampliação, como também um espaço que permite a criação de novos valores no decorrer das trocas.

Exemplos de troca de bens imateriais não se restringem à Web, como é o caso do meio acadêmico, que é animado por trocas em torno de conteúdos intelectuais. Nesse contexto, as trocas não somente contêm potencial para fazer surgir uma novidade, como também podem acrescentar benefícios para todos os envolvidos – ainda que seja no bojo de muito conflito, tal qual foi observado na colaboração wiki. Sobre o benefício que é usualmente partilhado nas trocas de conteúdos intelectuais, Simmel havia ponderado que “unicamente uma sensibilidade patológica pode sentir-se roubada quando determinado conteúdo intelectual objetivo já não constitui uma propriedade subjetiva exclusiva, senão que outras pessoas também refletem sobre ele” (Simmel, 2003: 352). Essa ausência de renúncia⁴⁴, por parte dos envolvidos na troca intelectual adquire

⁴⁴ Para Simmel, o que distingue as trocas intelectuais, amorosas ou verbais das trocas econômicas é a ausência de renúncia. A esse propósito, ele declara que “é precisamente a troca de valores econômicos o que menos pode livrar-se do matiz do sacrifício” (Simmel, 2003: 41).

um sentido mais evidente quando se toma por referência a troca de bens materiais, principalmente a troca daqueles que são colhidos na natureza, onde é intransigente o “princípio da raridade”.

O princípio da raridade está irremediavelmente vinculado ao limite quantitativo dos bens materiais, ou seja, à finitude da matéria.⁴⁵ Os bens materiais, principalmente os que são provenientes da natureza, são sempre, em alguma medida, bens esgotáveis. É exatamente essa visão que justifica a importância da ideia de *conservação* de valores. Se não se pode criar novos valores, não se pode também perder nenhum valor. E, em um mundo onde nada se pode perder, tudo está repartido, isto é, cada bem possui o seu proprietário. A conclusão evidente é aquela que considera o ganho de uns sempre às custas da perda de outros, ou, como diz Simmel, pressupor que “o que se dá a um se há de quitar a outro” (Simmel, 2003: 351). Daí a constatação de que existe algo significativamente diferente quando se trata de bens imateriais. Eles facultam uma troca que não necessariamente reparte, uma troca que se desvincilha da equação de soma zero. Ela não remete a bens que se esgotam, mas sim a bens que proliferam para além da materialidade do objeto.

Enquanto no mundo físico é válido o princípio de conservação; no mundo dos bits este princípio perde seu fundamento, pois a totalidade daquilo que é digitalmente produzido pode aumentar indefinidamente. As trocas em torno de conteúdos digitais podem ser realizadas sem que para isso seja exigido algum modo de expropriação. De tal maneira que os produtos digitais da colaboração online se mostram tributários do *excesso* e não da falta. Inclusive, desse ponto

Nesse ponto, o estudo de Foucault (1981) sobre as bases históricas de uma utilitária “teoria do valor” converge com a reflexão simmeliana. Ele observa que, quando o valor é situado nas trocas, o indivíduo “aceita renunciar ao que possui para obter essa outra coisa que estima mais útil e à qual atribui mais valor” (Foucault, 1981: 211).

⁴⁵ O tema da raridade é desenvolvido por Simmel (2003) na “Filosofia do dinheiro”. Também Foucault (1981) aborda essa questão. Ele a situa no contexto da economia clássica que, a partir de Ricardo, começa a lidar com a raridade como uma ideia que articula o crescimento demográfico à limitação dos espontâneos frutos da terra, uma noção que debate com os limites entre a vida e a morte, considerando que “a pendência da morte se faz mais temível à proporção que as subsistências necessárias se tornam de mais difícil acesso” (Foucault, 1981: 272).

de vista, a grande problemática gira em torno do excesso e não da escassez.⁴⁶ Daí a necessidade de potentes sistemas de filtragem – desde aqueles sistemas com ênfase mais tecnológica, como é o caso do muito utilizado buscador Google, até as dinâmicas mais propriamente “sociais”, como ocorre no compartilhamento de experiências pessoais. Seja pela primazia do constructo tecnológico, seja pela propagação de formas sociais de filtragem, trata-se sempre de soluções sociotécnicas, criadas para lidar com um universo de conteúdos digitais e de conexões reticulares que, além de ser inapreensível em sua totalidade, encontra-se em franca expansão.

Ocorre que, embora o meio tecnológico digital da Web seja povoado por bens imateriais que viabilizam trocas sem perdas ou renúncias, nem sempre o que se vê é uma relação de equilíbrio entre os envolvidos na colaboração. Já foi dito das distintas maneiras como podem ser traçadas as hierarquias na rede – como as diferenças sociais por autoridade ou prestígio – e dos conflitos e tensões que perpassam essas desigualdades sociais. Também os intercâmbios na Web padecem de desequilíbrio, ainda que os benefícios possam ser partilhados. A esse respeito, um primeiro e decisivo ponto deve ser considerado. As formas de colaboração até aqui discutidas não apenas se dão em torno de bens imateriais, como também são quase sempre voluntariamente realizadas pelos contribuintes, prescindem, na maior parte das vezes, da mediação abstrata do dinheiro.

O ciclo da dádiva

As formas de intercâmbio de bens digitais que entretencem ligações entre os colaboradores sem que para isso sejam monetariamente mediadas atualizam, de algum modo, a prática do “dom” ou da “dádiva” no sentido proposto por Marcel

⁴⁶ A questão do excesso é central na discussão de Simmel sobre a cultura moderna. Ele considera que é na condição de um excesso que a vida individual não tem capacidade para acolher que o acervo de cultura objetiva invade o sujeito de maneira opressora. Se, por um lado, a vida subjetiva não se esgota nas formas culturais objetivas, por outro não consegue apreendê-las em sua totalidade. Esse é o cerne da problemática que o autor designa como sendo a “tragédia da cultura”. Aos elementos culturais que o circundam, o sujeito “não pode assimilar inteiramente a todos individualmente, e tampouco pode simplesmente descartá-los, uma vez que eles pertencem potencialmente à esfera de seu desenvolvimento cultural” (Simmel, 2005: 102).

Mauss (1974).⁴⁷ Nos termos dele, poder-se-ia compreender que nessas trocas as “prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias”, uma vez que acabam fazendo parte de um “*sistema de prestações totais*” (Mauss, 1974: 45). É claro que o sistema de prestações estudado por Mauss nas sociedades chamadas *selvagens* é absolutamente heterogêneo ao que se vê emergir nas redes sociotécnicas.

Afora a presença de tecnologias inteligentes e as propriedades reticulares que participam das permutas na Web – e que obedecem a lógicas outras que as sociais –, o que se vê hoje é a inserção de *indivíduos* que agem voluntariamente uns em relação aos outros; diferentemente do tipo de trocas de bens que é analisada por Mauss, onde “não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam, trocam e contratam” (Mauss, 1974: 45). De modo que, na colaboração 2.0, as três obrigações que movem o sistema de prestações da dádiva, as obrigações de “dar, receber, retribuir” (Mauss, 1974, pp 104-114), geralmente são assumidas por indivíduos interligados em redes de relações que são socialmente regidas e não por coletivos que interagem entre si. Trata-se, portanto, de uma atualização altamente individualizada desse ciclo. Fundamental para essa forma individualizada de dádiva é a posição de superioridade do indivíduo que dá e que, ao dar, obriga o outro a receber e depois retribuir num jogo onde a permuta ultrapassa a troca de bens e torna-se permuta de autoridade e prestígio.

Nesse jogo de permutas, como observa Bataille (1975), “a *posição* varia de acordo com a aptidão de um ser individual para a dádiva”. Aptidão que, vale frisar, não se dá unicamente a partir da capacidade de abrir mão de um determinado bem, mas “também do fato de o próprio homem ter-se colocado inteiramente em jogo” (Bataille, 1975: 108). E é exatamente isso o que acontece quando um indivíduo edita um texto, emite um comentário sobre um tema qualquer, exprime seu ponto de vista, oferece sua visão de mundo aos outros

⁴⁷ Uma análise que observa a prática da dádiva entre os *hackers* a partir do olhar de Mauss foi realizada em Santos (2002).

integrantes da rede, fixa na forma de palavras, imagens ou sons suas impressões subjetivas que, em alguma medida, acrescentam valor ao processo como um todo. Ele realiza uma dádiva. E, enquanto presta-se ao dom de si, coloca-se em jogo – isso não sem repercussões para sua mais íntima experiência de vida. É no âmbito dessas permutas de autoridade, prestígio e reputação individuais que o fluxo de bens traça boa parte de suas trajetórias nos processos colaborativos da Web 2.0.

Uma das principais características desse tipo de intercâmbio se encontra na vigência da reciprocidade ou, como propõe Sahlins, nos “movimentos ‘vice-versa’” (Sahlins, 1972: 188) que mantêm vivo o ciclo de dar, receber, retribuir. Isso não significa, entretanto, que seja sempre uma “reciprocidade generalizada” no sentido de ser “supostamente altruística” (Sahlins, 1972: 193), ou mesmo que se trate de uma “reciprocidade equilibrada” (Sahlins, 1972: 194) onde a permuta seria simultânea e fundada em uma mesma espécie de bens, em quantidades equivalentes. Assim como as retribuições não necessariamente assimilam a qualidade da usurpação por dívida o que conduziria ao extremo da “reciprocidade negativa”, para usar os termos do (Sahlins, 1972: 195).

No mais das vezes, as formas da reciprocidade que se dão nas diferentes composições sociais das redes colaborativas da Web conduzem a ciclos mais ou menos extensos de interação. Sendo que “a transferência inicial pode ser voluntária, involuntária, prescrita ou contratada; a redistribuição pode ser outorgada livremente, exigida, ou premiada”, por sua vez, a retribuição que dá continuidade ao ciclo “pode ser discutido ou não, pode ou não ser sujeito à avaliação, etc.” (Sahlins, 1972: 193). De maneira que, conforme variam as formas de ação recíproca pelas quais transcorrem as interações, mais longo ou mais curto pode ser o ciclo da dádiva, mais extenso ou mais restrito, percorrendo um maior ou menor percurso de ligações da rede. Critérios como proximidade e pessoalidade nas relações são fundamentais na definição de uma maior ou menor complexidade no sistema de reciprocidade.

Ocorre que essas dinâmicas pelas quais é atualizado em uma variada gama de configurações o sistema de prestações da dívida se interpõe a outras lógicas colaborativas. Em um ambiente onde os coletivos não fixam fronteiras, e cujas configurações são continuamente retraçadas, ficam muito difundidas as imbricações entre heterogêneas lógicas de enredamento dos indivíduos. Essa é, a propósito, outra importante qualidade que ajuda a definir o que há de novo na colaboração em rede da Web: processos de hibridação das composições sociais. Não raro encontra-se na Web um encadeamento de trocas baseadas no dar, receber, retribuir que tramitam em meio a intercâmbios monetariamente mediados, como se pode ver nos sistemas de qualificação ou de “gestão da reputação” (Rheingold, 2005: 156) em meio a redes comerciais. Ver-se-á, a propósito, que onde entra a mediação abstrata do dinheiro, muito comumente se encontra a transação de bens materiais através da Web. Antes, contudo, é importante examinar a lógica das permutas monetárias, uma lógica muito distinta do ciclo da dívida.

As permutas monetárias

Não há dúvida de que a participação do dinheiro nos fluxos de bens altera definitivamente a lógica das permutas. Primeiramente porque o dinheiro tem a característica de ser um equivalente universal para todas as coisas, como argumenta Simmel (2003). Tudo é passível de ser monetariamente calculável. A calculabilidade das coisas, das ações, do tempo e de inúmeros outros fatores, é também elemento central para as trocas mediadas pelo dinheiro, assim como o é a racionalidade nas atividades financeiras. Como equivalente universal de tudo, o dinheiro assume a condição de meio para alcançar qualquer finalidade. E a mediação do dinheiro tem a capacidade de conectar indistintamente os mais diversos fins, de forma que aquilo que era a princípio um fim se pode converter na preparação de outro que lhe é completamente estranho – o produto em dinheiro de um ente qualquer converte-se em base para a obtenção de outro que em nada remete ao anterior. Isso permite que, na totalidade da

concatenação entre meios e fins, ocorra um prolongamento das séries de fins *ad infinitum*, num imprevisível encadeamento de elementos aleatórios e heterogêneos. Assim, por intermédio do dinheiro, muitas coisas que a princípio têm o caráter de fim, tornam-se meios que conduzem na direção de outros fins.

Essa extensão na série de fins que exacerba o fluxo de bens intervém no modo como os indivíduos envolvidos em relações mediadas pelo dinheiro se ligam uns aos outros. As ações recíprocas que estabelecem o vínculo entre estes indivíduos costumam ser interações que exigem apenas um vínculo objetivo: aquele que é realizado por meio do dinheiro. Deste modo, são relações que prescindem de uma pessoa concreta, pois exigem apenas uma prestação objetiva que pode ser financeiramente calculável, tornando intercambiáveis as individualidades que podem oferecer estas prestações. O sentido disto abrange a propriedade que o dinheiro tem de fazer com que o vínculo do indivíduo com seu seu pares se dê por meio de uma abstração ao permitir que as relações entre um indivíduo e os outros repitam as formas das relações entre as pessoas e as coisas. Decorrem daí questões de toda a ordem. A mais extrema, talvez, seja a da redução do outro à qualidade de objeto, pois, a partir do momento que o indivíduo se relaciona com o outro como se relaciona com as coisas, ele passa a viver em “um mundo onde um homem pode ser apenas uma *coisa*” (Bataille, 1975: 94).⁴⁸

No contexto das redes sociotécnicas da Web o homem “poder ser apenas uma coisa” tem especial significado. Trata-se de um tipo de enredamento onde, como foi visto, as máquinas e os sistemas tecnológicos mostram-se aptos a agir como “mediadores” (Latour, 2012), ou seja, são capazes de gerar uma novidade, uma ação não premeditada. A mediação impessoal do dinheiro, por sua vez, pode implicar em uma posição de mero intermediário para alguns dos indivíduos, ou seja, na posição de alguém que repassa o que recebe, sem provocar nenhuma alteração, fazendo cumprir a lógica monetária do *toma lá, dá*

⁴⁸ É importante notar que o termo *coisa* é grifado pelo autor a partir do momento que ele o define como um *objeto* que é da mesma natureza que o *sujeito*.

cá. É a lógica da extrema impessoalidade, muito diferente daquela que rege o ciclo dádiva, onde todos os envolvidos se põem em ação e deixam seus rastros. Essa alternância de papéis, na qual uma máquina pode assumir a posição de mediador e o indivíduo a de passivo intermediário, implica em uma intrigante inversão da relação entre o sujeito e o objeto, tema que merece atenção. No momento, entretanto, vale reter a propriedade que o dinheiro tem de intervir na forma como são encadeadas as redes colaborativas da Web.

As redes sociais que se constituem em torno de objetivos econômicos possuem características muito peculiares. Quando comparadas a outros tipos de formação de coletivo – como os enredamentos que deram vida às comunidades virtuais do começo da Web – fica notável que no lugar de um “*sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer*” a um mesmo coletivo encontra-se uma espécie de “*união* de interesses racionalmente motivados” (Weber, 1999: 25, grifo do autor). Ou seja, não há expectativa de que as redes de troca econômica venham acolher qualquer tipo de sentimento comunitário entre seus integrantes, um tipo de sentimento que frequentemente é manifesto pelos utilizadores de blogs em relação a outros *blogueiros*. Mesmo porque, enquanto a afinidade tipicamente comunitária funda-se em um tipo de entendimento que é prioritariamente tácito, como observou Bauman (2003), um entendimento que flui muito naturalmente entre aqueles que o compartilham, nas redes de viés econômico o ajuste de interesses produz interações predominantemente de negócios, interações ponderadas. São relações que se passam em um balanceamento objetivo de serviços e retribuições que prescinde de grande parte dos aspectos subjetivos dos envolvidos.

Semelhante exatidão calculável que confere sentido à relação econômica é condizente com algumas condições que são próprias da economia monetária. A mediação do dinheiro nas relações sociais “facilita a separação do elemento pessoal” e faz isso “por meio de sua essência objetiva” (Simmel, 2006: 363). De maneira que as interações mediadas por valores monetários se orientam para prestações objetivas que podem ser realizadas por um número indefinido de indivíduos, independente de suas características pessoais. Assim, as relações

econômicas suprimem a pessoalidade, isto é, não dão ênfase ao caráter insubstituível de cada indivíduo. Isso porque no âmbito das redes de relações econômicas, na maior parte das vezes, “trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente. Apenas a realização objetiva, mensurável, é de interesse” (Simmel, 1979:13). Nesse tipo de rede onde a impessoalidade e o cálculo atuam como fatores decisivos, as características do outro que se procura saber correspondem prioritariamente à prestação objetiva que se espera cumprir.

São muitas, na Web, as configurações de rede constituída em torno de objetivos econômicos. Existe um tipo, contudo, que chama a atenção por reeditar, no campo das permutas monetárias, dois dos principais atributos das redes colaborativas 2.0. Não apenas por permitir que os integrantes das trocas assumam um ambivalente estatuto, o de *consumidor-ofertante*, como também por condicionar a participação deles nos processos de regulação. A primeira dessas características, a que corresponde à possibilidade do indivíduo atuar ora como consumidor, ora como ofertante, tem sido amplamente explorada em sites que se alinham à tradição eBay. No Brasil, o mais conhecido deles é o Mercado Livre que, por sua vez, inspirou o TodaOferta.⁴⁹ Em todos esses casos, a base tecnológica atua como um mediador maquínico que possibilita transações ocasionais, a baixíssimo custo, entre quaisquer indivíduos com acesso à Internet. Nesse contexto, a mediação tecnológica vem se somar à mediação abstrata do dinheiro e, desse modo, contribuir para um incremento da impessoalidade nas relações sociais e para a formação de critérios mais objetivos de permuta.

Extremamente impessoais, essas redes admitem que o indivíduo experimente uma alternância entre comprar e vender. Isso significa que o fruto de uma aquisição realizada por intermédio do site pode ser posteriormente

⁴⁹ O eBay pode ser considerado como “o principal sobrevivente da bolha do comércio eletrônico” (Rheingold, 2005: 156) também conhecida como “bolha.com”. O Mercado Livre se apresenta como sendo a maior comunidade de compra e venda da América Latina. Já o *TodaOferta* ocupa um sítio eletrônico dentro de um dos maiores provedores de Internet no Brasil, o UOL – Universo Online –, onde são realizadas negociações para a compra e a venda de produtos e serviços.

disponibilizado para venda no mesmo lugar onde foi adquirido. E o controle de grande parte do processo é feito pela própria rede com o auxílio das plataformas tecnológicas que proporcionam ampla e ágil propagação de informações no interior de sistemas projetados para essa finalidade. Estabelecer transações que atestam uma conduta confiável se faz uma exigência para a permanência nas dinâmicas de troca monetária. Isso porque a reputação, o bom nome e a credibilidade podem se erigir ou ruir através das informações que correm pela rede. E tais atributos estão invariavelmente associados às prestações objetivas: estado geral do produto, cumprimento de prazos, pagamento em dia, polidez na negociação, e assim por diante.

Nos espaços reservados à avaliação da conduta do outro – alguém com quem foi realizado um intercâmbio monetariamente mediado –, o comprador-vendedor pode não somente pontuar positivamente, negativamente ou medianamente a condução da permuta, como também pode publicar seu comentário sobre todas as fases do processo de negociação. De modo que cada integrante da rede porta consigo o conjunto das qualificações que lhe foram atribuídas, ou seja, o registro das avaliações a respeito de sua conduta feitas por quem já estabeleceu com ele uma relação de negociação. Suas experiências prévias ficam, assim, registradas para que uma hipótese sobre sua conduta futura possa ser elaborada por aqueles que ainda não o conhecem. Começa aí uma interessante integração entre o tipo de ação recíproca que é própria do intercâmbio monetário e outro tipo que mais faz lembrar a prática do dom de si.

Os sistemas de qualificação pelos quais os frequentadores dessas redes de comércio eletrônico avaliam as condutas uns dos outros revelam a disponibilidade que os indivíduos têm para compartilhar, uns com os outros, suas experiências de vida.⁵⁰ Ainda que se trate de redes majoritariamente

⁵⁰ As redes de permuta monetária aqui citadas são exemplares de apenas um tipo – aquele que é formado por compradores que também podem ser vendedores e por colaboradores que assumem a tarefa reguladora dos intercâmbios. No entanto, a prática da avaliação de transações comerciais através dos sistemas eletrônicos de qualificação pode ser encontrada nos mais diversos tipos de sites de compra e venda. Exemplo disso, entre sites brasileiros, se encontra no *Estante Virtual*, um agenciador que reúne mais de 1500 “sebos” em todo o Brasil e que se gaba pelo altíssimo índice de qualificações positivas realizadas pelos compradores de livros usados que recorrem a seus serviços. Tamanha é a importância que o site concede à troca de

compostas por pessoas que não se conhecem e que talvez nunca venham a se conhecer pessoalmente. Não há que se procurar nesse compartilhamento de experiências uma irrestrita vigilância cujo olhar somente trai somente as falhas na conduta do outro, com vistas a uma futura punição para ele. Ao contrário. É vastíssimo o material elogioso, com minuciosas descrições das qualidades positivas do processo em avaliação. Essa forma de colaboração entre indivíduos que nunca se viram e que possivelmente nunca se encontrarão face a face vem se estabelecendo como garantia de confiabilidade em ambientes onde a segurança é precária. Constitui um tipo de suporte que é construído e continuamente remodelado pelos próprios frequentadores das redes e demonstra a forte influência que as relações precedentes de uns pode exercer sobre as relações futuras de outros.⁵¹ Trata-se de uma espécie de cumplicidade entre pares que raramente encontra correspondência em situações offline. Uma cumplicidade que fica ainda mais manifesta quando se observa o quanto os vários tipos de troca em rede podem intervir, de modo decisivo, na atividade de consumo. Dessa integração surge um inovador tipo de colaboração: o consumo colaborativo

*O consumo colaborativo*⁵²

A ideia de consumo colaborativo é, em si, inovadora.⁵³ Primeiramente porque a dimensão propriamente social do consumo é definida pela noção de distinção. Isso significa considerar que, ao consumir, o indivíduo manipula códigos cujo sentido se dá dentro de um sistema diferencial, ou seja, um sistema

experiência entre os consumidores que na página inicial existe um contador das qualificações “bom” e “ótimo” como indicador da satisfação dos clientes.

⁵¹ Como não pode deixar de ser, essa troca de experiências entre os integrantes das redes comerciais divide espaço com outras formas mais conflituosas de ligação interpessoal. A atmosfera de leilão que recobre esses sites de compra e venda faz da concorrência um incentivo ao consumo. O apelo à competitividade entre os consumidores não atua como desagregador e sim como fator de associação que dispõe em relação de proximidade indivíduos que concorrem entre si. Essa é mais uma das maneiras pela qual a competição apresenta sua força sociológica em meio à atividade colaborativa da Web 2.0.

⁵² Um estudo preparatório sobre consumo colaborativo e que traz outras questões além dessas aqui tratadas pode ser encontrado em Santos & Cypriano (2010b).

⁵³ Um amplo estudo sobre as principais perspectivas para a atividade de consumo pode ser encontrado em Cypriano (2008).

relativamente contingente onde uma diferença dá significado à outra.⁵⁴ Por esse ponto de vista, o consumo é definido como uma atividade que organiza as diferenças de maneira sistêmica. De modo a considerar que o consumidor não está somente em busca de satisfação, mas também de significação. Antes de tudo, ele procura significar a si mesmo como ser social, um ser que adquire sentido sempre em relações de diferenças com outros indivíduos.⁵⁵ Assim, o consumidor aparece como um indivíduo ocupado em se distinguir por meio dos objetos que assimila ou recusa.

Por uma perspectiva que toma outra direção, o consumo costuma ser visto como uma prática individualizada e individualizante. Enquanto a lógica social compreende a dimensão simbólica em correspondência direta com a estrutura diferenciada de uma sociedade, a perspectiva que observa o consumo individual se volta para um imaginário cultural que escapa às exigências da ordem. O indivíduo que consome aparece, por esse ponto de vista, como alguém que encontra nessa atividade espaço para gastar, esbanjar, se divertir, desafiar todos os limites. Ele não deixa de se adequar às diretrizes socioeconômicas da respeitabilidade e da conservação, mas encontra no consumo ambiente para se dedicar a si mesmo. De tal maneira que suas “motivações privadas vencem largamente as finalidades distintivas” (Lipovetsky, 2006: 38).

A inovação do consumo colaborativo começa por colocar em cheque a imiscibilidade entre essas concepções mais gerais que, ora enfatizam as injunções individuais, ora as determinações sociais. Esclarecedora desse desafio é a prática da compra coletiva. Uma prática recente que, embora venha perdendo o vigor dos primeiros momentos, inaugurou um modo de consumo em rede que tem sido muito difundido entre os frequentadores das redes sociais. Trata-se da experiência do benefício compartilhado. Para tanto, como

⁵⁴ Baudrillard (1995) foi precursor na aproximação que, a partir da semiologia, trata o consumo como uma manipulação ativa de signos. Sua abordagem segue a perspectiva aberta por Veblen (1988) no estudo sobre “a classe ociosa”, onde analisa a posse de bens como um indicador na classificação social. Por outra via, essa perspectiva é também explorada por Douglas e Isherwood (2006).

⁵⁵ A idéia de diferenciação social é formulada por Bourdieu (1996) no sentido de *separação* no interior do *espaço social* onde existe um conjunto de *posições* que, embora coexistentes, são exteriores umas às outras.

nas outras formas de colaboração aqui estudadas, os consumidores acabam por assumir a dupla qualidade de *receptor-servidor* de informações. Isso se dá a partir de um modelo de negócios que só faz sentido no âmbito das redes sociais da Web.

A ideia de compra coletiva nasceu em 2008 junto a um modelo de negócios proposto em 2008 pelo Website GroupOn. Esse modelo de negócios é orientado por uma lógica segundo a qual o aumento em escala da demanda pode implicar em uma extraordinária baixa de preços. A aplicação da lógica é bem simples. Uma vez definido um número mínimo de compradores para um determinado produto ou serviço e estipulado um prazo para que seja alcançado esse mínimo, o site publica ofertas que cobrem descontos de até 90%. A validação da oferta fica condicionada ao alcance do número estipulado de compradores antes que o prazo termine. Em contagem regressiva, é dada a largada para que os interessados na oferta se empenhem em cooptar o máximo de indivíduos possível. Para tanto, os usuários da Internet são incentivados a recorrer à agilidade com que as redes sociais compostas via Twitter ou Facebook fazem circular informações para divulgar aquela que parece ser uma oferta imperdível. A eficácia do procedimento torna-se, então, indissociável das dinâmicas que transcorrem em meio a essas redes.

Inicialmente implantado em Chicago, O *GroupOn* passou a operar em centenas de cidades e a movimentar negócios em vários países. Não é de se admirar que o bem sucedido modelo tenha sido replicado por outros sites em várias localidades do mundo. Em fase de franca expansão, a compra coletiva chegou ao Brasil em março de 2010 com o site *Peixe Urbano* que seis meses depois comemorou a participação de 1 milhão de usuários cadastrados em mais de 30 localidades. Durante esses poucos meses em que o *Peixe Urbano* traçava um meteórico crescimento, uma dezena de outros sites se instalaram em diversas cidades brasileiras. Houve ainda um desdobramento que merece ser mencionado. A criação de agregadores de sites de compra coletiva onde o consumidor pode comparar as ofertas publicadas em cada um deles. Em que pese o imprescindível suporte tecnológico no decurso do consumo coletivo,

trata-se de um fenômeno que encontra seu vigor em atitudes que são decorrentes da demanda.

Aquele que disponibiliza as ofertas em um site de compra coletiva age como um atacadista que retira seus ganhos da venda em escala, mas o faz para um grande número de consumidores. É sabido que “a união faz a força” e os benefícios colhidos pelos compradores coletivos são tributários dessa união. Até aí nada de exótico. A grande inovação diz respeito às formas pelas quais a demanda se agencia em torno da oferta. São os próprios consumidores que, ao desejar validar um desconto, promovem agenciamentos em rede que culminam na compra coletiva. Nesse sentido o desejo não flui solitário, ele convoca o outro a formar conjunto para seguir em uma mesma direção. Um conjunto que é composto pela interação entre indivíduos, dispositivos tecnológicos, sistemas computacionais e unidades de informação. Tudo indica, entretanto, que a grande força propulsora dos sites de compra coletiva se encontra no poder de agência desse consumidor em rede. Poder que é catalisado por um desdobramento dos ganhos.

Ponto central para a formação dos coletivos de compradores é o benefício compartilhado. Todos aqueles que se engajam em torno de uma oferta podem colher benefícios comuns. Quanto mais potente a rede de compartilhamento, maior o ganho de cada um de seus integrantes. O estímulo ao consumo que uma oferta provoca se converte, então, em incentivo à conectividade. O curioso é que, tendencialmente, são ofertas de produtos e serviços que dizem respeito ao bem-estar pessoal, como a gastronomia, o entretenimento e também os cuidados com o corpo, como cortes de cabelo, massagens, manicure. Em última análise, o compartilhamento de informações acaba por redundar em compartilhamento de bem-estar.

A perder de vista ficam as injunções individualizadoras quando a rede atravessa a dinâmica do consumo. Preocupações identitárias ou distintivas que adquirem sentido em ambientes onde os laços sociais se perpetuam no tempo, passam a dividir espaço com a contingência das conexões. O mero gesto de *um*

click pode ser convertido em abertura para o inusitado de opiniões, gostos e preferências que atuam mais como parte constituinte da ação que como exterioridade acolhedora de pertencimento ou diferenciação. O consumidor que recorre ao ciberespaço se enfrenta com uma contínua renovação dos sentidos que poderiam estar associados às suas atitudes. Integrado às redes, encontra no precário equilíbrio dos laços sociais potencial de mudança e agência.⁵⁶

Quando um consumidor divulga uma oferta, ele se desloca da posição de receptor para a de servidor da informação sem deixar, no entanto, de ser cliente. O indivíduo que recebe “na bandeja” a publicação de uma oferta assume a condição de distribuidor ao divulgá-la entre seus pares que, como ele, são potenciais consumidores. Tal ambiguidade nas posições sociais é, como em outras formas de colaboração em rede, tributária de um coletivo capaz de alterar continuamente suas configurações.

Os traços da novidade

Embora sejam amplamente variáveis as formas da colaboração em rede, trespassam as diferenças alguns traços em comum. A grande riqueza dessas novas dinâmicas colaborativas encontra-se na flexibilidade da experiência daqueles indivíduos que as conduzem. Eles transpõem inúmeras vezes a interface entre o *milieu* digital e o analógico, alternam suas posições em relação àqueles com quem compartilham essas transposições, se engajam em processos heterogêneos e, por fim, ainda geram valor. É exatamente nesse mesmo lugar onde nasce a riqueza que se forma a vertigem do novo. Enredados entre indivíduos desconhecidos, máquinas, sistemas tecnológicos, forças de mercado, os colaboradores correm risco, se envolvem em conflitos de toda ordem, dissipam excessos. Fazem, assim, ainda mais notáveis suas experiências de desbravadores que abrem o terreno para outra forma de troca e partilha que amplia o alcance da novidade. Os colaboradores da Web 2.0 fecundam as terras onde nascem as redes de sociabilidade que compõem a Web social.

⁵⁶ Sobre o poder de mudança e agência que emerge de variáveis equilíbrios de poder ver ELIAS, N. *Qu'est-ce que la Sociologie*. Paris: Pandora/Des Sociétés, 1981.

III. A sociabilidade em rede

III. A sociabilidade em rede

O difuso sentido da sociabilidade

É notável que não exista uma definição unívoca para a sociabilidade, embora seja essa uma noção central para qualquer abordagem da vida social. O uso comum do termo costuma remeter a três ordens de significação, uma que diz respeito à qualidade de ser sociável; outra que se refere a uma inclinação para a vida coletiva; e uma terceira que aponta para o exercício de certas regras de convivência. O curioso é que também nas ciências sociais encontra-se o mesmo tipo de variação no que tange aos atributos que definem a sociabilidade. De tal modo que não raro aparecem discussões sobre o tema junto a tentativas de precisar, minimamente que seja, o significado dessa noção no âmbito dos estudos sociais. Sem o intuito de fazer um levantamento exaustivo das múltiplas acepções do termo, é importante apontar, ao menos no âmbito dos estudos de redes sociais, algumas apropriações desse vocábulo. Com isso, fica possível destacar os pontos de referência que nos ajudam a nortear o exame das formas da sociabilidade em redes sociotécnicas.

Os analistas de redes sociais Alain Degenne e Michel Forsé (2004) discutem essa questão e propõem que “a sociabilidade não deve ser entendida como uma qualidade intrínseca de um indivíduo que permitiria distinguir aqueles que são ‘sociáveis’ daqueles que são menos, mas como o conjunto de relações que um indivíduo (ou um grupo) mantém com outros, tendo em conta a forma que essas relações tomam” (Degenne & Forsé, 2004: 35). Já Pierre Mercklé (2011), autor também dedicado ao tema das redes sociais, sugere “definir a sociabilidade seja pelo recenseamento e pelas características das interações, no quadro de estudos sobre as ‘redes pessoais’, seja a partir de suas manifestações exteriores mais facilmente apreensíveis e mensuráveis” (Mercklé, 2011: 38). Ambas as propostas de definição se voltam para uma tentativa de

operacionalizar a noção no âmbito das redes de relações sociais, com vistas a evitar que o foco se volte para a dimensão estritamente pessoal e subjetiva desse tipo de engajamento. Tem-se com isso um gesto de delineamento mais objetivo da sociabilidade pelo qual é elencado o conjunto das relações interpessoais de uma determinada rede, ou de um indivíduo, para então serem qualificadas as diversas formas em que são realizadas tais relações.

É válido o esforço desses autores no sentido de caracterizar a sociabilidade pelas formas em que ela se manifesta nas relações entre os indivíduos e não como um atributo deles ou uma motivação particular que precisaria ser evocada caso a caso. Contudo, as definições por eles apresentadas não ajudam a traçar um tipo específico de relação, ao contrário, deixam em aberto o significado do termo, fazendo com que ele acolha uma gama de interações, como se dá com “a prática de esporte, as saídas, a frequência de associações, as recepções em casa, as recepções na casa dos outros, a frequência de cafés, o jogo de cartas, a dança” (Degenne & Forsé, 2004: 44). A noção de sociabilidade fica, então, condicionada a um conjunto específico de práticas vinculadas a atividades de lazer ou ao uso do *tempo livre*, embora tais categorias não sejam explicitadas como critério definitivo.

Há ainda uma aplicação do termo pelo qual a sociabilidade assume a condição de sinônimo de *relação social* como um todo, dividindo com essa noção toda a imprecisão que decorre de um conceito tão amplo. Esse tipo de assimilação mais abrangente do vocábulo aparece em Castells (2003; 2009), autor que não demonstra grande empenho em defini-lo, ainda que se mostre um tema recorrente em seus trabalhos sobre a sociedade em rede. Na publicação sobre *a galáxia da Internet* (2003) encontra-se uma ilustração da amplitude de sua apreensão do termo quando ele formula que “a grande transformação da sociabilidade em sociedades complexas ocorreu com a substituição de comunidades espaciais por redes como formas fundamentais de sociabilidade” (Castells, 2003: 107). Ali, essa noção aparece associada às de “amizade seletiva” e de “laços de parentescos”, como o cerne dos círculos de relações sociais que ampliam seu espectro a partir da comunicação à distância e em rede, propiciada

pelos novos meios tecnológicos. Cabem também nesse contexto de pensamento “situações de trabalho” com “um papel importante na construção da sociabilidade” (Castells, 2003: 107). Nota-se que em nada essa concepção remete à dos analistas de rede, a não ser pelos indivíduos manterem relações sociais uns com os outros.

A preocupação de Castells (2003) sobre as novidades associadas à sociabilidade em rede está mais voltada para a natureza mais ou menos íntima dos laços que os indivíduos entretencem via as novas TICs. Para tanto, ele recorre à qualificação de “laços fortes” e “laços fracos”, cunhada por Mark Granovetter (1973) na seminal discussão sobre “a força dos laços fracos”.⁵⁷ Tal qualificação se pauta pela ideia de que “a força do laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço” (Granovetter, 1973: 1361). Com isso, Castells argumenta que embora os laços na sociabilidade mediada por computadores sejam, em maior parte, “laços fracos”, não significa que são desprezíveis. São fontes de informação, de trabalho, de desempenho, de comunicação, de envolvimento cívico e de divertimento” (Castells, 2003: 107).⁵⁸ Ocupado com uma análise mais qualitativa e menos classificatória das interações que multiplicam pelas redes tecnológicas, o autor acaba por traçar uma correspondência entre a ideia de sociabilidade e a de relação social como um todo.

Nova configuração da acepção de sociabilidade na abordagem de Castells aparece em um trabalho posterior dele, sobre *comunicação móvel e sociedade* (2009), onde é retomada a discussão em torno da transformação da sociabilidade, argumentando que “o papel da comunicação móvel na esfera privada ultrapassa a família e estende-se às redes de amigos, pares e outros

⁵⁷ A qualificação da força ou da fraqueza de um laço é muito difundida entre os analistas de redes sociais, como é o caso de Souza & Quandt (2008), Boase e Wellman (2008), Recuero (2009), Fragoso et alii (2011), para citar apenas alguns exemplos.

⁵⁸ A vigência de laços fortes nas redes sociais da Web é tematizada por Casilli (2010) ao discutir “a força das ligações numéricas” a partir de uma perspectiva orientada pela constatação de originalidades nessas novas formas de ligação social. A “força dos laços na Internet” é também discutida, com outra ênfase, por Boase et alii (2006) em artigo onde são abordadas situações de apoio, via email, para importantes tomadas de decisão.

relacionamentos sociais que pertencem ao âmbito da sociabilidade” (Castells et *alii*, 2009: 116). Ao tratar do que é próprio à sociabilidade que se dá pelo uso de tecnologias sem fio, Castells enseja uma distinção entre as “finalidades profissionais” e as “finalidades pessoais” das comunicações que interligam os indivíduos. Desse modo, situa a sociabilidade no contexto das comunicações com fins pessoais para examinar “o fortalecimento das redes sociais de intimidade e a criação de novas normas sociais” (Castells et *alii*, 2009: 116) que se dão pelo uso da telecomunicação móvel. Uma ampliação da esfera de intimidade e a redefinição das normas de interação seriam, então, elementos centrais para a redefinição da sociabilidade, uma vez que esta aparece como um modo de estabelecer relações de cunho mais pessoal que profissional.

O interessante nessa diferença de critérios pelos quais os autores dão sentido à prática da sociabilidade é a evidência de que não existe nenhum tipo de consenso sobre o significado do termo, que sua aplicação é prioritariamente convencional e exige uma clara definição de contornos. Alguns dos elementos apontados ajudam a compor o recorte analítico aqui empregado, porém os limites decisivos dessa aplicação do termo são definidos a partir da perspectiva simmeliana, segundo a qual a sociabilidade é uma “forma pura”. Evidentemente, trata-se de uma apropriação “ideal-típica” – no sentido proposto por Weber (2004)⁵⁹ – da forma pura de ação recíproca descrita por Simmel. O tipo ideal, ou tipo puro da sociabilidade possibilita, em um primeiro momento, a identificação dessa forma específica de interação entre outras tantas formas que irradiam pelas redes sociotécnicas, como é o caso das muitas formas de colaboração. Num segundo momento, permite uma discussão a respeito das novidades engendradas nos modos como a sociabilidade vem sendo realizada nas redes sociais da Web.

⁵⁹ Weber observa que o recurso ao tipo puro de qualquer categoria de ação nos ajuda a ressaltar os parâmetros e atributos “dos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou dos quais – ainda mais frequentemente – ela se compõe” (Weber, 2004:16).

A distinção analítica entre forma e conteúdo realizada por Simmel já foi abordada. É bom retomar essa distinção de modo a esclarecer o que pode ser compreendido como uma forma pura. Conteúdos, nesse contexto de pensamento, dizem respeito a impulsos ou propósitos que levam os indivíduos a agir reciprocamente uns em relação aos outros. Como o diria Simmel, conteúdos abarcam tudo que está presente nos indivíduos “de maneira a engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências” (Simmel, 1983: 166). Isso inclui elementos tão heterogêneos quanto são a fome, o amor, a fé, entre outros. Eles só adquirem estatuto social, entretanto, quando “transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação” (Simmel, 1983: 166).

Essas formas de interação podem ser realizadas nas inúmeras maneiras pelas quais os indivíduos se agregam na condução de seus desejos e interesses. São formas sociais que abrigam o mútuo influxo de vida da interação entre os indivíduos. Elas tendem a adquirir um mínimo de estabilidade e autonomia em relação aos conteúdos que as avivam – algumas de modo mais rígido, outras mais flexível, como foi visto. Entre todas elas, existe a sociabilidade como a forma pura da *sociação*, ou seja, do fazer sociedade.

Para Simmel, a sociabilidade exprime a própria formação de sociedade como um valor, sendo seu exercício caracterizado basicamente “por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso” (Simmel, 1983: 168). Ele argumenta que “o ‘impulso de sociabilidade’ extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra”. Nesses termos “é compreensível que a pura forma, por assim dizer, a inter-relação interativa, suspensa, dos indivíduos seja enfatizada de maneira mais vigorosa e efetiva” (Simmel, 1983: 169). É uma interação suspensa diante das outras na medida em que dispensa qualquer outra

motivação que não o associar-se como tal. Nada se espera além do exercício sociável de estar junto com os outros e das satisfações que são provenientes disso. A confecção de vínculos sociais se ergue, portanto, sobre todos os outros propósitos subjetivos e/ou objetivos, promovendo formas muito próprias de ação recíproca, distintas, por exemplo, das formas que assumem os contornos de interações econômicas ou políticas. Daí uma série de características que trazem especificidade a essa forma de relação social.

Uma importante característica que faz da sociabilidade uma peculiar forma social é seu caráter lúdico. Trata-se de uma qualidade central para que seja alcançado um mínimo de autonomia diante de outras motivações e interesses que conduzem os indivíduos à vida comum e interativa. A condição lúdica é necessária para que a sociabilidade cumpra seu propósito, considerando que “seu alvo não é nada além do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele” (Simmel, 1983: 170). Não há que se pensar, contudo, na prevalência do lúdico como algo que corresponde a uma espécie de irrealidade. O que ocorre é uma abstração de contextos em que o curso das relações sociais é carregado de densidade. E a matéria prima dessa forma lúdica de interação encontra-se nas qualidades pessoais dos envolvidos, tais como amabilidade, atenção, cordialidade, tato.

Nesse aspecto, o argumento de Simmel é condizente com aqueles que associam a sociabilidade a atividades de lazer, assim como traz também uma análise que reforça a demarcação da esfera pessoal como espaço sociável da vida. É importante notar, entretanto, que, de acordo com o autor, o permanente recurso a elementos pessoais não corresponde a uma exacerbação das qualidades singulares daqueles que exercem a sociabilidade, mas a um ajuste contínuo quanto ao que se espera de uns em relação aos outros. Espera-se, antes de tudo, que o encantamento da sociação seja recíproco e o prazer do encontro, compartilhado. Isso se deve a outro aspecto central na demarcação desse tipo específico de interação: o traço de uma equilibrada reciprocidade.

Em sua forma pura, a sociabilidade possui como atributo fundamental a busca de igualdade na ação recíproca. Ela faz valer o princípio segundo o qual “cada indivíduo deveria *oferecer* o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo recebe” (Simmel, 1983: 172). Isso faz com que a satisfação individual se veja atrelada à satisfação do outro. É, antes de tudo, uma espécie de jogo de equalização das diferenças “através do qual o indivíduo forte e extraordinário não só se nivela aos mais fracos, mas inclusive age como se o mais fraco fosse superior e mais valoroso” (Simmel, 1983: 173). O cuidado em estabelecer modos de interação que se dão “entre iguais” garante um mínimo de mutualidade entre os indivíduos, considerando que “cada um deles deve obter valores de sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtém” (Simmel, 1983: 173).

Como a matéria privilegiada do prazer sociável se recolhe em qualidades pessoais, tais como a simpatia, a amabilidade, o esmero, é preciso que o indivíduo efetivamente tenha tato para observar os limites que regulam as reivindicações puramente subjetivas de alguém em relação a seus atributos objetivos, como a posição social ou a ocupação profissional, que podem comprometer a simetria dos laços sociais. Por tudo isso a sociabilidade se dá por uma abstração das diferenças objetivamente traçadas – classe, renda, grau de instrução – e pela expressão das qualidades pessoais que se mostram socialmente atraentes. Trata-se de um costumeiro respeito ao que Simmel (1983:171) define como sendo os “limiares da sociabilidade”, limiares que cooperam no sentido de uma simetria que ajuda a dar forma às relações sociáveis. Tais limites se definem habitualmente pelo afastamento, em situações típicas de sociabilidade, de todos os atributos objetivos que os indivíduos trazem consigo – posição social, formação intelectual, fama, entre outros – e que demarcam distinção entre eles. Por outro lado, é comum que haja uma dosagem de discrição pela qual o ser sociável evita exhibir seus traços subjetivos mais genuínos e profundos, estes também fontes de diferenciação entre os indivíduos.

A atenção aos limites que sustentam um mínimo de igualdade e reciprocidade é uma das principais regras dos *jogos sociais* que são característicos da sociabilidade. Simmel observa que essa forma específica de ação recíproca tende a incorporar o duplo sentido do “jogo social”, argumentando que, em tais circunstâncias, “o jogo não só é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’” (Simmel, 1983: 174). Isso significa dizer que os indivíduos se apropriam das formas de interação que são sociologicamente significativas para o coletivo que constituem e lhes imprimem coloração lúdica. Efetivamente *brincam* com seus modos de relação social, promovendo sobre eles, por exemplo, algum tipo de hipóstase ou de inversão de sentido. Fazem isso ao abstrair as formas pelas quais exercem a interação de qualquer gravidade que lhes é rotineiramente adequada e a compor com elas modos satisfatórios de estar juntos.

Muitos dos “jogos de sociedade” que processam nas redes sociotécnicas – o que já estava presente desde as comunidades virtuais da primeira Web – tendem a assimilar o caráter lúdico e a imantar com afetividade e humor tanto as diferenças entre os indivíduos, quanto as contradições que os interpelam. Pagam por isso o preço de serem frequentemente qualificados como superficiais ou fúteis, como passatempo improdutivo ou mesmo como uma simples perda de tempo. Em termos técnicos, essa forma lúdica de interação costuma ser tratada como sendo mais um tipo de laço fraco que propaga pelas redes sociais da Internet. Esse tipo de qualificação não impede, contudo, que sejam os jogos da sociabilidade uma importante expressão das maneiras pelas quais o puro prazer sociável vem sendo praticado nas formas tecnológicas de vida. Isso fica especialmente evidente nas nuances das conversações que permeiam as costumeiras trocas de mensagem entre os *habitués* da rede.

A prática da conversação é muito elucidativa dessas dinâmicas interativas que dão consistência à concepção da sociabilidade como forma pura e lúdica de sociação. Simmel pondera que “na seriedade da vida, as pessoas conversam por causa de algum conteúdo que querem comunicar ou sobre o qual querem se entender, enquanto que numa conversa social, conversam por conversar” (Simmel, 1983: 176). E, nesse contexto de pensamento, conversar por conversar, não significa “mera tagarelice”, antes, diz de uma redefinição de prioridades. Isso porque “numa conversação puramente sociável, o assunto é simplesmente o meio indispensável para a viva troca de palavras revelar seus encantos” (Simmel, 1983: 176).

Assim formulada, a conversação configura um tipo de troca que pode se mostrar riquíssimo do ponto de vista sociológico, na medida em que envolve interações tão variadas quanto “o conflito e apelo a normas conhecidas por ambas as partes; a pacificação por acordo e pela descoberta de convicções comuns; a aceitação grata do novo e ocultamento de tudo aquilo para o que não se pode esperar nenhum entendimento” (Simmel, 1983: 176). Esse delicado jogo de sociabilidade que vigora na conversação não dispensa a qualidade do assunto que entra em pauta, porém não encontra nele seu propósito primeiro. A importância do assunto só faz sentido quando traduz a mútua dedicação ao prazer do encontro.

Para a análise das relações de sociabilidade na Web é muito interessante recorrer a essa abordagem sobre a conversação. A começar pelo fato de grande parte das interações que ficam registradas na implacável memória das redes digitais transcorrer por meio da conversação. Via *texting*, prioritariamente. Mesmo em sites que acolhem o carregamento e o compartilhamento de vídeos em formato digital, como o YouTube, onde existe a prática do vídeo resposta, existe uma proeminência das conversas via textos. Além do que, boa parte dos vídeos é compartilhada e comentada por intervenções escritas em blogs – ou

*vlogs*⁶⁰ – e em sites de redes sociais, a exemplo do Twitter e do Facebook.⁶¹ Tais intervenções costumam ser repletas de demonstração de domínio e habilidade no uso da linguagem corrente entre os integrantes da rede, como ocorre com o criativo emprego de abreviações e com o recurso aos *emoticons*.⁶² Esse tipo de prática revela uma dedicação dos indivíduos em revelar seus encantos pela habilidade na troca linguística, além de se revelar altamente lúdica.

É perceptível que as interações entre aqueles cujo principal objetivo da conversa é a discussão de algum assunto objetivamente destacado – como é típico do formato Wiki – configuram formas sociais muito diferentes das que acolhem interações entre indivíduos que se dedicam ao puro exercício da conversação – experiência muito comum de ser encontrada no Facebook. No segundo caso é possível ver longos diálogos onde o assunto aparece como mero meio para a confirmação do laço social entre os participantes, tal como ocorre nos sucessivos comentários elogiosos a partir da foto de um bebê ou de uma bela paisagem. Isso também se dá nas repetidas manifestações de bom humor em torno das charges e das charadas que povoam as conversas entre os participantes da rede. É no decorrer dessas conversas, as quais também incluem movimentos de apaziguamento de conflitos (Simmel, 1983) e controvérsias (Latour, 2012), que são explicitados alguns dos modos pelos quais a injunção para a sociabilidade vem sendo realizada nas formas tecnológicas de vida.

⁶⁰ Os vlogs são vídeoblogs, uma variante dos weblogs que possui o vídeo como principal conteúdo de compartilhamento.

⁶¹ Uma elucidação sobre a especificidade dos sites de redes sociais será feita adiante. Especial atenção será dada ao Facebook e às dinâmicas de sociabilidade que se desenvolvem a partir de suas plataformas tecnológicas.

⁶² O emoticon é um ícone que expressa emoções, pode tanto ser formado por caracteres tipográficos quanto por pequenas imagens ilustrativas de uma expressão facial. A demonstração de domínio desse tipo de linguagem normalmente se dá como uma forma de gentileza e encantamento em relação ao outro da conversação. Situação que é muito diversa à da interlocução via texto também amplamente difundida nos comentários de sites jornalísticos. Esses sites, não raro, acolhem diálogos que se afastam do tema central e são direcionados para a maneira como os interlocutores se exprimem – isso inclui ponderações sobre o uso da língua, tanto pela perspectiva do vocabulário utilizado, quanto da gramática. Nesse caso, entretanto, não há qualquer esforço sociável de cultivo do laço, ao contrário, são geralmente ríspidas, indelicadas e nada atrativas as colocações dos envolvidos na conversa.

É ainda pela conversação que fica manifesto, entre os frequentadores das redes sociotécnicas, a busca de igualdade no prazer da sociação. Essa igualdade diz respeito ao princípio indicado por Simmel, segundo o qual cada indivíduo em situação sociável deve ter satisfação compatível com a dos outros envolvidos. De modo que é muito frequente em sites de redes sociais a prática da reciprocidade nos comentários cordiais, nas apreciações de gosto, na declaração de afetos.

É fundamental considerar a existência desse pacto de igualdade tendo em mente que a matéria privilegiada da sociabilidade encontra-se nas qualidades pessoais dos indivíduos. Não é à toa que as situações de pura sociabilidade são afeitas à estilização, ou seja, a um delineamento estético compartilhado entre os envolvidos – habitualmente, em condições offline, esse delineamento se dá com um acordo tácito sobre como se vestir, se pentear, se adornar, se portar, em determinada situação sociável. A particularidade desse tipo de juízo estético reside exatamente no fato de que sua dependência em relação ao “consenso de outrem possibilita a participação em uma norma em formação, e, ao mesmo tempo, constitui a sociabilidade” como formulou Hans Robert Jauss (2002: 83). Consenso continuamente reafirmado no sentido de uma padronização dos gostos e das disposições individuais. Quanto a isso, é pertinente lembrar que, na *digressão sobre o adorno* (1986), Simmel havia tratado a estilização como um processo que viabiliza a “dissolução do acento individual em uma generalização que vai além da peculiaridade pessoal” (Simmel, 1986: 390). Esse tipo de uniformização nos modos de expressão e de aceitação das qualidades pessoais faz transparecer a sedução da igualdade que permeia os jogos da sociabilidade.

A propósito, Mercklé (2011) observou que o esforço equalizador das individualidades em situação de sociabilidade propicia o que ele chama de “jogo de estilização das relações interpessoais” (Mercklé, 2011: 37). Ficam estilizados, então, não somente os modos de apresentação de si, mas também as maneiras pelas quais os integrantes de uma rede social se ligam uns aos outros. O caso de uma generalizada estilização das relações entre os indivíduos proporcionaria o

que o autor denomina “uma rede como estrutura ideal, trama de uma relação entre iguais.” Muito improvável de ser encontrada nas vivas teias da interação, essa estrutura ideal corresponderia a algo como uma “forma pura de rede”, nos termos de Mercklé (2011: 37), ou, como a pura rede da sociabilidade.

Ainda que muito distante da rede ideal descrita por Mercklé, não é incomum encontrar nas interações da Web a tendência à estilização das formas de expressão de si e de interação social. Embora sejam inúmeros os estilos e estejam eles sujeitos à permanente renovação – situação típica da moda –, a estilização aparece, em grande medida, na própria troca de palavras, como se dá no uso de abreviações, ícones e expressões característicos dos diferentes sites. Não é difícil notar que os vícios de linguagem provenientes, por exemplo, das conversações via Twitter são distintos daqueles que propagam pelo Facebook. O uso da *hashtag*⁶³ ajuda a ilustrar esse tipo de diferença. No Twitter, a hashtag mantém o caráter funcional de indexação por assunto, enquanto expressa a habilidade do indivíduo para servir-se desse tipo linguístico que é procedente daquela modalidade de rede social. É um modo de expressão que faz parte da lógica intrínseca dos sistemas informáticos disponibilizados pelo serviço, mas também ajuda a compor um jeito de ser e de comunicar dos seus frequentadores. Por sua vez, quando aplicada ao Facebook, a hashtag perde totalmente sua ligação com o mecanismo indexador do site – que se serve de uma lógica inteiramente diversa –, porém, exacerba um modo já estilizado do indivíduo ser enfático naquilo que quer comunicar.

Mas não é apenas por meio de recursos textuais que a estilização da exposição de atributos pessoais é exercida nas redes sociotécnicas. Também, e cada vez mais, essa estilização é realizada por meio de imagens, principalmente de fotos. Isso está relacionado, entre outras coisas, à disseminação de tecnologias sem fio de conexão em rede que possuem extraordinária competência para a captura fotográfica, assim como para a imediata

⁶³ Uma hashtag é uma palavra-chave – uma tag – antecedida pelo símbolo “#”. Originária do Twitter, a hashtag funciona como um hyperlink indexado por mecanismos de busca que remete a assuntos que estão sendo discutidos em tempo real.

transmissão dos dados de imagens. Por outro lado, existe uma crescente oferta de suporte para esse tipo de publicação por parte de vários sites da Web, principalmente daqueles que investem na formação de redes sociais. Isso sem falar no mútuo incentivo que os integrantes de tais redes praticam retribuindo a publicação de fotos com a postagem de suas próprias imagens, comentando e expressando satisfação diante das incontáveis fotos amadoras que são compartilhadas entre pares.⁶⁴ Tudo isso repercute em um exponencial aumento do compartilhamento em rede de fotos testemunhais e de autorretratos.

Em um estudo sobre o “autorretrato em rede”, Cruz & Araujo (2008) partem da constatação de que com a disseminação do compartilhamento de fotos na Web “surge um intenso movimento de voltar a câmera para si” (Cruz & Araujo, 2008: 112). Tendência que culmina com a ampla utilização da dupla câmera dos aparelhos celulares e/ou dos smartphones. Torna-se cada vez mais comum para um indivíduo ter em mãos uma câmera que realiza o mesmo tipo de captura de imagens que vinha sendo feita a partir das webcams dos computadores de mesa. Com todo o suporte tecnológico para ser realizado, o autorretrato digital tem passado por processos que remetem ao que Featherstone (1995) considera como caracterizados por uma estilização ativa da vida, onde a forma de apresentação da autoimagem é sempre renovável e cujo lema resume-se a: “nada de regras, somente escolhas” (Featherstone, 1995: 75). De modo que as sombras e luzes que compõem as fotos adquirem, nos autorretratos da Web, modos muito típicos de mostrar e esconder o próprio rosto, seja pelo foco no detalhe, pelo excesso de brilho, pela baixa luz ou pelo equilíbrio da imagem. Os editores tecnológicos estão disponíveis, basta apenas que o indivíduo escolha o estilo pelo qual deseja se apresentar nas redes e os pares aos quais ele quer se igualar.

Já não há dificuldades para qualquer frequentador da Web em disponibilizar a própria foto, muito antes pelo contrário, há incentivo e anuência

⁶⁴ Uma exposição sobre a “fotografia popular e amadora” pode ser encontrada em Murray (2011). A autora considera que a fotografia amadora é uma prática “avaliada por sua espontaneidade, autenticidade, naturalidade e emocionalismo” (Murray, 2011: 151).

das redes sociotécnicas. De modo que a sociabilidade nas formas tecnológicas de vida tem sido incrementada pelo uso das imagens dos integrantes das redes, principalmente pela banalização das *fotos de rosto* que traçam um marco divisório entre as atividades colaborativas características da Web 2.0 e as práticas que propagam pela Web social.

Saber com quem se fala

A publicação de fotos com os rostos dos frequentadores da Web já se tornou tão comum que de certo modo foi banalizada a inovação que isso representa em termos do modo como os indivíduos se ligam uns aos outros no meio tecnológico digital da Internet. Quando a Web colaborativa firmou os valores da associação em torno de objetivos e interesses comuns não havia grande necessidade do indivíduo saber com quem ele estava colaborando, o importante era – e em muitos casos ainda é – avaliar a qualidade dos processos e dos produtos que circulam pela colaboração. Contudo, a partir de um determinado momento, começaram a aparecer por todos os lados pequenas fotos com a imagem do rosto de muitos dos indivíduos que integravam esses processos. E, na medida em que apareciam as fotos, mudanças significativas começavam a acontecer na maneira como esses indivíduos se engajam nas trocas colaborativas. Mudanças que coincidem com o crescimento da adesão aos chamados sites de rede social.

É importante notar que, embora, de um ponto de vista sociológico, seja razoável identificar a vigência de uma variada gama de redes sociais nos domínios da Web – desde as que compunham as comunidades virtuais da primeira Web, passando pelos distintos formatos de colaboração em rede da Web 2.0 –, foi somente no âmbito da Web social que essa nomenclatura adquiriu um sentido estrito. Assim, a partir de meados da primeira década do século XXI, a ideia de rede social na Web passou a ser associada a coletivos que se formam em um determinado tipo de site.

Tais sites são serviços essencialmente destinados à composição de redes de relações sociais, geralmente de acesso gratuito. Os sites podem ser abertos ao grande público ou privativos, sendo que os abertos são os responsáveis pela esmagadora maioria do uso social desses serviços. Eles podem ser mais adequados à formação de redes de relacionamento, como o Orkut, o MySpace e o Facebook, ou concebidos para acolher redes de finalidades mais definidas, como as redes de fins profissionais que se estruturam no LinkedIn. Há ainda aqueles serviços de redes sociais que são específicos para o compartilhamento de vídeos, cujo exemplo mais notório se encontra no YouTube, e os que dão suporte à partilha de fotos, como o Flickr e o Instagram, este último recentemente absorvido pelo Facebook.

Naturalmente, a prática da sociabilidade perpassa todos esses sites de redes sociais, assim como outros tipos de site, tais quais os blogs e os wikis. É, entretanto, nos sites de relacionamento que essa prática encontra ambiente muito apropriado, uma vez que neles a mais fundamental das atividades é o cultivo de laços sociais – afinal são estes os verdadeiros *produtos* ali gestados. E os intercâmbios que produzem os laços encontram importante substrato na partilha das imagens dos envolvidos. De modo que a ampliação do exercício da sociabilidade na Web se confunde com a disseminação da publicação das fotos com as faces dos indivíduos. São elas que permitem a todos identificarem, minimamente que seja, o outro com quem se pode interagir ou não. Saber com quem se está lidando muda inteiramente o tipo de comprometimento que enreda os indivíduos em torno da criação e manutenção de laços sociais, ou seja, da sociação, par usar o termo de Simmel.

A significativa mudança que provém da inserção das imagens pessoais fica mais evidente quando se toma por comparação outra forma de interação em rede diametralmente diferente, uma vez que é marcada pela impessoalidade: a que vigora nos sites de compartilhamento P2P. A exemplo do precursor Napster, do Kazaa e do 4shared, entre tantos outros, os sites de compartilhamento são serviços providos de uma ampla mediação tecnológica capaz de conectar seus usuários por meio de uploads e downloads de conteúdos

digitalizados, principalmente músicas, mas também textos, fotos, vídeos. Essa forma de partilha pode ser definida pelo caráter implícito da colaboração, ainda que se trate de uma subjacência vital para a continuidade das trocas. Mesmo porque os sites de compartilhamento são fiéis aos efeitos de rede (O`Reilly, 2006) e se tornam tanto mais interessantes e eficazes quanto mais os indivíduos os utilizam – são os próprios usuários que alimentam o site com os conteúdos das permutas. De modo que o uso da plataforma se dá pela colaboração, ainda que seja uma colaboração *às cegas*, em que se poderia ignorar a participação dos outros não fosse por uma avaliação da qualidade dos conteúdos em jogo.

Profundamente respaldados pela comunidade de interesses e de gostos entre os frequentadores – fator de agregação que caracteriza grande parte das interações da Web –, esses sites propiciam uma dissimulação dos elementos propriamente pessoais em benefício de um amplo fluxo de material digitalizado. Neles, a amplitude da mediação tecnológica propicia longos ciclos de transferência, distribuição e retribuição dos bens em circulação. De modo que a reciprocidade, ou o movimento vice-versa (Sahlins, 1972), que vigora nas trocas dispensa a simultaneidade e o equilíbrio que são típicos da sociabilidade. Não necessariamente existe uma equivalência quanto à quantidade e à natureza daquilo que se dá e do que se recebe. Cooperam nesse sentido a completa impessoalidade nas relações entre os indivíduos que, ainda que tenham consciência da presença dos outros, interagem primordialmente com o sistema tecnológico e não precisam estabelecer nenhum tipo de laço social entre si.

Condição completamente diferente encontra-se nos sites das redes sociais. Primeiramente porque a matéria privilegiada das trocas está nas qualidades pessoais dos indivíduos. É claro que esses sites também acolhem outros tipos de intercâmbio, o que inclui as trocas monetárias, mas, toda a vivacidade das permutas que neles tramitam resultam do compartilhamento de opiniões, gostos, interesses e das experiências cotidianas de seus utilizadores, mesmo as mais íntimas. De modo que, se no compartilhamento P2P a interação entre os indivíduos é implícita, nos serviços de redes sociais ela é fundamentalmente explícita. Os indivíduos estão às claras e isso é fundamental

para a confecção de laços entre eles. Cada um sabe com quem está falando. Isso exige, por sua vez, um mínimo de exposição dos indivíduos que integram tais redes, assim como um mínimo de domínio das complexas formas pelas quais podem ser tecidas as relações sociais naquele ambiente.

Impossível negligenciar, nas trocas da Web, a importância da inserção de elementos da vida pessoal e, principalmente, das imagens com as faces dos participantes. Isso implica em uma profunda alteração no que concerne ao comprometimento destes indivíduos que disponibilizam suas fotos pessoais, tanto uns com os outros, quanto com os processos em que eles se envolvem. A impessoalidade que rege as trocas nos sites de compartilhamento permite que estas assumam ares puramente instrumentais e isso se deve à prevalência de “compromissos sem rosto”, para usar os termos de Giddens (1991) e Goffman (2010). A mediação tecnológica sustenta um ambiente de pura impessoalidade, onde os conteúdos objetos da partilha operam como uma espécie de “fichas simbólicas”, ou seja, como “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (Giddens, 1991: 30).

Tal impessoalidade é incompatível com as dinâmicas que são próprias às redes sociais online onde os “compromissos com rosto” dão o tom das interações. Existe um empenho que é facultado aos compromissos com rosto: o de ser reconhecido no mesmo ato em que se concede reconhecimento ao outro. Tal comprometimento fica ainda mais avivado no *milieu* digital, ambiente extremamente favorável ao anonimato e à impessoalidade nas relações que, por mais surpreendente que pareça, vem sendo apropriado, a cada dia, por uma crescente exposição dos indivíduos que integram as redes sociais. Eles não somente se dão a conhecer uns aos outros, como o fazem com riqueza de detalhes.

Nas redes sociotécnicas da Web um rosto pode assumir feições muito próprias. Não somente pela expansão de seus caracteres expressivos com a inclusão de outras imagens e de mensagens de texto, como também pela

assimilação das condições tecnológicas nas quais é apresentado – como é o caso dos filtros e dos editores de imagem. Somados a isso estão os incontáveis processos de estilização da própria imagem, pela qual o acento pessoal fica algo diluído em formas de *exposição de si* socialmente legitimadas pelos integrantes de tais redes. Trata-se de uma dinâmica intersubjetiva de legitimação que muitas vezes constitui uma adjacência à figura do rosto, por meio dos comentários que são exibidos juntos aos retratos. Maneiras inovadoras de exposição do próprio rosto vêm sendo realizadas em vários sites de redes sociais, principalmente naqueles que, como o Flickr, são direcionados para o compartilhamento de fotos. É, contudo, no Facebook que se encontra a mais vibrante presença desses novos modos de expressão de si e de comprometimento com o outro em situações típicas de sociabilidade.

Compor um original livro de rostos

O Facebook é um serviço de rede social que foi inaugurado no início de 2004 e que alcançou em 2012 a marca de 1 bilhão de perfis ativos. O site contém em seu nome o cerne de sua potencialidade, o de ser um livro de faces onde, de algum modo, cada um apresenta seu rosto e onde todos, em alguma medida, podem ser vistos. Inicialmente inspirado na cultura universitária norte americana, onde é comum a circulação de livros com as fotos dos alunos, o serviço online nasceu restrito aos alunos da universidade onde estudavam seus criadores – a Universidade de Harvard – e foi gradualmente se abrindo para dar suporte aos perfis de discentes ligados a outras universidades, antes de tornar-se acessível a um público mais genérico.

Hoje apropriado por um público bastante diversificado, o site mantém, da ideia original, a habilidade em fazer com que seus frequentadores possam reconhecer uns aos outros por meio das fotos de seus rostos – ou de alguma outra imagem escolhida pelo indivíduo como representativa de sua própria face – e também pela publicação de seus nomes próprios – ou apelidos, contando que

estes não impeçam que seja identificado o indivíduo que nomeiam. É muito importante, afinal, que todos saibam com quem estão lidando para, então, poderem explorar os novos canais de comunicação onde são tecidos laços sociotécnicos muito singulares. E mais, onde são elaboradas peculiares formas de sociabilidade.

A foto do rosto e o nome próprio são os atributos elementares dos perfis dos usuários, uma vez que ambos atuam como eficientes demarcadores das individualidades que ali se apresentam. O nome próprio, ainda que esteja sujeito a ser replicado por incontáveis homônimos, não perde seu papel de “atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais”, para usar os termos de Pierre Bourdieu (1996: 187). Nesse caso, a ideia de identidade, aparece atrelada à forma socialmente instituída da individualidade por meio de uma designação que perdura em diferentes situações e através do tempo. Remete à certificação socialmente legitimada de que cada indivíduo possui um nome, como ocorre com as certidões de nascimento e as carteiras nacionais de identidade. É uma designação de tal modo instituída que o nome próprio de um indivíduo perdura, em inabalável constância, por mais que seu percurso biográfico seja pleno de mudanças e deslocamentos. Se existem alterações em um nome próprio, elas costumam ser pontuais e ocasionais, pois sempre estão submetidas às leis civis. Não é à toa que Bourdieu considera que o nome próprio somente é capaz de atestar a identidade de um indivíduo “à custa de uma formidável abstração” (Bourdieu, 1996: 187) em relação à multiplicidade e à mutabilidade de seu trajeto de vida. A rigor, ele apenas permite situar socialmente o indivíduo a quem identifica e nada mais.

Já a imagem do rosto oferece uma forma muito distinta de apresentação da individualidade, não somente pela singularidade do conjunto de traços que ela transmite, mas também pela capacidade que este conjunto possui de estar investido de movimento mesmo na condição de repouso que fica impressa em uma foto. Na exposição sobre “a significação estética do rosto”, Simmel (2001) chama nossa atenção para a extrema expressividade que provém da combinação entre os vários traços de um rosto, onde um mínimo movimento em

uma das partes altera a configuração do todo. Argumentando que “não há nenhuma figura que permita confluir uma multiplicidade tão grande de formas e planos em uma unidade de sentido tão incondicional, como o permite o rosto humano” (Simmel, 2001: 285), ele pondera que a interferência mútua entre os diversos traços faz visível, a cada instante, a “alma” que os habita. Isso se dá pela instantaneidade em que um semblante pode mudar, como ocorre com um sorriso desfeito em desencanto, com uma surpresa que assalta o olhar, ou com uma dúvida que traça um vinco entre os sobrecílios. Por sua vez, nesse mesmo rosto que se põe a expressar o inesperado de uma experiência imediata, também “se coagulam aqueles processos anímicos em configurações fixas que põem de manifesto as almas de uma vez por todas” (Simmel, 2001: 287). A figura do rosto acumula as marcas do vivido.

Diferentemente do nome próprio que, pela rigidez de sua forma, permanece transcendente diante do dinamismo da vida, a imagem de um rosto dá mostras da instantânea captura desse dinamismo, além de evidenciar a acumulação do tempo que é ali instalada. Um rosto, mesmo em sua figuração fixa por meio de um retrato, tem a propriedade de oferecer à vista, como observou Simmel (1986) na digressão sobre “a sociologia dos cinco sentidos”, o que há de mais duradouro em um indivíduo simultaneamente ao que há de mais variável e fugaz – um momento de alegria, de contemplação, de desgosto. O rosto tem a capacidade de manifestar a vivacidade encarnada de uma individualidade singular. De modo que as fotos com os rostos dos indivíduos oferecem um significativo substrato para a exposição das singularidades que integram as redes sociais do Facebook. Constituem, no entanto, apenas o elemento granular em torno do qual os indivíduos vêm exercendo modos muito inovadores de se dar a ver e a reconhecer.

Com a ampliação do site e a larga adesão a seus recursos tecnológicos, várias mudanças aconteceram e novas tendências foram transformando os perfis do Facebook em inesgotáveis mosaicos com variadas e sempre atualizadas informações sobre os indivíduos que ali se apresentam uns aos outros. Dentre todas as informações que são disponibilizadas, propagam as

imagens pelas quais cada indivíduo se expõe ao reconhecimento. A dimensão visual dos perfis tornou-se uma interminável composição que coordena álbuns contendo as fotos dos próprios indivíduos com outras pelas quais eles expõem seus gostos, suas opções de lazer, suas posições políticas, seus afazeres diários, seus familiares, colegas e amigos.

Como componentes importantes dos perfis estão também as fotos dos *amigos* de Facebook, os mapas que dão notícia de onde o indivíduo esteve e as assinaturas de sites. Além disso, existem as informações que dizem respeito à data e ao local de nascimento, às instituições de estudo e de trabalho, à cidade onde vive o indivíduo e à sua situação afetivo-amorosa – estar solteiro, casado, em um relacionamento sério –, à opção religiosa, aos gostos musicais e/ou literários. A tudo isso somam-se os conteúdos provenientes das permutas na própria Web. É intrigante notar, contudo, que essa ampliação do marco visível de cada individualidade que se apresenta na rede – junto aos comentários e opções *curtir* dos outros que são exibidos como um tipo muito especial de adjacência – compartilha com a figura do rosto algumas condições que são essenciais para dar sentido a essa nova forma de expressividade.

Evidentemente, os elementos que aparecem nos perfis de um site de rede social jamais podem alcançar o vigor de um semblante, mas em seu conjunto e na interação entre as heterogêneas partes, assimilam a condição de reunir em uma unidade o duradouro e o momentâneo. A publicação de fotos dá mostras dessa forma de expressão. Não é incomum encontrar imagens digitalizadas de fotos da infância, quando a captura ainda era feita em película. Trata-se de uma prática que apresenta uma determinada duração biográfica que remete ao tradicional uso da fotografia para a preservação de momentos que ficaram distantes na passagem do tempo. Apresentam uma infância em preto em branco, já amarelada, preservada na lembrança e partilhada com os recentes amigos da rede social que, muitas vezes, retribuem com a publicação de sua também mais ou menos longínqua infância. Esses registros fotográficos cujo significado remete à memória, e que põem à mostra a passagem do tempo no corpo do indivíduo, encontram-se lado a lado, entretanto, com outros que primam pela

transmissão do imediato de um momento vivido. Um filho que acaba de nascer, uma visita ao mar em tarde de sol, uma apetitosa xícara de café que se está para degustar. Das mais grandiosas às mais singelas manifestações do fluxo da vida. A maneira como são dispostas estas fotos nos perfis, como interagem umas com as outras, dizem muito de quem as disponibilizou ao olhar da rede.

Susan Murray, em seu estudo sobre o compartilhamento de imagens digitais no Flickr, observa que grande parte dos indivíduos que publicam fotos em sites de rede social “usam suas fotografias como um diário de impressões que oscila algures entre uma coleção e um weblog que promete atualizações frequentes” (Murray, 2011: 154). É bem isso que se vê no Facebook. De um lado, uma coleção, um amontoado, uma panóplia de fotos classificadas em álbuns que apresentam um indivíduo repleto de experiências vibrantes, sensíveis. Por outro, registros cotidianamente atualizados, encadeados na forma de uma *linha do tempo*, onde a cronologia típica dos blogs adquire coloração autobiográfica. Esse tipo de encadeamento cronológico é baseado, como observa Bourdieu (1996), “pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis” (Bourdieu, 1996: 184) entre a multiplicidade e a fragmentação das experiências individuais.

Esse exercício autobiográfico que dá especial sentido de unidade não somente às múltiplas fotos, como também à totalidade dos elementos que constituem as páginas pessoais dos usuários do site, vem sendo realizado com a ativa participação dos outros integrantes da rede. Isso se dá, em grande medida, pelo fato de que na Web social, assim como na Web colaborativa, o leitor é também autor. Ocorre que, no caso das autobiografias que são produzidas no Facebook, as atitudes de abertura e compartilhamento se voltam para a construção de sentido da trajetória pessoal dos indivíduos. Todos aqueles entre os quais são tecidas ligações por meio do site podem ser, a um só tempo, produtores e consumidores, divulgadores e receptores do material que cada um apresenta como válido. Tudo que é publicado na linha do tempo de cada página

peçoal é matéria de comentário, redistribuição ou mera *curtição* por parte de outros participantes da rede social, ficando permanentemente sujeito ao inusitado das intervenções deles. Essa peculiar forma de partilha provê, dia após dia, a composição de uma espécie de *obra aberta* onde cada um vai tecendo, com a participação ativa dos outros, uma especial versão de sua vida retrospectiva e prospectiva. Do vivo conjunto dessa obra vê-se formar um livro de rostos que não cessa de crescer e de ter atualizadas as feições de quem ali se envolve nas partilhas. E, no bojo dessas permutas biográficas, há sempre novos integrantes multiplicando as ligações sociotécnicas, inserindo ainda mais matéria de vida no ambiente digital da Web.

O precioso material das permutas

Com a notoriedade de ser a rede mais frequentada em todo o mundo por usuários ativos, o Facebook vem agregando milhares de adeptos por dia. São indivíduos dispersos por uma variada gama de territórios geográficos que realizam seus cadastros no site e que convidam outros indivíduos a fazer parte de seu círculo de interações online, inserindo-se, assim, em uma extensa trama de ligações sociotécnicas. Cada qual, atuando como um nó de rede, segue tecendo novas relações sociais e rompendo outras, ajudando a formar uma teia com topologia inapreensível e mutável que recobre boa parte do planeta com vastos fluxos de informações e de experiências pessoais compartilhadas. E quanto mais os indivíduos cadastrados atuam como “mediadores” (Latour, 2012), isto é, quanto mais provocam uma novidade no encadeamento de ações que impele os fluxos em rede, mais eles se envolvem na viva troca de material proveniente de suas experiências pessoais.

Os fluxos digitais que circulam no Facebook são alimentados, em grande parte, pelos próprios usuários⁶⁵ que dividem com suas redes de relações sociais

⁶⁵ Existe também material proveniente de páginas institucionais, seja com finalidades privadas, seja geridas por órgãos públicos. Há, de todo modo, entre o material circulante, muito conteúdo proveniente de propaganda e marketing. Entretanto, o grande volume das trocas que alimentam

elementos procedentes tanto de suas trajetórias online, quanto de seus percursos offline. São, com isso, fluxos constituídos pelo heterogêneo substrato de suas múltiplas travessias da interface. É praticamente imediata a inserção na página do usuário de novos conteúdos que, ora são coletados entre os sites da própria Web, ora são enxertados na rede a partir dos terminais de computador ou das tecnologias sem fio – como ocorre com os autorretratos. De modo que os links, textos e imagens que guarnecem as interações em rede encontram consistência no intercâmbio daquilo que os usuários experimentam tanto no ambiente físico, quanto no digital.

Ainda que sejam conteúdos de teor mais objetivo e referentes a temas de interesse coletivo, ao serem compartilhados no Facebook acabam por adquirir coloração inteiramente pessoal. Pode ser uma notícia que foi lida em um portal jornalístico, um vídeo comemorativo assistido no YouTube, um post retirado de um blog opinativo, o que importa é que a cada vez que o indivíduo leva aos círculos sociais que frequenta conteúdos que encontra no percurso de suas navegações, e pelos quais tem algum tipo de apreço ou rejeição, ele expõe algumas de suas feições. Isso se dá pela expressão de interesses, gostos, preferências que ficam patentes nas escolhas feitas através do disperso material online. O indivíduo atua como um filtro singular no excesso de conteúdos disponíveis na Web e também como fiador das próprias escolhas que são entregues à apreciação das redes de relações sociais.

De caráter ainda mais manifesto da singularidade dos compartilhamentos é a matéria proveniente da vida offline, seja por meio de fotos, de vídeos ou de textos contendo narrativas, depoimentos, opiniões, dúvidas e, vez ou outra, os mais profundos sentimentos. Estes últimos, a propósito, têm adquirido papel fundamental nas partilhas. Tanto é que, recentemente, o serviço começou a propor uma nova questão pela qual convida os usuários a compartilhar sua vida pessoal. Onde anteriormente sempre se lia “no que você está pensando?”, encontra-se hoje uma nova pergunta: “como está

os fluxos do Facebook se dá em torno de material inserido por indivíduos que possuem uma página pessoal no site.

se sentindo, (...)?”. A indagação é complementada, logo após a vírgula, com o primeiro nome que consta no perfil de cada usuário, ou seja, com uma demarcação da individualidade que expressa o sentimento e, ainda mais, da relação de intimidade pela qual se pode exprimir naquele contexto onde todos se conhecem. Não é novidade, inclusive, que nesses sites de redes sociais as trocas de elementos pessoais, afetivos, ignorem fronteiras que oferecem algum tipo de resguardo à vida íntima ou privada. Essas novas práticas interativas em redes sociotécnicas vêm, há algum tempo, redimensionando a concepção e a experiência da privacidade.

As contínuas e criativas permutas de conteúdos carregados de afetividade e intimidade aparecem no Facebook como sendo o insumo que dá vigor ao puro prazer da socialização, que é típico da inunção à sociabilidade. Grande parte dos usuários demonstra dedicação à criação e manutenção de vínculos com outros indivíduos que frequentam o site, e o faz pela ativa participação nas trocas. Mas a mais profunda expressão do empenho desses indivíduos no cultivo de laços sociais se dá pela incansável inserção de novos conteúdos. De tal modo que, quanto mais ricas são as trocas entre os usuários, mais elaboradas são as páginas pessoais daqueles que nutrem essas trocas com o precioso material de suas cotidianas experiências de transpor a interface, e mais consistentes tornam-se os vínculos. O serviço fomenta esses processos enviando notificações, dando opções de prioridade, de conversa privativa pela troca de mensagens, de formação de grupos, e daí por diante. Não é segredo que, no site, as ligações entre os usuários são os valiosos produtos das permutas.

*A forma sociotécnica da amizade*⁶⁶

Criar e manter laços sociais é atividade delicada, como se sabe. Exige atenção, habilidade, disposição, tato. Decorre daí muito do que se tem a compreender sobre a incrível adesão dos usuários que faz com que o Facebook

⁶⁶ Uma parte da análise aqui exposta pode ser encontrada, sob outro enfoque, em Santos & Cypriano (2011b).

desponte como o site de rede social mais frequentado do mundo. O serviço atua como eficiente facilitador na formação de vínculos sociais. Tudo começa com um levantamento da totalidade dos usuários com os quais um indivíduo recém-cadastrado já tenha estabelecido algum tipo de contato. Isso se faz pelo recurso ao histórico das trocas de email do utilizador que acaba de chegar – após obter seu consentimento, naturalmente. Por uma rápida operação tecnológica fica disponível ao novo usuário um catálogo de ofertas onde se encontram os nomes próprios e as fotos dos perfis de indivíduos com os quais ele já trocou e-mail e que, como ele, estão ali para manter relações sociais e, não raro, para alargar as redes de conhecidos de modo mais ágil que em situações offline. Vale lembrar que, no Facebook, as ligações sociais são sempre relações de *amizade*.

Existe uma dúvida generalizada quanto à natureza da amizade que é cultivada nas redes sociais online. A pergunta padrão é “são todos realmente seus amigos?”. Existe também uma ênfase mais quantitativa para a mesma questão, que é “você tem realmente centenas de amigos?”. Em um trabalho sobre “as ligações numéricas”, Antonio Casilli (2010) aborda essa questão e oferece um interessante encaminhamento a ela. Primeiramente ele observa que aquilo que no Facebook “nós designamos convencionalmente pelo nome de ‘amizade’ é um tipo de ligação inteiramente específica dos ambientes sociais da Web” (Casilli, 2010: 270). Isso significa aceitar que, embora possua a mesma designação de um vínculo social offline, trata-se de um tipo de laço que não existe senão nas dinâmicas típicas do mundo online. O autor prossegue comentando que na língua inglesa “essa amizade assistida por computador toma o nome de *friending*. O neologismo designa o ato de ‘amigar’ ou de ‘tornar-se amigo de’ alguém” (Casilli, 2010: 271). Não é de se admirar que essa forma de ligação assuma o estatuto de uma *ação*, uma vez que abarca o movimento voluntário e persistente de tecer e manter laços online, sejam quais forem as motivações dos indivíduos. E esse exercício de tornar-se amigo, invariavelmente, está condicionado às possibilidades e às restrições dos sistemas informáticos.

No Facebook tudo se passa pela apresentação ao usuário de catálogos com as fotos dos rostos e os nomes de potenciais amigos. Normalmente, esses catálogos são compostos por indivíduos que, de alguma maneira, são familiares para quem os recebe como opção. De forma que a visão dos rostos constitui uma espécie de reencontro. Por isso grandes surpresas, múltiplos afetos, interesses variados, ficam envolvidos no olhar para as faces que ali se dispõem. E não há impedimento algum para a opção por *adicionar aos amigos* que é colocada logo abaixo de cada foto. Ao contrário, basta um movimento muito simples, um *click*, para dar início a um novo laço social ou para atualizar algum anteriormente existente. Isso não antes, porém, de receber uma aceitação do *pretense* amigo. A reciprocidade nos laços que se tecem no Facebook é, afinal, um de seus traços distintivos em relação a outros serviços, como ocorre com o Twitter que comporta “elos direcionais” (Souza & Quandt, 2008), ou seja, conexões que fluem em uma única direção — *followers* podem não ser seguidos por seus *followings* e vice-versa.

A exigência de reciprocidade que é posta pelo Facebook ajuda a fazer dele um ambiente onde se *fica à vontade* na medida em que seus frequentadores são convidados a se assegurar da qualidade dos laços que são ali formados. O envio de uma proposta de amizade e uma subsequente resposta ficam registradas no sistema do site. Além do mais, o vínculo firmado é tornado público para as redes de relações sociais de cada indivíduo empenhado no estabelecimento do novo vínculo. De tal modo que a ação de tornar-se amigo configura um “ato declarativo” que, nas palavras de Casilli (2010), “exibe, portanto, as marcas da oficialidade e do ritualismo de uma obrigação social: nós recebemos uma mensagem, nós respondemos, o ato é público e fica registrado em um sistema informático” (Casilli, 2010: 272). Nas relações offline esse tipo de acordo público pode ser encontrado em casamentos, por exemplo, quando torna-se oficial um novo estado civil, mas jamais em relações amizade.

A proposta do Facebook é que todos possam oficializar publicamente cada uma de suas amizades de modo a sentir-se seguro para compartilhar suas singularidades e, assim, oferecer encantos que ajudam a ampliar,

ilimitadamente, o número de laços. Isso porque, mais que um facilitador na confecção de vínculos de amizade, o serviço tem-se revelado como um incorrigível fomentador de redes sociais, ou melhor, de *networking*. Compreendendo que o termo *networking* refere-se ao “processo ativo de construção, manutenção e sustentação de um conjunto específico de relações mutuamente consideradas”, como define Hogan (2009: 14), nota-se que é exatamente esse tipo de processo que o Facebook fomenta. Há sempre novos amigos que são ofertados, com seus devidos perfis, cada qual com atrativos mais ou menos interessantes para os outros – cabe notar que não há consenso quanto aos critérios de interesse, esses podem variar tanto quanto varia o olhar de quem acessa uma página pessoal. Trata-se, em todo caso, dos atrativos de um antigo conhecido que ainda não havia sido encontrado entre os muitos frequentadores. Ou, então, dos atrativos de um amigo de amigo.

Há, ainda, aqueles desconhecidos com quem se tem vários amigos em comum, o que tende a ser, no mínimo, curioso. A comunhão de amigos é fator chave para a expansão das redes sociais que se desenvolvem no Facebook. Fator que opera, se considerado por uma perspectiva tecnológica, através do emprego de alguns princípios que são centrais para a análise de redes sociais. Ao apresentar a cada usuário os perfis dos amigos de amigos como opção de nova amizade, o serviço põe em prática a lógica reticular das “pontes” (Granovetter, 1973). Isso significa dizer que, uma vez inserido no contexto da rede, um amigo em comum tem o potencial de criar pontes por onde emergem novos laços sociais. Todo indivíduo adquire tal qualidade na medida em que traça uma possível ligação entre outros indivíduos com os quais mantém algum tipo de relação, considerando que estes outros indivíduos não se conhecem e talvez nunca viessem a se conhecer não fosse pelo intermédio de um conhecido em comum.

É indiscutível a força propulsora que tal lógica operatória exerce na constante multiplicação dos laços sociais entre os utilizadores do serviço. Mas, não tão forte seria se esvaziada de vida. Pouco ou nada valeriam as pontes na ausência de algum comprometimento entre aqueles que se expõem através do

perfil ou da linha do tempo. O serviço cuida de comunicar ao círculo social de cada usuário a inserção de um novo conteúdo em sua página. Como também comunica a criação de um novo laço, *o começo de uma nova amizade*, para usar os termos locais.

Essa espécie de memorando público da trajetória individual pelo Facebook pode assumir variados graus de exposição pessoal. Fica a critério do utilizador fazer uma escolha pelo acesso autorizado apenas a amigos ou, no outro extremo, pela irrestrita abertura do conteúdo, ou, ainda, pela intermediação dos amigos em comum, situação em que também os amigos de amigos ficam aptos a apreciar os conteúdos disponibilizados. No último caso, quando a lógica das pontes se faz altamente eficaz, os amigos em comum abrem caminho para a descoberta de possíveis afinidades entre indivíduos com quem já firmaram algum tipo de ligação. E as possibilidades de aproximação entre as incontáveis singularidades se ampliam na mesma medida em que cresce a riqueza de detalhes pela qual cada um se expressa. Tais aproximações podem ocorrer no compartilhamento de fotos dos filhos ou de um fim de semana deletável, como também na comunhão de um gosto musical e até mesmo na solidariedade de um estado de humor momentâneo.

Uma vez esboçados pontos de afinidade entre duas singularidades, fica facultada a formação de um novo elo fundado em *homofilia* (Degenne e Forsé, 2004; Boyd, 2009; Watts, 2009). Mas, para tanto é imprescindível que os integrantes das redes sociais levem adiante o investimento na ligação, o *friending*. O que envolve um convite, uma aceitação, como também um comprometimento com os amigos fiadores da nova relação. Tal dinâmica encontra força vital na constante atração pelo laço social *per se* que se realiza na sociabilidade.

O esboço de uma nova forma da sociabilidade

É notável como as redes sociais que se desenvolvem no Facebook são afeitas à sociabilidade. Incorporam o caráter simétrico e lúdico que a define e o fazem, em grande parte, pelas características típicas do serviço. Todos são amigos, ou seja, se ligam pelo mesmo tipo de laço, as trocas se fundam em reciprocidade e tendem a equilibrar a dedicação ao cultivo do vínculo. Enquanto o compartilhamento prima pela disposição de material humano, onde todos se reconhecem de alguma maneira, os comentários tendem a reforçar os traços comuns e o fazem, no mais das vezes, efusivamente. Assumem, via *texting*, aspecto de uma conversação puramente sociável. Ainda que a conversa não se dê por meio de palavras e frases, mas pelo uso de símbolos do teclado para expressar uma risada, uma aprovação ou um incômodo, há sempre a exposição de uma habilidade para levar adiante a reciprocidade do laço. Muitas vezes os comentários que se desdobram em longas conversações nada manifestam senão a relação entre os envolvidos e o investimento de cada um deles no cultivo de tais relações. E, na ausência de tempo ou de criatividade, fica dada pelo site a opção de simplesmente *curtir* aquilo que o outro traz para o fascinante jogo das relações sociais.

E é no curso desses jogos de sociedade que vem sendo esboçada uma nova forma da sociabilidade. Uma das novidades que ela faz manifesta opera na medida em que são continuamente transpostos os limites que fazem peculiar o ser sociável, um modo de ser diante do outro que “não existe em lugar nenhum, a não ser nas relações sociáveis” (Simmel, 1983: 174). Lembrando que tais limites se definem habitualmente pelo afastamento, em situações típicas de sociabilidade, de todos os atributos objetivos que os indivíduos trazem consigo – posição social, formação intelectual, entre outros – e que demarcam distinção entre eles. Por outro lado, é comum que haja uma dosagem de discrição pela qual o ser sociável evita exibir seus traços subjetivos mais genuínos e profundos, estes também fontes de diferenciação entre os indivíduos. O costumeiro respeito ao que Simmel (1983) considera como constituindo os “limiares da sociabilidade” coopera no sentido de manter uma simetria entre os

indivíduos. Isso diz respeito, entre outras coisas, a certa discrição quanto a fatores de cunho mais subjetivo, normalmente resguardados sob o domínio da vida privada. E é exatamente nessa direção que o compartilhamento em rede que é praticado no Facebook vem transpondo largamente os costumeiros limites da sociabilidade.

Os relacionamentos sociáveis entre pares na rede penetram, com muita frequência, na esfera privada e apontam para a formação do que pode ser denominado por “comunidade íntima a tempo inteiro” (Matsuda citada por Castells et alii, 2009: 117). De maneira que a sociabilidade começa a ser extraordinariamente vazada pelo compartilhamento de sentimentos e de emoções. Entre os integrantes das redes sociais, o uso expressivo dos recursos comunicacionais tem se tornado mais intenso que o uso instrumental (Ling e Yttri citados por Castells et alii, 2009: 197). Tal expressividade atua como um catalisador na formação e no incremento dos laços sociais que são tecidos no site. É assim que os usuários do serviço, individualmente ou em redes podem partilhar uns com os outros, muitas vezes de forma imediata, ou um registro em imagem, ou o relato preciso de cada experiência vivida, onde quer que ela se dê, por mais íntima seja, desde que as condições tecnológicas de conexão sejam satisfeitas.

Quanto mais são expressos os sentimentos e percepções dos indivíduos que interagem uns com os outros, mais vigoroso é o investimento nos laços que os ligam entre si. Mesmo que isso se dê à custa de um mínimo de exposição de suas vidas pessoais. Eles estão envolvidos, afinal, em uma partilha que não provoca nenhum tipo de esgotamento, considerando que “quando oferecemos ao nosso entorno social a imagem de nossa personalidade, ao acolher em nós mesmos aquela dos outros, essa troca de maneira alguma reduz a posse de si” (Simmel, 1987: 54). Pode-se dizer que, no limite, as trocas em torno de conteúdos pessoais favorecem um incremento do processo de individualização deles.

A expressividade por meio de textos, assim como a exposição das faces, se insere em um processo de legitimação intersubjetiva dessa nova forma da sociabilidade que está sendo criada nas interações da Web social. São atitudes que ajudam a tornar “objetivamente acessível e subjetivamente plausível” (Berger e Luckmann, 1987: 127) um tipo de vínculo que se desenvolve a partir dos sites de rede social e que não corresponde a nenhum outro que se dê em situação de copresença. Pela recíproca ação dos indivíduos, as redes de sociabilidade online se tornam plausíveis como legítima forma de vida social, embora ainda não estejam firmados os significados partilhados que forneçam uma explicação coerente para o conjunto de práticas que a compõem. E, de modo indissociável à emergência dessa nova forma de constituição de coletivos, uma possível nova forma de experiência da individualidade se vê emergir. Isso se dá na medida em que a biografia individual passa a integrar os novos modos de compartilhamento, de expressão de si e de recepção do outro. O ápice dessa tendência se dá com a ampla disseminação das tecnologias sem fio de conexão pelas quais vêm sendo formadas as redes móveis.

IV. As redes móveis

IV. As redes móveis

A mobilidade e a fluidez

A ideia de *redes móveis* pode parecer um tanto pleonástica na medida em que qualquer configuração de rede que se dê na Web tem manifestado incompatibilidade com moldes estáticos, constantes, delimitados, imóveis. O que se observa nas composições sociotécnicas da Internet é a inserção da vida social no âmbito de um “espaço fluido”, nos termos de Annemarie Mol e John Law (1994). Isso significa dizer que as redes tecnológicas digitais da Web proporcionam um tipo de *habitat* onde “o social comporta-se como *fluido*” (Mol & Law, 1994: 643, grifo dos autores), o que implica em baixíssimo respeito às fronteiras e em altíssima mobilidade. Nesse espaço fluido, as redes sociais são basicamente – se não tipicamente – móveis e mutáveis no que concerne à composição e à topologia que elas engendram. Tal fluxo só é visível, como observa Latour (2012:118), quando são feitas novas associações, novos encadeamentos. Essa fluidez do social nas redes da Web é tributária das condições inerentes à vida online compartilhada, onde cada indivíduo pode conectar-se, desconectar-se, navegar, interagir, abrir novo caminho, desabilitar outro existente, fazer downloads, uploads, expressar-se, calar-se. Trata-se de um espaço que se constitui para além da interface que articula o mundo dos átomos ao mundo dos bits.

A natureza móvel dessa experiência partilhada na Web pode ser formulada a partir de concepções como as de “mobilidade virtual” e “nomadismo digital”, discutidas por John Urry em sua “Sociologia das Mobilidades” (2005). São concepções fortemente pautadas pela ideia de deslocamentos que são, *a priori*, independentes da mobilidade corporal e/ou geográfica. O que dá extrema mobilidade ao indivíduo que se conecta à Web é a capacidade de navegação através de um conjunto de sites e hyperlinks cuja topologia jamais estabiliza. Há sempre novas opções de caminho assim como há

sempre a possibilidade de tornar-se, o próprio indivíduo, um nó de rede. Um nó de rede que se relaciona com tantos outros nós, através de incomensuráveis distâncias, sem que para isso tenha que sequer levantar-se de onde está. Essa mobilidade pelo ambiente digital condiciona um tipo de nomadismo sedentário, cujos deslocamentos podem ser realizados a partir de uma cadeira, por meio de um computador pousado sobre uma escrivaninha.

Há, no entanto, uma acepção completamente diferente para a ideia de redes móveis, cujo significado está vinculado à disseminação do uso das TICs sem fio – telefones celulares, tablets, smartphones, notebooks – para conexões realizadas por meio de roteadores ou por tecnologias de terceira geração – conhecidas como 3G. É sob essa perspectiva que as redes móveis são abordadas nesse trabalho. O uso das tecnologias sem fio de conexão em rede viabiliza uma especial *integração* entre o espaço fluido da Web e o espaço percorrido por um corpo que se movimenta. Tal integração se dá na medida em que o indivíduo que desloca fisicamente pode, por meio de um aparelho sem fio, comunicar-se com suas redes de relações sociais por todo seu percurso, enviando e recebendo mensagens que transpõem, nas duas direções, a interface entre o analógico e o digital. Ele pode digitalizar algum registro de sua experiência no momento em que ela está acontecendo – via texto ou imagem – e, ao mesmo tempo, absorver todo um espectro de comentários, impressões e considerações pessoais de outros indivíduos sobre o ambiente físico que o circunda e/ou sobre os acontecimentos que ele está vivenciando.

Sob muitos aspectos, esse grande potencial de interferência mútua entre a vida social online e a offline, que caracteriza a conectividade sem fio – ou *wireless* –, aparece como um prolongamento das dinâmicas experimentadas nas conexões por meio de terminais fixos. Isso porque um importante atributo das comunicações sem fio é sua capacidade de ampliar e pulverizar os contextos de interação, colaboração e troca de conteúdos pessoais que animam as redes sociais da Web. Por tal ponto de vista, tratar-se-ia apenas de uma extensão desses contextos de interação a lugares outros que não aqueles onde se faz uma conexão fixa, ou seja, por um fio ligado a uma tomada na parede. Há, sem

dúvida, essa faceta de prolongamento do que já vinha sendo realizado nas redes fixas. Existe, entretanto, outra face das redes móveis que emerge no decorrer desse processo de alargamento de horizontes e faz surgir algo significativamente novo que já foi chamado de “paradigma móvel 2.0” (Feijóo, 2009). Essa novidade diz respeito a um redimensionamento do espaço de interação social – diferentemente de uma extensão daquele já em voga na Web – que está intimamente ligado a uma recomposição da interface entre o mundo online e o offline. A mobilidade estende aos quatro cantos o contexto da conectividade e, com isso, reconfigura a interface entre aquilo que se passa dentro e fora da Internet.

A conectividade móvel conduz, como propõe Castells et *alii* (2009) a uma atenuação dos habituais contextos espaciais pela interposição de um “espaço de fluxos” que é “construído pelos lugares interconectados em que se produz a comunicação” (Castells et *alii*, 2009:323). Essa atenuação não assume o sentido de um apagamento do espaço físico por onde desloca o indivíduo, mas sim o de que os fluxos que circulam pelas redes sociotécnicas intervêm na experiência que o indivíduo tem nesse espaço.⁶⁷ Uma vez conectado, o indivíduo pode ter acesso às colocações de outros indivíduos que já estiveram no mesmo lugar e dali trazem suas impressões, como também às considerações daqueles que possuem informações técnicas, como ocorre com os compartilhamentos sobre as condições de trânsito em determinado local ou a previsão do tempo para algum momento do dia. Desse modo o espaço que envolve o corpo de um indivíduo tecnologicamente conectado às suas redes de relações sociais adquire novos sentidos; seja pela precisão de um informativo que o leva a optar por dirigir-se a uma rua não sujeita a alagamentos, ou onde não tenha uma *blitz* policial, seja pela densidade afetiva de uma experiência relatada que o conduz a uma praça onde se pode ver um belíssimo pôr do sol.

⁶⁷ A intervenção no espaço físico dos fluxos de informação que circulam pelas redes digitais remete à constatação de Rheingold (2005) sobre a antiga querela real x virtual. Ele observa que “no lugar de substituir ao verdadeiro mundo um mundo totalmente virtual, a versão do século XXI acrescentou as informações ao mundo físico” (Rheingold, 2005: 122).

E vice-versa. Qualquer indivíduo que transita com um dispositivo móvel conectável encontra-se em condições de enviar às suas redes sociais o registro de uma experiência pessoal ou o testemunho de um evento que transcorre onde quer que ele esteja. É notável uma variação nas maneiras pelas quais são realizados esses compartilhamentos, assim como nos gradientes de exposição pessoal daqueles que dividem com suas redes sociais uma experiência vivenciada. Essa variedade também está vinculada às escolhas dos serviços de Internet aos quais recorrem os indivíduos para realizar o compartilhamento.

O importante, entretanto, nesse momento, é dar atenção aos modos como se dá a interferência mútua entre a vida social que flui pela Web e a que percorre os espaços físicos por onde transitam os indivíduos. Abordar essa dupla implicação considerando que se trata de um processo que se insere profundamente na vida cotidiana daqueles que possuem um aparelho sem fio com conexão em rede, intervindo nos modos de apreensão do mundo, de expressão de si e de partilha do vivido. Um processo delicado que é facultado primeiramente pela relação que os indivíduos estabelecem com esses objetos tecnológicos e pela experiência da transposição da interface que eles oferecem.

O indivíduo e seu aparelho sem fio

A posse de um aparelho sem fio com conexão em rede faz toda a diferença no que diz respeito ao modo como os fluxos online se integram à nossa vida cotidiana. Isso porque a relação de alguém com um objeto tecnológico é fortemente influenciada por características intrínsecas da máquina que ele tem em mãos, tanto quanto o é pelas suas próprias idiossincrasias. A esse respeito, é interessante pensar a partir da formulação de Simmel (2003) sobre a relação entre o *ser* e o *ter*. O autor parte do princípio de que a posse de um objeto constitui uma ação. Isso significa entender que a propriedade de algo não se restringe ao ponto de partida ou de chegada de uma ação qualquer, ou seja, não é simplesmente a origem ou o objetivo da ação, mas sim a execução de um tipo específico de ação que dura o quanto dura a posse do

objeto. Esse tratamento da posse na duração é formulado por ele como "uma série sucessiva de atitudes ou possibilidades individuais" (Simmel, 2003:373) que decorrem da relação que o indivíduo estabelece com aquilo que possui. É, antes de tudo, uma interação entre ele e um objeto, no sentido de que o indivíduo põe o objeto a agir, tanto quanto o objeto lhe provoca ações inesperadas.

Em uma relação de posse não se sabe exatamente quem provoca a ação, nem há como saber, uma vez que ela percorre uma sinuosa "cadeia que vai desde o ser ao ter e, desde o ter, de regresso, ao ser" (Simmel, 2003: 377) num deslocamento contínuo. De maneira que as repercussões dessa interação para o indivíduo variam conforme variam as peculiaridades do que ele tem. Simmel ressalta isso ao chamar nossa atenção para o fato de que "à propriedade desta coisa corresponde esta ou outras ações" (Simmel, 2003: 375), que são diferentes das que estariam associadas à posse de alguma outra coisa com características distintas. Isso fica evidente na imensa distância entre o tipo de relação que se tem com um computador de mesa e o que se estabelece com um smartphone, por exemplo. Considerando que ambos são extremamente eficientes como pontos de acesso às redes sociotécnicas, há que se observar que cada um deles reflete uma concepção tecnológica inteiramente diversa da que se encontra no outro. A importância disso reside no fato de que cada modelo interativo proporciona modos muito próprios de relação com a máquina.

Não é preciso ir muito longe para observar a diferença de possibilidades interativas entre, de um lado, uma interface que é acessível via teclado e mouse – como costumam ser as que se apresentam nos monitores dos computadores de mesa – e, de outro, aquelas que são manipuladas diretamente pelo toque dos dedos – caso das recém propagadas *touchscreen*. Existe aí, para começo de conversa, uma enorme diferença quanto ao nível de *intimidade* com o aparelho de conexão. Aqueles que exigem a presença de periféricos seguem a linhagem das interfaces que operam a partir de comandos lógicos – palavras, cursores, senhas de segurança; já os que possuem uma tela sensível ao toque, ainda que mantenham as possibilidades lógicas da digitação, são mais intuitivos e

convidam o indivíduo a percorrer com a ponta dos dedos os coloridos ícones dos aplicativos, os links de navegação, os textos e as imagens que vão sendo encontrados pelos caminhos que se abrem na tela. E essa maior ou menor intimidade com a máquina repercute em maneiras distintas de expressão de si e de compartilhamento do vivido. Nas formas tecnológicas de vida a variação na lógica operatória dos objetos implica em significativas mudanças nos modos de relação com eles ou, nos termos de Latour (2012), de “associação” com eles na condução da ação.

Esse gênero de diferença no que concerne à lógica operatória do aparelho de conexão em rede é tão decisivo quanto o são as divergências morfológicas entre eles. Trata-se de enormes discrepâncias no que diz respeito ao formato, ao tamanho e ao peso dos objetos que o indivíduo utiliza. Para efeito ilustrativo, vale notar que não há termos de comparação entre uma tela de, por exemplo, 24 polegadas do monitor de um computador e a tela de 4,5 polegadas de um smartphone. Também os teclados de mesa são exponencialmente mais volumosos do que aqueles que foram difundidos em alguns modelos de celular ou os que aparecem simulados nas telas touchscreen. Enquanto os grandes computadores primam pela qualidade da imagem e conforto na digitação – além da maior capacidade de armazenamento de dados –, os pequenos telefones destacam-se por não exceder o abrigo das mãos e, ainda assim, realizar sem maiores dificuldades muitas das operações de recepção, transmissão e distribuição de conteúdos digitais.

Some-se a isso a imensa disparidade quanto ao peso das máquinas fixas quando comparado ao das portáteis, que tendencialmente se tornam mais leves a cada dia. Aparelhos leves e pequenos se encontram, com muita frequência, junto ao corpo. As características operatórias e as morfológicas das TICs sem fio vêm se juntar à presença, cada vez mais comum, da transmissão de dados via 3G para aumentar as possibilidades de o indivíduo ter sempre com ele um desses objetos. Ficam, mais uma vez, dadas as condições para um aumento no grau de intimidade que pode ser mantido com um aparelho móvel. Comparativamente

às tecnologias com fio, nota-se que as TICs móveis interferem de maneira muito particular nas ações que estão a elas associadas.

Uma relação muito íntima com a máquina

Essas TICs portáteis, pessoais, estão sempre por perto, quando não acopladas ao corpo, e são cada vez mais tratadas "como instrumentos essenciais da vida contemporânea", como observou Castells (2009: 98). De tal maneira que, não raro, "quando falham, os seus utilizadores tendem a sentir-se perdidos devido à relação de dependência que desenvolveram com a tecnologia" (Castells et alii, 2009: 98). Relação de dependência que já havia sido apontada por Lash (2001) ao levar em conta uma sensação cada vez mais comum de que "simplesmente não consigo funcionar sem meu celular WAP" (Lash, 2001:107).⁶⁸ Isso porque nossas ações estão cada vez mais incorporadas a sistemas tecnológicos inteligentes, rápidos e interativos. Incorporação operada pelo aprofundamento da intimidade com as máquinas que possuímos.

A singular relação entre um indivíduo e seu aparelho sem fio de conexão em rede não se restringe, contudo, à dependência que ele porventura venha a ter da tecnologia. É, antes, uma forma fecunda de cumplicidade com a máquina que faz surgir novos modos de condução da vida. Para se ter uma ideia mais clara do que pode significar uma relação desse gênero é interessante acompanhar algumas das elaborações de Latour (2001) em seu "labirinto Dédalo", sobre a participação dos artefatos técnicos em nossas ações. É pertinente começar pela acepção de labirinto que orienta seu raciocínio.

Um labirinto, nos diz Latour, citando Frontisi-Ducroix, "é uma coisa curva, avessa à linha reta, engenhosa mas falsa, bonita mas forçada" (Latour, 2001: 202). As curvas do labirinto são escrutinadas por Dédalo com a argúcia de um inventor de contrafações, como as "estátuas que parecem vivas" ou a "antiga versão de engenharia genética que permite ao touro de Poseidon

⁶⁸ WAP é sigla de *Wireless Application Protocol* – em português, Protocolo para Aplicações sem Fio –, um padrão para comunicação de dados digitais e acesso sem fio à Internet.

emprenhar Pasifaé, que parirá o Minotauro” (Latour, 2001: 202). São essas mesmas curvas, capazes de trespassar ontologias distintas, que nos conduzem de forma errática, pelo “tortuoso dos maquinismos e das maquinações” que “medeiam” nossas ações, ou seja, que nos levam a fazer coisas que não faríamos sem a sua mediação (Latour, 2001: 203).

É na forma de uma curva sinuosa, como a que foi levemente esboçada por Simmel ao descrever o encadeamento que liga o ser ao ter, que Latour procura demonstrar “a impossibilidade de discorrer sobre qualquer espécie de domínio em nossas relações com não-humanos, *inclusive* seu suposto domínio sobre nós” (Latour, 2001: 203). Com isso ele procura descartar duas abordagens extremas, contraditórias, sobre nossa relação com as tecnologias: uma cujo lema é “somos o que temos”, e outra, segundo a qual, “o que importa é o que somos, não o que temos” (Latour, 2001: 204). Se a primeira dessas duas perspectivas mutuamente exclusivas fornece a solução típica do determinismo tecnológico, a segunda sugere um completo domínio do indivíduo sobre máquinas passivas e diligentes.

Latour propõe uma superação para esse tipo de dicotomia que situa ou o indivíduo ou a máquina numa relação de ascendência diante do outro. Para tanto, ele recorre às contrafeitas curvas do labirinto como alternativa à linha reta do intransigente vetor da determinação. Se considerarmos a proposta de Latour a partir da perspectiva aberta por Gilles Deleuze (1988) em suas reflexões sobre *a dobra*, podemos dizer que as curvas do labirinto o ajudam a realizar uma “inflexão”. Isso porque a inflexão se dá a partir de um ponto que é o do “conceito não conceitual da não contradição”, como observa Deleuze citando Klee. A inflexão “não é nem alta nem baixa, nem à direita nem à esquerda, nem regressão nem progressão”, continua ele, dialogando com Bernard Cache (Deleuze, 1988: 20); “ela corresponde ao que Leibniz chama um ‘signo ambíguo’” (Deleuze, 1988: 21), conclui. O ponto de inflexão é o que proporciona o desvio na linha reta, ele a remete para outra direção delineando um arco, uma dobra em uma linha que pode ser, a partir de cada ponto de seu traçado, indefinidamente redobrada.

O primeiro ponto de inflexão que Latour identifica na relação entre o indivíduo e o aparelho tecnológico diz respeito à “criação de um vínculo que não existia antes e que, até certo ponto, modifica os dois originais” (Latour, 2001: 206). Se pensarmos essa relação com os apetrechos tecnológicos em termos de uma relação entre um sujeito e um objeto, fica possível compreender que esse vínculo apontado por Latour faz com que “a transformação do objeto reenvi[e] a uma transformação correlativa do sujeito” (Deleuze, 1988: 27), aos moldes da inflexão observada por Deleuze. Para Latour, esse vínculo que modifica a ambos é uma forma simétrica de associação pela qual existe também uma correspondência quanto àquilo “que se conserva ao longo de transformações” (Latour, 2001: 210). Isso significa levar em conta que, ao se associar a um artefato tecnológico o indivíduo não perde em *humanidade* – como poderiam fazer supor os mitos em torno do “ciborgue”, do “pós-orgânico” ou do “pós-humano” (Haraway, 1991, Sibilia, 2002, Ferreira dos Santos, 2003, respectivamente). Por sua vez, também o artefato não perde em sua condição *maquínica*. De modo que as mudanças que um proporciona ao outro não supõem dilapidação, ao contrário, são incitadas pelo movimento de tornar-se “alguém, alguma coisa’ mais” (Latour, 2001: 210). A criação desse vínculo entre o homem e a máquina é prodigiosa em gerar novidades.

A ideia de uma vinculação criativa, da maneira como Latour a desenvolve no *labirinto de Dédalo*, fica mais clara quando se considera que o indivíduo e seu aparelho tecnológico entrelaçam-se em um “processo de permutar competências, oferecendo um ao outro novas possibilidades, novos objetivos, novas funções” (Latour, 2001: 210), sem que para isso tenham, necessariamente, que abrir mão de outras já estabelecidas. É desse modo que um indivíduo se põe, por exemplo, a utilizar os polegares para digitar um texto em uma pequena tela de um smartphone, sem ter que abrir mão de sua habilidade em utilizar os outros dedos das mãos para a digitação, quando sentado diante de um teclado mais volumoso. Por sua vez, ainda a título de exemplo, um telefone celular pode efetivar a captura fotográfica, o armazenamento e o envio em dados de imagem, de um evento cuja repercussão

alcança dimensões inteiramente imprevistas. Isso não impede, contudo, que o mesmo celular tenha preservadas suas competências para a telefonia e para o registro do prosaico da vida. Nesse algo mais que acontece, muitas vezes de forma corriqueira, é que se dá a transformação de ambos – do indivíduo e do artefato tecnológico. Trata-se de um processo de permuta entre os dois que opera por sobreposição e do qual a ação é importante propriedade.

Seguindo nessa linha de raciocínio, nossa íntima relação com a máquina pode ser assim descrita: a ação que a máquina nos provoca a fazer é, por inflexão, reenviada a ela de modo a gerar performances, não raro, distintas daquelas para as quais ela havia sido concebida e, retroativamente, ela retorna a nós a novidade, nos incitando, mais uma vez, à inovação. São intercâmbios pelos quais, somos autorizados e autorizamos, somos habilitados e habilitamos, somos capacitados e capacitamos a agir de forma imprevista. Por tais permutas, ocorrem inesperados *desvios*, pelos quais vão decaindo os objetivos primeiros e surgindo novos encadeamentos.

Pela cumplicidade entre os indivíduos e seus aparelhos sem fio vêm sendo forjadas máquinas particularmente *sensíveis*, como observou Rheingold (2005). Sensíveis “não no sentido de que elas seriam dotadas de razão, mas porque elas podem sentir, receber, armazenar e transmitir informações” (Rheingold, 2005:123). Tem ficado cada dia mais corriqueiro termos em mãos pequenas máquinas eficientíssimas em convergir funcionalidades diversas, tais como os recursos de comunicação instantânea por voz e vídeo, as aplicações de produtividade, a conexão à Internet, o armazenamento de dados *em nuvem*, a captura de imagens em alta definição, além do compartilhamento de informações georreferenciadas. O georreferenciamento é, nesse caso, uma funcionalidade que leva ao extremo a condição sensível desses aparelhos considerando que, como observou Rheingold, esse tipo de informação demonstra, em última análise, que “as novas tecnologias podem sentir onde elas se encontram” (Rheingold, 2005:123). Elas podem se posicionar via satélite, com pequena margem de erro, sobre a superfície geográfica e nos dizer, com fina precisão, onde estamos em um determinado momento e qual caminho

seguir para chegar a outro lugar. Isso porque esses aparelhos que trazemos junto aos nossos corpos se associam a uma infinidade de outras tecnologias, muitas delas invisíveis, impalpáveis – como as ondas de rádio e o infravermelho –, para responder às nossas questões e nos trazer sugestões.

Por outro lado, estamos ficando cada vez mais abertos a essa interação sensível com as máquinas. Parece ilimitado o encantamento que nutrimos – uns mais, outros menos – pelas telas coloridas e reluzentes, cujos ícones movimentam-se com toques suaves; e onde a riqueza de imagens é conjugada a efeitos sonoros surpreendentes, como os sons de um teclado de computador ou mesmo os de um piano que se deixa tocar sob a superfície lisa. Temos também dedicado bastante tempo explorando as opções de personalização desses *apetrechos* tecnológicos e comunicando a eles nossos gostos e preferências. Isso sem falar na crescente disponibilidade para o download e a atualização de aplicativos que nos oferecem entretenimento. O chamado “entretenimento móvel” é, a propósito, uma prática muito recente que, como relata Castells (2009), envolve “*produtos como jogos descarregáveis em telemóveis, imagens e toques, assim como leitores MP3 e receptores de rádio incorporados nos aparelhos*” (Castells et alii citando relatório do *Mobile Entertainment Forum*, 2009:141, grifado no original).

Tamanha tem sido a nossa proximidade com essas novas TICs que a participação delas em nossas ações e disposições já parece irrevogável. Ocorre que a capacidade que essas máquinas têm de se associar a outras tecnologias e de conectar-se às redes da Internet faz de nossa relação com elas algo ainda mais potente. Elas nos oferecem uma interface entre o ambiente físico e o digital que pode estar permanentemente por perto, de tal modo que a crescente intimidade que estamos adquirindo com os artefatos tecnológicos é extensiva à que podemos ter com tudo que a interface nos apresenta. Sempre ao nosso alcance, a interface nos convida, a todo o momento, a explorar os múltiplos fluxos que circulam pelas redes sociotécnicas. Isso inclui, além de um constante acesso a informações de toda ordem, uma irrestrita capacidade de nos conectar a outros indivíduos, ampliando o espectro das permutas que integram nossas

ações. Como uma porta sempre aberta para o ilimitado espaço da Web, a interface móvel nos oferece as brechas pelas quais realizamos uma especial integração entre a vida online e a offline.

A transposição da interface

A possibilidade de conexão que é alcançada pelo utilizador de uma tecnologia sem fio se dá onde quer que ele esteja, a qualquer momento do dia e no curso desta ou daquela atividade. Tem-se com isso um indivíduo que, de posse de uma máquina com a qual ele tem grande familiaridade e que permanece conectada à Web – *always on*, como dizem os anglófonos –, encontra-se apto a inserir conteúdos a partir dos locais por onde anda, do mesmo modo que se vê, a todo instante, em condições de receber conteúdos digitais, cujos fluxos muitas vezes abrangem vastíssimas extensões. De tal maneira que, com a interface sempre ao alcance, o indivíduo pode engajar-se em um – ou em vários – dos amplos encadeamentos de ação que constituem as dinâmicas típicas da Web, sem que para isso seja constrangido a interromper alguma de suas atividades localmente configuradas.

É possível, por exemplo, ter notícias via o Facebook de algum evento remoto que merece atenção, comentar o evento, trocar ideias com alguns outros frequentadores do site e, simultaneamente, consultar as opções de refeição no cardápio de um restaurante, aconselhar-se sobre a *sugestão do chef*, fazer uma escolha, receber um colega que havia se atrasado para o almoço e, ainda, caso seja pertinente, conversar com o companheiro de mesa sobre o evento do qual acaba de ser notificado pela tela de seu smartphone, fazer mais uma escolha, e daí por diante. São incontáveis as possibilidades de ajustamento entre o que circula nas redes online e as interações que se passam *olhos nos olhos*. Um ajustamento que pode ser efetuado por intercalação, por sobreposição, por entrelaçamento, por mistura, por cotejamento, enfim, por inúmeras maneiras pelas quais um indivíduo é capaz de articular suas experiências na Web com as que transcorrem no entorno de seu corpo. Seja qual for a natureza dessa

articulação, ela sempre promove condições de mútua interferência entre as associações (Latour, 2012) que impelem os fluxos digitais em rede e as concatenações do mesmo gênero que dão prosseguimento às atividades que transcorrem no ambiente físico. Isso é realizado toda vez que um indivíduo transpõe a interface e assume o estatuto de *tradutor* entre um *milieu* e outro.

O ato de tradução por transposição da interface pode ser compreendido, em um primeiro momento, a partir da acepção de tradução proposta por Michel Callon. Em entrevista sobre seus “estudos de coletivos heterogêneos”, o autor observa que “a ideia de tradução se associa à ideia de circulação” (Callon, 2008: 308), remetendo ao que ele considera como o mais fundamental nas redes compostas por elementos heteróclitos: as relações entre os pontos das redes e tudo que circula nessas relações. Por essa perspectiva, a tradução está vinculada à matéria que desloca nos fluxos que avivam uma rede, àquilo que é transportado de um nó a outro. Tratando-se de redes que conjugam entidades heterogêneas, o transporte do que circula entre tais entidades é, necessariamente, efetuado por tradução. De modo que, seguindo o raciocínio de Callon, “a ideia de tradução corresponde à circulação e transporte, a tudo que faz que um ponto se ligue a outro pelo fato da circulação” (Callon, 2008: 309). A tradução promove a circulação e tem o potencial de fabricar ligações onde antes não existia.

Essa concepção da tradução como produtora de conexões adquire sentido em um contexto de pensamento que a situa como substrato de agenciamentos capazes de redimensionar os encadeamentos constitutivos de redes – e o fazem pela recondução dos fluxos em circulação na direção de outros fluxos circulantes. Em uma entrevista na qual discute os aportes de sua “Sociologia da tradução”, Callon (2009) expõe essa relação direta entre tradução e agenciamento, argumentando que “agenciamentos são os operadores da tradução e a tradução é o módulo básico no qual os agenciamentos são construídos” (Callon, 2009: 399). O desenvolvimento desse argumento de Callon é tributário à “noção de *agenciamento* sócio-técnico de Deleuze” (Callon, 2009: 398, grifo do autor). De modo que, para avançar um pouco mais nessa

apreensão da ideia de tradução, é importante escrutinar, minimamente que seja, a concepção de agenciamento nas formulações de Gilles Deleuze, junto a Félix Guattari.

Em um trabalho a respeito da obra literária de Kafka, Deleuze e Guattari (2003) elaboram uma exposição sobre “o que é um agenciamento” onde aparecem duas condições essenciais para compreendê-lo. A primeira condição é a de que um agenciamento é sempre coletivo; a segunda é a de que trata-se de coletividades heteróclitas, ou seja, de multiplicidades às quais eles denominam “máquina”. Para os autores, “uma máquina não é simplesmente técnica. Pelo contrário, ela só é técnica enquanto máquina social, apanhando homens e mulheres nas suas engrenagens, ou melhor, tendo homens e mulheres nas suas engrenagens, mas tendo também coisas, estruturas, metais, matérias” (Deleuze e Guattari, 2003: 137). Para evitar qualquer tipo de equívoco, eles esclarecem que “homens e mulheres fazem parte da máquina, mas não só no trabalho, mais ainda nas suas atividades adjacentes, no repouso, nos amores, nos protestos, nas indignações, etc.” (Deleuze e Guattari, 2003: 137). E a máquina só funciona quando todos os elementos estão conexos, quando existe ligação entre as diversas engrenagens, “mesmo se essas engrenagens têm ar de se opor ou de funcionar de maneira discordante” (Deleuze e Guattari, 2003: 138). Os agenciamentos são exatamente essas ligações entre engrenagens discordantes, heterogêneas, que as colocam a funcionar junto.

Nos “diálogos” com Claire Parnet, Deleuze (1998) observa que “a única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é uma simbiose, uma ‘simpatia” (Deleuze & Parnet, 1998: 57) que estabelece ligações entre multiplicidades. No agenciamento “o importante não são nunca as filiações, mas as alianças e as ligas; não são os hereditários, os descendentes, mas os contágios, as epidemias, os ventos” (Deleuze & Parnet, 1998: 57). Há sempre um deslocamento, um desvio, uma “linha de fuga” que é traçada numa ligação que conjuga distintas multiplicidades. Inventar um agenciamento é, nesse sentido, fazer “passar uma multiplicidade para outra. O difícil é fazer com que todos os elementos de um conjunto não homogêneo conpirem, fazê-los funcionar

juntos” (Deleuze & Parnet, 1998: 43). Contudo, na medida em que as multiplicidades são efetivamente agenciadas e passam a funcionar junto elas tornam-se inteiramente redimensionadas.

A ideia de redimensionamento das coletividades heteróclitas através de novos agenciamentos diz respeito não somente a uma ampliação na totalidade das conexões, mas também a uma significativa mudança no conjunto dos elementos conectados. Nas formulações sobre o *rizoma* que introduzem a obra “Mil platôs”, Deleuze e Guattari (1995) abordam essa questão dizendo que “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (Deleuze & Gauattari, 1995: 5). De tal modo que cada agenciamento tem o potencial de ampliar e, ao mesmo tempo, de transformar um determinado prosseguimento de relações. Essa capacidade transformadora do agenciamento não é nunca, entretanto, um ponto de origem, uma vez que todo e qualquer agenciamento está sempre entre incontáveis outros agenciamentos que permanentemente ligam, religam, deslocam, redefinem as coletividades que compõem.

É como módulo básico de um agenciamento desse gênero que Callon define a tradução. Ela permite as trocas, as permutas, entre os componentes heterogêneos de uma rede, entre os elementos de natureza diferente que *não falam a mesma língua*. A tradução é capaz de gerar uma nova conexão transportando de um ponto a outro aquilo que não seria conduzido não fosse por um ato de tradução. Fazendo circular os fluxos de uma rede para além da própria rede, na direção de outras concatenações, a tradução propicia agenciamentos entre as diferentes multiplicidades, fomentando os contágios do co-funcionamento. Um tradutor é, nesse sentido, “uma parte ativa dentro do agenciamento e, ao mesmo tempo, operador de relações em redes com outras entidades que são traduzidas e participam do agenciamento” (Callon, 2009: 400). O tradutor promove o redimensionamento das coletividades heterogêneas que ele próprio integra, operando desvios e transformando-as – transformação que, vale ressaltar, é sempre reenviada ao próprio indivíduo.

Assim, por um ato de tradução, o indivíduo que à mesa de um restaurante foi notificado pelo Facebook sobre um evento remoto pode promover um agenciamento entre o fluxo de informações que circula pelas redes sociotécnicas e o complexo de interações que animam seu almoço. Se na tradução sucederem simpatias, contágios, permutas entre os encadeamentos de ação dos quais ele participa no mundo físico e aqueles que dizem respeito a suas relações online, tal agenciamento pode resultar em um redimensionamento de ambas as multiplicidades, ainda que seja pelo curto instante em que elas se conectam em co-funcionamento. O indivíduo promove, assim, uma singular conexão entre sua experiência local e aquela que tramita pela ilimitada extensão das trocas tecnologicamente sustentadas da Web. Pela transposição da interface móvel ficam abertas as vias pelas quais não somente a vida é enxertada, *digitalizada*, entre as redes tecnológicas da Internet, mas também por onde escoam os fluxos digitais sobre a cotidiana prática do espaço contíguo.

A interface móvel

A possibilidade de interferência mútua entre os processos tipicamente online e a rotineira vida offline não encontra correspondência nas redes fixas. A conexão à Internet a partir de um terminal fixo exige que o indivíduo interrompa uma ou mais atividades e se dedique inteiramente à *navegação* na rede. Essa deambulação sedentária, pela qual, a partir de uma mesa de trabalho transita-se de site em site através dos links que se abrem a cada página, favorece um movimento de transposição da interface que se dá por um ato de *imersão* no ambiente digital.⁶⁹

O próprio termo imersão nos ajuda a compreender que esse modo de relação com a interface pressupõe que o indivíduo se retire das relações que sucederiam em seu entorno para deixar-se absorver pelas dinâmicas que transcorrem nas redes sociotécnicas da Web. De tal modo que, recorrendo às considerações de Derrida (1998) sobre “o intraduzível”, pode-se entender essa

⁶⁹ Uma exposição sobre a imersão pela interface foi realizada em Santos & Cypriano (2011a).

atitude de imersão como um tipo de relação com a interface que “desafia a tradução”, na medida em que constitui uma experiência prioritariamente subjetiva de travessia. Com muita frequência os intercâmbios que transpõem a interface de um terminal fixo são “partilhados apenas com o tradutor” (Derrida, 1998: 29) e permanecem estranhos ao conjunto de relações que integram seu ambiente. Tanto é que, uma vez desligado o computador, nada impede que o período de imersão adquira para o indivíduo o sentido de uma vivência inteiramente à parte do encadeamento de sua prática cotidiana.

Não é por acaso que os primeiros aventureiros da Web – aqueles que, embora não fossem especialistas em assuntos tecnológicos, arriscavam-se a frequentar o novo espaço relacional, à época designado como ciberespaço – foram extremamente eficientes em abrir caminhos e em conduzir a vida ao ambiente puramente informático, sem que para isso fossem necessárias grandes redefinições dos encadeamentos de ação que davam sentido a suas atividades diárias. O aparente isolamento de um indivíduo sentado diante de um monitor de computador é a imagem da conexão fixa e das dificuldades de tradução, para as relações que se dão em suas imediações, da vivacidade que pode ser experimentada para além da interface.⁷⁰

O relato de Rheingold (1996), um dos eminentes desbravadores do ciberespaço, sobre os comentários de sua filha a respeito do tempo em que ficava conectado à “comunidade virtual” que frequentava é ilustrativo desse tipo de relação com a interface. Ele cita a fala da criança ao exclamar que “o papá está a dizer ‘caramba’ outra vez ao computador” e completa, comentando que sua “filha de 7 anos [à época] sabe da convivência do pai com uma família de amigos invisíveis, que parecem reunir-se no computador” (Rheingold, 1996: 13). Essa breve narrativa dá uma dimensão do estranhamento provocado pela atitude de imersão. Ela mantém toda a riqueza das trocas online em uma *esfera* distante. Não é à toa que a designação ciberespaço perdura referindo-se a uma

⁷⁰ Esse movimento do indivíduo isolar-se que é tão característico da conexão fixa justifica, em grande medida, as nada incomuns avaliações do fenômeno que o associam a uma decadência da sociabilidade *face a face*. Uma discussão que em torno da questão “declínio ou transformação da sociabilidade?” nas redes sociais online pode ser encontrada em Mercklé (2011).

totalidade apartada da vida comum, na qual, de tempos em tempos, o indivíduo pode emergir e efetuar intercâmbios de toda ordem. A conectividade fixa ainda é muito difundida e, uma vez desligado o computador, as permutas que lá foram realizadas podem permanecer em segredo, podem ser silenciadas. Contudo, é exatamente essa condição de separação e *intocabilidade* daquilo que se experimenta por meio da interface fixa o que vem sendo dissipado com a ampla propagação da conectividade sem fio.

A interface móvel favorece as traduções ao permitir com muita agilidade que os acontecimentos remotos circulantes pela Web se avizinhem dos prosseguimentos locais. Da vizinhança decorrem os possíveis contágios. O que está em jogo é a vigência de uma interface que, acoplada aos corpos de indivíduos que se movimentam pelo espaço físico, está distribuída ponto a ponto de uma imensa rede sociotécnica que atravessa fronteiras geográficas, sociais, culturais, políticas, recobrindo boa parte do planeta.⁷¹ O extraordinário alcance dessa interface reticular, nômade, é proporcionado localmente, na experiência contígua de cada indivíduo conectado à rede e disposto a realizar permutas a partir de suas TICs sem fio. De maneira que sua larga extensão está fortemente associada ao tipo de relação que a maior parte dos indivíduos estabelece com as potencialidades que encontra nesses aparelhos de conexão. É necessário que cada indivíduo explore as possibilidades que lhe são abertas, arrisque intercâmbios, cultive laços, avivando, assim, os múltiplos terminais por onde são realizadas as transposições da interface.

Quanto mais os indivíduos criam cumplicidade com o que seus aparelhos móveis de conexão em rede têm a oferecer, mais estas tecnologias tornam-se integrantes ativos dos prosseguimentos de ação que tramitam em distintas localidades. Paulatinamente, os telefones celulares, os notebooks, os tablets,

⁷¹ É inerente à tecnologia sem fio uma extensa capilaridade levando a conectividade a regiões que, pela ausência de infra-estrutura adequada, não haviam sido contempladas com linhas fixas. Castells et alii (2009: 276) apontam esse fenômeno recorrendo à ideia de “salto tecnológico” numa alusão ao “velho argumento Gershenkroniano sobre o ‘salto de etapas de desenvolvimento econômico’”. Eles argumentam que “o serviço telefônico móvel forneceu o meio de os países em desenvolvimento ‘saltarem a etapa’ da tecnologia do serviço telefônico de linha fixa” (2009: 276).

entre outros, vêm sendo incorporados como indispensáveis “*partícipes*” (Latour, 2012: 108, grifo do autor) da prática rotineira. É claro que isso “não significa que os *partícipes* ‘determinem’ a ação”, como ressalta Latour (2012:108), mas sim que eles “precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir, etc.” uma vasta gama de concatenações que configuram as várias atividades do dia a dia, como trabalhar, estudar, se informar, comunicar, colaborar, sociabilizar e mesmo amar.

Imbricados na condução da rotina dos indivíduos, os aparelhos sem fio proporcionam uma radicalização das formas tecnológicas de vida. A conectividade permanente e distribuída entre indivíduos dispersos por vastas extensões condiciona uma interface ubíqua, semelhante a uma “membrana permeável entre o real e o virtual, entre o aqui e o qualquer lugar” (Ito citada por Castells et *alii*, 2009: 117). Cada vez mais integrada na experiência contígua, a interface móvel abre passagem, se deixa atravessar, torna-se porosa de tal maneira que chega a passar despercebida.

Quanto a isso, é interessante remeter à referência que Adriana de Souza e Silva (2006) faz a um estudo de Rheingold onde ele observa que “a maioria dos adolescentes japoneses nunca acessara a Internet através de um computador de mesa antes de ganharem seu primeiro *Keitai*” (De Souza e Silva, 2006: 28) – termo em japonês que designa o telefone portátil. Essa ausência de interatividade com terminais fixos de rede repercute em um distanciamento, por parte desses adolescentes, da noção de uso da Internet como uma atividade que tem finalidade em si mesma. A autora comenta que “sem conexão *a priori* com os conceitos de imersão e de realidade virtual na Internet” os entrevistados demonstram “se preocupar mais com o modo como o *Keitai* pode ajudá-los em espaços físicos: achando lugares e amigos através de serviços de posicionamento, comprando passagens de trem e pagando as compras no supermercado” (De Souza e Silva, 2006: 28).

É claro que a experiência desses adolescentes japoneses não pode ser tratada como representativa de toda e qualquer forma de relação com a

Interface móvel. Indica, contudo, uma tendência à configuração de um modo de relação que está muito distante daquele que se tem diante de um computador de mesa. Não é de se admirar que sejam adolescentes os indivíduos que manifestam essa espécie de apagamento da nítida distinção entre a vida online e a offline, pois a maioria deles já nasce em um mundo onde torna-se cada vez mais comum a intercalação entre as experiências locais e os fluxos digitais que transpõem todos os tipos de fronteira. Crianças e jovens vêm sendo, desde a tenra idade, “naturalmente familiarizados com o novo paradigma tecnológico, devido à sua socialização na sociedade em rede”, como observam Castells *et alii* (2009: 327). As tecnologias que para muitos de nós se apresentam como novíssimos participantes da rotina, são, para as crianças e os adolescentes, alguns dos co-habitantes de um mundo onde se pode transpor, a qualquer momento a interface entre *o aqui e o acolá*.

A crescente familiarização com as TICs móveis leva ao limite a extraordinária propriedade que as redes sociotécnicas têm de facultar translações entre o local e o global. Antes da propagação desse tipo de conectividade reticular podia parecer ao comum dos indivíduos apenas uma abstração matemática a existência de uma topologia que permitisse “atingir quase todos os lugares sem que, para tal, fosse necessário ocupar mais do que estritas linhas de força” (Latour, 1994: 118). E isso de maneira praticamente imediata, em grande parte das vezes. A disseminação desse tipo de interface que habilita a ligação quase instantânea entre uma multiplicidade de locais em escala global remete ao prognóstico emitido por Pierre Rosenstiehl no fim da década de 1980. Sua avaliação é de que “a nossa época será marcada pelo ‘fenômeno rede’” (Rosenesthiel, 1988: 228), considerando que a rede é um objeto topológico – um conjunto de *nós* interligados por *elos* – que deixa de ser exclusivamente uma metáfora circunscrita ao domínio da ciência e começa a integrar, de maneira crônica, a vida social.

A partir do uso das tecnologias móveis, a experiência cotidiana de ubíqua conexão entre o *local* o *global* adquire condições de possibilidade na topologia reticular. É, novamente, pela imagem de um labirinto que Latour (1994) nos permite percorrer o traçado dessa ligação tão potente quanto evanescente. Ele nos oferece um fio de Ariadne. Enquanto Dédalo é o engenhoso inventor com argúcia para escrutinar as contrafeitas curvas de um labirinto, Ariadne é quem oferece ao viajante do labirinto um fio, cuja ponta ela segura, para que ele ali não se perca e possa retornar, uma vez cumprida sua empreitada. Ocupado em saber “como conectar-se sem, contudo, tornar-se local ou global?”, Latour (1994) remete a “um fio de Ariadne que nos permitiria passar continuamente do local ao global, do humano ao não humano”, um fio que nos conduz por uma “rede de práticas e de instrumentos, de documentos e traduções” (Latour, 1994: 119) cuja abrangência somente é alcançada de agenciamento em agenciamento, ininterruptamente. Um fio cuja meada pode ser desenrolada e reenrolada conforme as mudanças na direção. Esse fio é estendido à medida que aumentam os encadeamentos sociotécnicos de “um labirinto de redes um pouco longas que envolvem, de forma incompleta, um mundo a partir de pontos” (Latour, 1994: 119). O complexo de agenciamentos entre entidades heterogêneas que é constitutivo dessas redes, somente pode ser percorrido de laço em laço, de nó em nó. De tal modo que todo e qualquer deslocamento exige uma recontextualizado a cada nova ligação.

Essa imagem de um deslocamento por redes heteróclitas que conserva um fio condutor pode ser enriquecida pela figura do *viajante do labirinto* descrita por Rosensthiel (1988), na medida em que ela introduz a perspectiva do indivíduo que se move entre os múltiplos agenciamentos. Para o autor, “o viajante errante experimenta uma sensação de infinito no labirinto” (Rosensthiel, 1988: 251), ele não tem a visão de uma rede – como teriam o arquiteto ou o cartógrafo que o vêm à distância, na planta ou no mapa –, mas a percepção de um espaço que se desdobra diante dele à medida que ele progride. Trata-se de um percurso onde “tudo se decide localmente e em cada lugar”

(Rosensthiel, 1988: 248).⁷² Um traslado onde cada agenciamento está no meio de incontáveis outros que podem, permanentemente, redefinir o percurso do viajante. Entretanto, esse viajante que tudo explora leva nas mãos o fio de Ariadne, sua única “garantia de voltar ao ponto de partida” (1988: 254), de não se perder, definitivamente, entre as curvas do labirinto.

A concepção de um fio que, embora possa ser longamente prolongado, garante ao viajante do labirinto a possibilidade do retorno ao ponto de partida é fundamental quando aplicada ao indivíduo que transpõe a interface entre o mundo dos átomos e o mundo dos bits. Mesmo se tratando de uma relação com a interface que se dê aos moldes da imersão, quando o indivíduo encontra nas permutas online a totalidade de sentido de sua conexão, ele sempre volta ao ponto de partida – à sua mesa de trabalho, sua escrivaninha, sua cadeira. Mais ou menos afetado pelo que vivencia para além da interface, o indivíduo retorna e dá sequência a uma ou mais atividades rotineiras que foram suspensas durante o período em que esteve conectado à Internet. Há sempre uma garantia de regresso para o *lado de cá* da interface, quando o indivíduo desliga sua máquina e retorna de suas deambulações pela Web. O fio de Ariadne do viajante pelas redes digitais é sua própria experiência contígua, que não desvanece nem se dissipa totalmente, por maior que seja a atitude de imersão pela interface.

Com as permutas características da interface móvel ocorre algo similar, porém o indivíduo encontra-se ainda mais implicado em seu entorno físico. Onipresente e porosa, a interface que, através de um aparelho sem fio, o acompanha no curso de sua prática diária, favorece a exploração errante, contudo, nunca o absorve inteiramente. Pelo contrário, engendra travessias vinculadas às concatenações que dão sentido à sua vida offline. Os fluxos digitais que, habilitados a percorrer todo o planeta, desdobram-se do outro lado da interface de link em link, de notificação em notificação, de mensagem em mensagem, constituem os caminhos que o indivíduo se põe a explorar no

⁷² A respeito dessa característica de somente operar por informações locais Rosensthiel observa que o labirinto “é o substrato dos sistemas reticulares acentrados” (Rosensthiel, 1988: 248). Sobre sistemas acentrados que, embora coordenados localmente, são capazes de performances globais, ver o verbete “Centrado/acentrado” de Jean Petitot (1988).

mundo digital. Ele o faz, entretanto, sempre apto a regressar, dando prosseguimento a alguma atividade localmente contextualizada. Nas intermitências entre o aqui e o lá são incontáveis as possibilidades de desvios pelos quais vão decaindo os objetivos primeiros e surgindo novos encadeamentos. De tal modo que há sempre uma “*composição* da ação marcada pelas linhas que vão ficando mais longas a cada passo” (Latour, 2001: 210). O fio condutor da experiência contígua estende-se nas múltiplas e subsequentes travessias da interface.

A cada passagem desse traslado repleto de desvios, o indivíduo pode trazer uma novidade, abrir uma brecha, efetuar uma tradução que redimensiona as multiplicidades que integra de um lado e de outro da interface. Torna-se, então, um inventor de curvas no labirinto que ele mesmo explora, um agenciador de heterogeneidades. Rosensthiel (1988) havia observado que “quem ‘faz’ o labirinto é o viajante e não o arquiteto”. Isso porque ele considera que “o labirinto não é uma arquitetura, uma rede no sentido de quem o projeta e concebe, mas o espaço que se desdobra diante do viajante que progride, sem mapa, na própria rede” (Rosensthiel, 1988:251). É isso que se dá em grande parte das traduções por transposição da interface, elas não raro promovem agenciamentos sem finalidade definida *a priori*, proporcionam contágios que se desviam de qualquer intencionalidade, realizam inflexões que são provocadas durante o trajeto. O indivíduo encontra uma abertura que muitas vezes não estava prevista, ele traça um caminho, sempre curvo que, mais cedo ou mais tarde, o reenvia aos encadeamentos da vida cotidiana.

Se for pensado, com Deleuze (1988), que “a unidade de matéria, o menor elemento do labirinto, é a dobra” (Deleuze, 1988: 9), pode-se dizer que o ato de tradução por transposição da interface realiza a *dobra* pela qual o curso da vida, uma vez enxertado nas redes sociotécnicas, é reenviado sobre ele próprio, redefinindo suas formas. E não há limites para as intermitentes transposições pelas quais a vida se estende através da interface e retorna acrescida do que é germinado no *milieu* digital. As novas formas nas quais ela se realiza vão adquirindo uma extraordinária textura. Como um tecido ou alguma outra

matéria flexível e elástica as formas tecnológicas de vida vão se dividindo em dobras que podem se redobrar indefinidamente, “sempre uma dobra na dobra, como uma caverna na caverna” (Deleuze, 1988: 9).

As traduções por transposição da interface ubíqua, pelas quais cada indivíduo de posse de um aparelho de conexão em rede está apto a agenciar os encadeamentos da vida online aos da offline, trazendo o distante para perto, fazendo avizinhar o que poderia permanecer estranho, sem, contudo, perder o fio condutor de sua experiência contígua, traçam as múltiplas dobras pelas quais os fluxos digitais são implicados no mundo físico. E isso se dá ponto a ponto de uma extensa rede de interconexão que recobre grande parte do planeta.

Inovadoras práticas do espaço

Pode parecer exótica a textura das novas formas tecnológicas de vida. Dobradas e redobradas, elas adquirem contorno nas constantes travessias da interface, nos contágios entre átomos e bits, na cumplicidade entre os indivíduos e as máquinas, nas permutas entre multiplicidades heteróclitas. Não há nada de exótico nelas, entretanto. Trata-se das formas que cada vez mais abrigam os nossos influxos mútuos de vida e acolhem o cotidiano de nossas práticas compartilhadas. É ao *rés do chão* que o mundo físico vem sendo marcado pelas dinâmicas típicas da Web e encharcado pelos fluxos digitais. Isso fica manifesto nas inovadoras “práticas do espaço”, para recorrer à expressão de Michel De Certeau (1994), que são ocasionadas pela permanente interconectividade.

A ideia de *práticas do espaço* foi elaborada por Certeau (1994) a propósito dos deslocamentos de indivíduos comuns nas cidades em que vivem. Diz respeito a um ponto de vista que é muito distinto do que é assumido por um observador situado ao alto de um prédio ou de um mirante. É uma diferença de perspectiva que faz lembrar a contraposição indicada por Elias (1994) entre a visão de um “nadador” que está em um rio e a de um “aviador” que sobrevoa o

mesmo rio, o primeiro está dentro do fluxo, o segundo, fora. Os praticantes do espaço cujos procedimentos são discutidos por Certeau (1994) estão dentro do fluxo, transitam pela cidade sem uma visão de conjunto, eles “jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso” (Certeau, 1994: 171). Suas práticas, entretanto, de algum modo organizam o espaço pelo qual eles circulam na medida em que seus diversos caminhos se entrecruzam numa “história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços” (Certeau, 1994: 171). Essa ordem emergente, apontada por Certeau, é de natureza inteiramente diversa da que se encontra nos mapas ou da que se vê por uma visão panorâmica. Do alto, a ordem que se avista não alcança os cambiantes deslocamentos das multidões, ela oferece ao observador a distante posição de Ícaro que, acima das águas, poderia “ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim” (Certeau, 1994: 171). Pois, são as astutas práticas que escapam às totalizações do olhar que, pela conectividade móvel, vêm redefinindo os modos de ocupação e circulação nas cidades.

Maria Isabel Mendes de Almeida e Kátia Maria de Almeida Tracy (2003) tomam o ponto de vista dos praticantes da cidade, proposto por Certeau (1994), em um estudo que discute a espacialidade praticada por alguns jovens que, interconectados por aparelhos sem fio, transitam pela noite na cidade onde vivem, o Rio de Janeiro. As autoras abordam um conjunto de práticas capazes de produzir “uma espacialidade dinâmica na qual a aglutinação em torno de lugares específicos tem sido substituída por modos diversos de circulação” (Mendes de Almeida e Tracy, 2003: 18). Trata-se de “práticas espacializantes” que têm o deslocamento como finalidade e que constituem um tipo de “nomadismo metropolitano” indissociável da possibilidade dos indivíduos estarem permanentemente conectados entre si ou, ao menos, conectáveis. Elas observam que “através do uso compulsivo de telefones celulares, indivíduos e grupos espalhados em diversos pontos da cidade permanecem conectados, formando uma verdadeira rede de comunicações simultâneas” (Mendes de Almeida e Tracy, 2003: 35).

A participação dos celulares nas práticas desses indivíduos não significa, contudo, que as interações entre eles sejam sempre realizadas por intermédio da tecnologia, ao contrário, eles se movimentam sempre na direção uns dos outros. Compreendem que, segundo declaração de um dos entrevistados no estudo, o “celular não é pra conversar, é pra se achar. É pra usar na hora, é instantâneo” (Mendes de Almeida e Tracy, 2003: 35). Sendo que essa procura de uns pelos outros é fortemente movida pela “fruição do ‘estar junto’, do brincar em grupo, da aglutinação temporária do grupo em direção a novos deslocamentos” (Mendes de Almeida e Tracy, 2003: 40). Nesses ininterruptos fluxos de intermitentes ajuntamentos, os “nômades urbanos” acabam por redefinir inteiramente o espaço geográfico por onde transitam. Exemplo dessa redefinição se dá nos locais que eles elegem para se encontrar e praticar as breves aglomerações. Escolhem como ponto de estadia alguns lugares que seriam destinados apenas à passagem, como é o caso das “ilhas de cimento” que dividem as vias de tráfego e dos passeios em frente a casas noturnas.

O que é importante notar nesse estudo pelas “noites nômades” é que os praticantes do espaço são autorizados, entre outras coisas, por suas máquinas wireless a realizar uma forma inovadora de ocupação do território por onde “circula-se permanentemente” (Mendes de Almeida & Tracy, 2003: 40). Obviamente, poderiam ser elencados inúmeros outros participantes dessa singular prática do espaço, como os carros, o combustível, o dinheiro, as roupas, as famílias, os sinais de trânsito, os buracos nas ruas, e assim por diante. É mais fecundo, porém, focalizar nesse momento apenas a participação dos aparelhos sem fio, de modo a dar prosseguimento à análise das implicações da ubíqua conectividade na experiência espacial dos indivíduos.

Ocorre que esses jovens que circulam pela noite carioca compartilham o que Certeau define como “um estilo de apreensão tátil de apropriação cinésica” (Certeau, 1994: 176). Eles estão dentro do fluxo e se movimentam com ele. Toda a rede de permutas via telefones celulares que impele seus deslocamentos prescinde de uma impressão de conjunto, como a que se teria de fora do fluxo. É exatamente essa condição mutuamente exclusiva entre os pontos de vista do

nadador e do aviador que vem sendo interpelada pela capacidade que as novas TICs têm de identificar a posição geográfica de seu portador e de situá-lo em um mapa, ainda que ele esteja em deslocamento. A posição do indivíduo é instantaneamente informada a ele através de um mapa exibido na tela de seu aparelho wireless. E isso se passa sem que ele tenha que interromper seu trajeto e se retirar do espaço por onde transita rumo a uma posição distanciada, no *alto*. O que possibilita a conjugação entre o *dentro* e o *fora* do fluxo são os múltiplos agenciamentos, para além da interface, por onde se estende o fio de Ariadne da experiência contígua. Prolongada, de agenciamento em agenciamento, de tradução em tradução, à ilimitada distância das informações processadas via satélite, a experiência de transitar pelas ruas dobra-se sobre ela própria, na forma de um ponto que desloca em um mapa exibido em uma tela que se aloja na palma da mão.

Tem-se, com isso, que nos dias que correm já é algo trivial para um indivíduo de posse de uma tecnologia móvel coordenar em uma só as duas perspectivas, a de dentro e a de fora do fluxo. Com essa nova aptidão que, nunca é demais lembrar, constitui um legítimo fruto da íntima relação entre o indivíduo e sua máquina, os intercâmbios em redes sociotécnicas têm assimilado, cada vez mais, o georreferenciamento como matéria de troca. Ficam dadas as condições para o ato de tradução por transposição da interface, quando um fluxo é conjugado a outro que lhe é inteiramente heterogêneo. Considerando, com Deleuze e Parnet (1998), que “não existe agenciamento que funcione sobre um único fluxo” (Deleuze & Parnet, 1998: 36), pode-se entender o potencial agenciador de um compartilhamento de dados georreferenciados. Potencial que é atualizado cada vez que a tradução é efetivada e os fluxos digitais escoam sobre as ruas por onde transitam os indivíduos.

Tornou-se frequente em sites de rede social, como o Facebook e o Twitter, o compartilhamento de dados georreferenciados, comumente designados como *check in*.⁷³ O usuário leva para as redes sociais uma

⁷³ Esse tipo de check in corresponde a uma de checagem, via satélite, que localiza o indivíduo no espaço geográfico e o situa em um mapa.

informação sobre sua exata posição no mapa em um determinado momento. Essa informação, uma vez encadeada às permutas que impelem os fluxos digitais, está sujeita a imprevistas intervenções por parte dos outros integrantes da rede, de onde podem resultar significativos redirecionamentos no prosseguimento das ações do indivíduo que publicou sua localização em um mapa. Isso se dá sempre em condições de contágio entre um fluxo e outro, quando é realizada a tradução. Um agenciamento desse gênero redimensiona as multiplicidades que, uma vez conjugadas, prosseguem em co-funcionamento. Exemplares desse tipo de conjugação são algumas práticas do espaço que operam a partir do compartilhamento de dados georreferenciados. Embora fundamentadas em informações prioritariamente cartográficas, elas promovem no ambiente físico a intercalação dos fluxos digitais, configurando “práticas estranhas ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’” (Certeau, 1998: 172) de onde retiram o material da partilha.

Entre as inovadoras práticas espaciais que sucedem pela intervenção das dinâmicas em rede estão as que se dão em torno do uso do Foursquare, o renomado serviço de geolocalização. De utilização muito simples, o serviço permite que os usuários de aparelhos móveis realizem, via GPS⁷⁴, a checagem e a identificação dos locais onde estão e que compartilhem sua localização com outros indivíduos em sites de redes sociais. Com o objetivo de oferecer a seus utilizadores recursos para que encontrem os *melhores lugares* perto de onde eles estão em um determinado momento, o Foursquare tem uma base de dados inteiramente criada pelos próprios usuários.⁷⁵ É extremamente original, em relação aos mapas tradicionais, a maneira como os indivíduos alimentam esse banco de dados. Eles incrementam os traçados geométricos com fotos, com relatos pessoais, com registros de momentos únicos e com todo tipo de avaliação subjetivamente pautada. De maneira que o Foursquare agrega e

⁷⁴ GPS é a sigla para a expressão *Global Positioning System*, em português, Sistema de Posicionamento Global. Esse sistema opera via satélite oferecendo fornecendo a aparelhos móveis a posição em que eles se encontram.

⁷⁵ A gestão dos dados é efetuada pelos chamados *super usuários*. Os indivíduos que alcançam o *status* de super usuário demonstram ter alcançado algum domínio sobre o *guia de estilo* do serviço.

disponibiliza no ambiente digital cartografias repletas de densidade afetiva, cujo substrato está nas singulares experiências contíguas de seus usuários.

Os intercâmbios a partir desse tipo de material promovem certas práticas do espaço que desafiam a tradicional ordem urbana. Tramitam pelas redes sociais da Web dinâmicas que são típicas do ambiente digital, como as várias formas de colaboração e de sociabilidade em rede. No entanto, a despeito de algumas incompatibilidades essas dinâmicas têm se mostrado capazes de intervir nos deslocamentos pelo ambiente físico. Os *jogos da geolocalização* promovidos pelo Foursquare dão mostras desse tipo de intervenção ao incitar procedimentos espaciais inusitados. O usuário do serviço é incentivado, por meio de pontuações e de condecorações, a rever certos hábitos de frequência e de circulação pela cidade onde vive. Por exemplo, quanto mais o indivíduo dá mostras de que frequenta um mesmo lugar, tanto mais ele acumula pontos e pode chegar adquirir *status* privilegiado naquele local a partir desse acúmulo.⁷⁶ Por sua vez, quanto mais os locais frequentados pelo indivíduo são também os preferidos por outros usuários do serviço, mais pontos podem ser acumulados. Também a manifestação, por meio do *check in*, de que novos lugares da cidade estão sendo explorados é motivo de pontuação. Isso faz com que as formas competitivas da interação sociotécnica incidam sobre as escolhas dos usuários e os encoragem a se mover, a dirigir-se a algum lugar e a compartilhar nas redes da Web seu percurso. Impulsionados pelas dinâmicas digitais, os indivíduos acabam por promover deslocamentos por ambientes físicos e interações *face a face* que jamais ocorreriam na ausência desse tipo de compartilhamento em rede. Naturalmente, o espaço praticado mostra-se também transformado pelas novas configurações.

Esses jogos geolocalizados, ainda que sejam regidos pela forma competitiva da ação recíproca, não são fundamentados pela concorrência e o paralelismo de decisões individuais baseadas em algum tipo de cálculo probabilístico que avalia riscos e benefícios. São, ao contrário, fortemente

⁷⁶ Entre os usuários do Foursquare, o frequentador mais assíduo adquire os status de *prefeito* de determinado lugar.

permeados pelo caráter lúdico dos jogos típicos das situações de sociabilidade. Os utilizadores do Foursquare movimentam-se na direção uns dos outros e levam, muitas vezes, os *jogos de sociedade* que propagam pela Web social para as ruas por onde circulam. Eles, de algum modo, *brincam* com os tradicionais marcadores da ordem urbana. Isso se dá na medida em que, a partir das trocas online, os indivíduos se engajam em certas práticas capazes de gerar o que Lash (1997) considera como "uma zona de incerteza em um espaço social cada vez mais saturado por sistemas especialistas" (Lash, 1997: 171), ou seja, por "sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje", segundo definição de Giddens (1991: 35). A zona de incerteza que fica aberta pelos jogos de sociabilidade online diz respeito a desvios de sentido nas tradicionais concatenações que regem a vida nas ruas da cidade. Desvios pelos quais são operados redimensionamentos diversos, tanto no que diz respeito às experiências contíguas dos praticantes das permutas geolocalizadas, como também nos incontáveis encadeamentos associados a tais práticas.

As inovações na vida cotidiana

As inovadoras práticas do espaço que estão vinculadas à propagação da conectividade ubíqua dão uma dimensão da maneira como as travessias da interface podem abrir os caminhos pelos quais os fluxos digitais vêm sendo implicados em nossas tramitações pelo ambiente físico. Essas práticas, contudo, ainda não são capazes de expressar a extensão da penetrabilidade dos processos online nas múltiplas atividades que constituem nossa *vida cotidiana*. Trata-se de um tipo de interferência que é realizado no prosaico da vida, "naquilo que acontece todo dia, na rotina, nas experiências repetitivas que já não são mais percebidas", para usar os termos Featherstone (1997: 83). É nesse "universo mundano, ordinário, intocado por grandes acontecimentos e pelo extraordinário" (Featherstone, 1997: 83) que vêm ocorrendo significativas

mudanças em nossos modos de vida a partir de *micro* contágios entre os processos online e os offline.

Indícios de uma crescente penetração, na prática da vida cotidiana, dos fluxos informacionais que circulam pela Web já haviam sido apontados por Castells (2001) em seu estudo sobre *a sociedade em rede*. Ele observa a competência das novas tecnologias para agir sobre a informação e considera o quanto a informação é “uma parte integral de toda atividade humana” para argumentar que cada vez mais “todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico” (Castells, 2001: 78). O essencial nessa tendência identificada por Castells quando o uso da Web era ainda prioritariamente instrumental está no fato dele apontar para a enorme capilaridade com que as novas tecnologias se inserem como parte integrante das mais diversas atividades do dia a dia. Com a disseminação da conectividade sem fio, essa tendência por ele indicada ultrapassa todos os limites e as ações associadas às redes sociotécnicas tornam-se pulverizadas pelos vários setores da rotina. Os encadeamentos tecnologicamente sustentados participam hoje do exercício da produção, do consumo, do entretenimento, da sociabilidade, entre outras diversas atividades que, em sua recorrência, constituem nossa vida diária. São inevitáveis as mudanças daí derivadas.

As mudanças proporcionadas pela conectividade móvel fazem pensar num diagnóstico surpreendente que foi arriscado nos idos de 1995. Dominique Nora arrematava uma precisa análise sobre as tendências tecnológicas à época em curso observando que “os instrumentos familiares do homem do século XXI serão, com efeito, nômades, comunicantes e inteligentes. Servirão para conversar, trabalhar, trocar dados e ideias; para as pessoas se distraírem e se informarem; para escolher, comprar, organizar, prever.” E, acrescenta a autora, “funcionarão no carro, no avião, no escritório, no café, em férias. Saberão falar entre si e integrar-se em rede nos outros equipamentos fixos do nosso meio pessoal ou profissional. Nunca mais vão abandonar-nos: vão mudar a nossa

vida!" (Nora, 1995: 224). Essas transformações estão ocorrendo de maneira crônica nas mínimas condutas do cotidiano.

Os modos como as novas TICs vêm sendo crescentemente apropriadas na realização das corriqueiras atividades do dia a dia implicam em permanente inovação. Cada vez mais os indivíduos recorrem às tecnologias de conexão em rede para, como diz Giddens (2009: 17), "atuar de outro modo" em relação aos modos habituais de conduzir a rotina. Trata-se de inovações que são encadeadas "cronicamente, no fluxo da vida cotidiana" (Giddens, 2009: 17).⁷⁷ Exemplo disso, para citar apenas um, pode ser encontrado na costumeira leitura do jornal diário que está sendo intercalada às trocas de informações em sites de rede social, como o Twitter. A consulta, à mesa do café da manhã, às postagens – ou *tweets* – provenientes das mais diversas localidades, algumas delas bastante remotas, no exato instante em que são publicadas pelos outros frequentadores do serviço, é uma ação que reorganiza significativamente o hábito de leitura matutina de um indivíduo que até recentemente dedicava-se dia após dia a folhear as páginas de um jornal. Onde antes se encontrava uma totalidade de sentido na forma de um exemplar cuja edição fora fechada com algumas horas de antecedência, agora se abre o ilimitado dos encadeamentos de ação que processam a partir da tela de um tablet ou de um smartphone. As implicações dessa *pequena* mudança de rotina podem alcançar dimensões imprevisíveis.

A "capacidade transformadora" (Giddens, 2009: 17) dessas ações rotineiras é potencializada pela condição que um indivíduo em rede adquire de intervir na *capacidade transformadora* dos outros. E, vice-versa, inclui também a possibilidade de ser influenciado pela ação inovadora deles. Tal capacidade é impulsionada pela facilidade de comunicação reticular que é introduzida pelo uso das novas TICs. As mudanças nos hábitos diários já não são experimentadas no sigilo da casa ou no silêncio das rotinas, elas são continuamente comunicadas. Lash (2001) havia observado que nas formas tecnológicas de vida "o atribuir sentido é orientado para os outros". Isso porque, a partir do momento que os indivíduos passam a encarar o mundo pela interface com os

⁷⁷ Essa inovação cotidiana também é tema de discussão em Giddens (2002).

sistemas tecnológicos, a atribuição de sentido que normalmente se definia por uma espécie de "monólogo interior", começa a ser algo como "prestar contas de atividades cotidianas, ação que é inseparável daquelas atividades" (Lash, 2001: 110). Qualquer coisa que se experimenta, a todo o momento, pode ser imediatamente compartilhada. E a generalização da conectividade instantânea implica em modos muito específicos de apropriação e de manifestação do rotineiro curso da vida. Isso desafia não apenas as habituais formas de ação recíproca da nossa prática cotidiana, como também a experiência de individualidade a elas associada.

V. A individualidade em rede

V. A individualidade em rede

Um desafio aos limites da individualidade

A intensa conectividade em redes sociotécnicas implica em inúmeras inovações nos modos de vida que marcam nosso tempo. Algumas mudanças são mais decisivas, outras menos. As novidades que dizem respeito à experiência da individualidade estão entre as mais significativas. Elas interpelam os habituais limites que dão contorno ao ser individual em um mundo onde estão sendo trespassadas muitas das fronteiras que até então mantinham nitidamente separados os polos que distinguem o indivíduo dos coletivos que ele integra, a esfera privada da pública, a prática sensível da inteligível, as interações pessoais das impessoais, e assim por diante. As diferentes maneiras pelas quais os indivíduos se engajam em dinâmicas colaborativas da Web 2.0 dão mostras dos processos pelos quais vem sendo operada essa redefinição de limites. Uma redefinição que fica ainda mais pronunciada com a disseminação das relações de sociabilidade nas redes móveis.

Uma comparação entre os intercâmbios característicos de diferentes composições sociotécnicas permite explorar um pouco da maneira como os novos agenciamentos reticulares desafiam o tradicional sentido da individualidade. Os compartilhamentos típicos dos processos wiki, por exemplo, expõem uma inovação que é propiciada pela condição *anonimidade* da autoria.⁷⁸ Trata-se do efeito prático da produção colaborativa, em que cada um pode modificar o conteúdo previamente existente, previamente construído por um ou mais de um dos membros de um coletivo qualquer, num processo em que a autoria vai gradualmente desaparecendo como propriedade de um nome em benefício do coletivo. De tal modo que, no lugar de um conjunto de indivíduos singulares que se apresentam como co-autores, somente se faz notar aquilo que

⁷⁸ Essa discussão foi realizada sob outra perspectiva em Santos & Cypriano (2011a).

Deleuze e Guattari (2003) descrevem como “agenciamentos coletivos de enunciação”. Isso significa dizer que “as condições não são dadas numa *enunciação individualada* pertencente a este ou aquele ‘mestre’, separável da *enunciação coletiva*” (Deleuze & Guattari, 2003: 40). Com isso, os integrantes dos processos wiki passam ao largo de um dos mais importantes demarcadores de individualidades, que é a designação por criação de um texto. A esse propósito, Michel Foucault (2001) observou que a “noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia e das ciências” (Foucault, 2001: 267). De tal modo que não deixa de ser surpreendente encontrar em um empreendimento de aspirações enciclopédicas, como a Wikipédia, um abandono desse tipo de delimitação na medida em que as singularidades aparecem totalmente absorvidas pelo coletivo que elas compõem.

Os blogs, por sua vez, apresentam uma forma muito diversa de enfrentamento aos traços individualizantes em processos coletivos. Diferentemente dos wikis, eles incentivam a demarcação pela autoria. São, entretanto, exímios publicitários de material proveniente da vida pessoal de seus autores, como opiniões, gostos, interesses. Os blogs acolhem interações entre uma vasta gama de indivíduos que, ainda que sejam desconhecidos, não recorrem ao resguardo das relações impessoais para preservar sua individualidade, ao contrário, expressam amplamente seus atributos singulares. Simmel (2003) observou a importância da impessoalidade nas interações que se dão em coletivos altamente diferenciados, como é o caso das grandes cidades. Ele avalia que a impessoalidade está relacionada a “uma configuração especial das relações de dependência mútua que, ao mesmo tempo, deixa margem para um máximo de liberdade” (Simmel, 2003: 360). Esse tipo de liberdade individual que é pautada na impessoalidade das relações perde o sentido em permutas altamente personalizadas, como as que se dão nos blogs. Uma vez apropriados para exposições de cunho mais confessional, esses escritos online reverberam questões familiares, íntimas, pessoais que tanto podem remeter a outras por analogia quanto por estranhamento. Constituem, assim, espécies de

“espaços relacionais”, no sentido proposto por Certeau (1994), isto é, espaços que processam através da entrada do “eu”. Sempre um *eu* singular cuja unicidade é aberta à intervenção de outras singularidades.

Nada se compara, entretanto, à expressividade praticada nos microblogs. ⁷⁹ Com atualizações cronologicamente sequenciadas das publicações, como ocorre nos blogs, os microblogs, dos quais o mais conhecido é o Twitter, se distinguem pela agilidade e brevidade dos compartilhamentos. São exemplares de serviços projetados para operar em redes móveis. Alimentados a partir de tecnologias sem fio, propiciam a transmissão instantânea de uma experiência vivida ou testemunhada. De maneira que, diversamente dos blogs, onde as publicações costumam ser fruto de introspecção e reflexão, os microblogs acolhem o caráter fragmentário e desordenado das experiências compartilhadas em *tempo real*. Não é de se admirar que um blog assuma as feições de seu autor naquilo que ele possui de mais coerente e duradouro e que o microblog, por sua vez, faça notar os traços mutáveis daquele que, nos cursos da ação, se vê às voltas com a multiplicidade de experiências que podem variar em importância e intensidade, oscilar entre altos e baixos. Com isso, os indivíduos que se enredam em permutas de conteúdos pessoais típicas de microblogs não apenas dispensam o resguardo da impessoalidade, como também o da inteligibilidade. Se nos blogs a abertura das singularidades à intervenção dos outros ainda é fruto de interações inteligíveis, nos microblogs ficam dadas as condições para as trocas sensíveis entre indivíduos que em muitos casos nunca se viram e talvez nunca se encontrem face a face.

As trocas em torno das experiências sensíveis dos indivíduos têm se tornado uma importante característica da prática da sociabilidade nas redes móveis. Isso porque a contínua conectividade implica na “criação de novas esferas de intimidade, novos modos e novos momentos de comunicação” (Castells et *alii*, 2009: 194). A interface ubíqua, acessível por aparelhos sempre próximos ao corpo dos indivíduos, permite que os relacionamentos penetrem

⁷⁹ Uma comparação entre os modos de expressão praticados em blogs e microblogs foi realizada em Santos & Cypriano (2010a).

na esfera privada e provoquem uma transformação da sociabilidade que aponta para a formação do que pode ser denominado por “comunidade íntima a tempo inteiro” (Matsuda citada por Castells et *alii*, 2009: 117). De maneira que a sociabilidade torna-se vazada pelo intermitente compartilhamento de sentimentos e de emoções. É notável que o uso expressivo dos aparelhos móveis tem se tornado intenso e tal expressividade vem atuando como um catalisador na formação e no incremento dos laços sociotécnicos. Permanentemente conectados os indivíduos podem partilhar uns com os outros e em tempo real o relato preciso de cada experiência vivida, onde quer que ela se dê, por mais íntima seja, desde que as condições de conexão sejam satisfeitas. Quanto mais são expressos os sentimentos e percepções dos indivíduos que interagem uns com os outros, mais vigoroso é o investimento nos laços que os ligam entre si. Mesmo que isso se dê às custas da delimitação de campos de privacidade.

Todos esses processos em rede que atravessam os limites entre díades como enunciação individuada e coletiva, relações pessoais e impessoais, trocas inteligíveis e sensíveis, esfera pública e privada, repercutem em um redimensionamento dos contornos da individualidade tal qual estamos habituados a experimentá-la. As ressonâncias dessa reconfiguração na vida cotidiana de indivíduos interconectados em redes tecnologicamente agenciadas se manifestam de maneiras diversas. Em alguns casos a diluição das fronteiras aparece como algo já posto, em outros, essa diluição parece provocar o efeito reverso, o de fechamento. No mais das vezes, entretanto, há variâncias entre um extremo e outro. Antonio Casilli (2010) remete a essas variâncias ao problematizar “a força das ligações numéricas”, considerando que “o laço social na era da Internet oscilaria, como um pêndulo, entre o isolamento assustador e a coletivização forçada da identidade e das informações privadas” (Casilli, 2010: 229). É exatamente nas oscilações entre os dois extremos, entre o individual e o social, que encontram-se os traços de uma nova forma da individualidade.

A separação que mantém afastados o individual e o social é constitutiva da nossa habitual experiência de individualidade. De um lado, uma entidade isolada que, com seus limites sensíveis em relação aos outros, se esgota na unicidade dos atributos físicos e de caráter, na matéria finita que distingue cada um dos demais. Do outro, os coletivos, as formações sociais mais ou menos abrangentes que antecedem e sobrevivem a essa unicidade, que se sustentam para além de cada um de nós, que perduram, são históricos. Dessa rígida dicotomia, a usual percepção que o indivíduo pode ter de si mesmo como um ser isolado ou, ao menos, isolável nos momentos de privacidade. Norbert Elias (1994) descreve essa “auto-imagem” de um indivíduo cujo pensamento seria “estou aqui, inteiramente só; todos os outros estão lá, fora de mim; e cada um deles segue seu caminho, tal como eu, com um eu interior que é seu eu verdadeiro, seu puro ‘eu’, e uma roupagem externa, suas relações com as outras pessoas” (Elias, 1994: 32). No outro extremo, contrapostos a esse indivíduo solitário, estão os coletivos demandando que “o indivíduo empregue todas as suas forças a serviço da função especial que ele deve exercer como seu integrante”, tal qual observou Simmel (2006: 84) em sua análise sobre o permanente estado de tensão entre a vida individual e social.⁸⁰ Uma análise ampla e criteriosa que merece atenção na medida em que nos permite acompanhar as nuances da oscilação entre os dois extremos para, então, identificar as intercalações entre um polo e outro que caracterizam as novas formas de vida em rede.

A partir de uma perspectiva histórica ficam especialmente evidentes as variações nas tensões que se passam entre o individual e o social. Simmel (1986; 2001; 2003; 2005) assume esse ponto de vista e realiza um minucioso exame do processo de *formação* da individualidade, indicando evidências de que a própria experiência de individualidade, da maneira como estamos habituados a pensá-la, está associada a determinadas configurações da vida social. Para tanto, é

⁸⁰ A abordagem de Simmel sobre o tema da individualidade e suas tensões em relação às coletividades foi explorada, sob outro enfoque, em Cypriano (2008).

fundamental considerar que, ao passo em que mudam as formas pelas quais os indivíduos se ligam uns aos outros, mudam também as formas pelas quais é experimentada a individualidade.

A esse respeito, Simmel pondera que, se podemos considerar a existência de um indivíduo singular, com seus limites sensíveis em relação ao grupo a que pertence, também vigora, nesse mesmo indivíduo, uma existência que se define pela pertinência ao grupo, frente a tudo o que está de fora. Trata-se de dois modos de *diferenciação*, um no sentido da individualidade singular e outro no sentido de pertencimento a um grupo, quando o indivíduo se diferencia como ser social, um ser que é membro de um grupo que se distingue de outros grupos. No segundo caso, o próprio coletivo assume o contorno de uma individualidade em relação aos demais. São dois modos de diferenciação que não se excluem, eles coexistem numa balança que oscila entre o *ser individual* e o *ser social*. Tal oscilação prossegue no próprio indivíduo, uma vez que este pode se dividir em *partes* e atribuir autenticidade a apenas uma delas, parte essa que colide com outras partes de si mesmo absorvidas pelo ser social. A isso, o autor denomina “existência dupla”, ou “existência partida em dois”, considerando que “em cada homem existe, *ceteris paribus*, uma proporção invariável entre o individual e o social, que não faz senão mudar de forma” (Simmel, 1986: 747).⁸¹ Para o autor, os processos de ampliação dos coletivos que marcaram a formação das grandes cidades participam de modo decisivo nessa alternância.

A noção de *ampliação* tratada por Simmel foi definida há mais de um século e está relacionada à consolidação dos centros urbanos que ele testemunhava, ao adensamento demográfico, ao aumento da mobilidade por grandes extensões territoriais, à ultrapassagem de fronteiras e ao contato entre grupos distintos. É uma ideia abordada na convergência de uma série de fatores como, por exemplo, o trabalho livre e a prática do comércio. De todo modo, o

⁸¹ Elias compartilha essa visão Simmel ao chamar nossa atenção para o fato de que o indivíduo cuja percepção de si mesmo é a de alguém dividido entre um “puro ‘eu’” e uma “roupagem externa” que se relaciona com os outros “constitui a expressão de uma singular conformação histórica do indivíduo pela rede de relações, por uma forma de convívio” (Elias, 1994: 32).

que Simmel apresenta é uma *lógica*, uma conexão entre dois processos que se influenciam reciprocamente e articulam uma dinâmica onde “a individualidade do ser e do fazer cresce, em geral, na medida em que se amplia o círculo social em torno do indivíduo” (Simmel, 1986: 742). Isso porque nos pequenos coletivos a conservação da homogeneidade entre seus integrantes garante os claros limites do grupo. Pode-se dizer que, seja por disposições internas ou externas, nos pequenos grupos o *ser social* dispõe largamente de suas forças, pois, tanto os modos de vida comunitariamente compartilhados quanto os traços de caráter tendem a se conformar a unidades niveladoras. Quando o grupo se amplia, ocorre uma diferenciação cada vez maior entre os membros do grupo, uma diferenciação que se passa num número também cada vez maior de formas sociais.

Embora a ampliação dos coletivos esteja em consonância com um aumento das formas sociais pelas quais os indivíduos interagem entre si, existe uma tendência pela qual se assemelham entre os vários coletivos os *repertórios* das formas de diferenciação. Simmel (1986) elenca algumas dessas semelhanças que atravessam coletivos diversos, como é o caso das relações de competência implicadas na especialização do trabalho, da união dos fracos diante do mais forte, da distinção social entre os *de cima* e os *de baixo*, e assim por diante. De maneira que, enquanto cada grupo se diferencia internamente, a similaridade das formas de diferenciação proporciona relações efetivas entre os membros de grupos distintos. Ou seja, o aumento da individualização no interior de um coletivo caracteriza uma força centrífuga que serve de ponte para outros coletivos. A conclusão à qual o autor nos leva é a de que, com a ampliação dos grupos e o aumento das formas de diferenciação entre seus membros, ocorre um afrouxamento dos laços que ligam aqueles estão mais perto e a simultânea criação de uma nova ligação com os mais distantes. O afrouxamento dos laços, distensão das estreitas ligações que se dão no interior dos coletivos mais restritos, ajuda a compor uma primeira versão do ideal da *liberdade individual*, um ideal que assume, sucessivamente na história ocidental, diferentes direções.

A noção de liberdade individual que está vinculada ao ultrapassar das fronteiras de grupos mais restritos na direção de círculos sociais mais amplos assimila a aspiração de um indivíduo que se livra dos constrangimentos das relações sociais imediatas e de todos os tipos de tutela social, sejam as tutelas de classe, religiosas ou econômicas. Esse sentido da liberdade conforma um primeiro movimento em direção a um individualismo que se apoia sobre a suposição básica da *igualdade* entre os homens. O ser individual aparece aí como uma manifestação do *homem em geral* que possui em sua essência, como parte de sua natureza, a bondade e a perfeição que os constrangimentos sociais não permitem manifestar. É o individualismo que está presente na noção cosmopolita do mundo que substitui o particularismo das classes pelo direito do indivíduo, o direito do homem, um direito que nasce do pertencimento ao mais amplo círculo concebível, a humanidade. Através dessa síntese entre *liberdade e igualdade*, o individualismo do século XVIII esboça uma forma da individualidade que é diferente daquela traçada pelo individualismo do século XIX, quando o ideal de liberdade já não reconhece a igualdade entre os homens, mas sim suas *diferenças* como o ponto de apoio. Ao discernir alguns dos elementos que constituem a formulação desses dois modos de individualismo, é possível notar como os anseios de liberdade individual conduzem de extremo a extremo: se o indivíduo está livre dos constrangimentos das relações sociais imediatas, ele também se torna responsável, em seu íntimo, pelas escolhas que faz, uma vez que cada escolha do indivíduo é a expressão de uma individualidade única, distinta das demais.

Simmel mostra como a concepção de individualidade que emerge no século XVIII com a forma da liberdade individual pode ser observada a partir de movimentos no âmbito do pensamento e da cultura ocidentais. São movimentos que se apresentam em vertentes econômicas, na figura do homem da livre concorrência que é encarnada pelos fisiocratas; também se dão em vertentes de caráter mais sentimental, como a que é manifesta na imagem do homem livre das deformações socialmente instituídas, de Rousseau; além das vertentes

políticas, quando a liberdade individual é elevada a valor absoluto pela Revolução Francesa. O ideal de liberdade que impele esses múltiplos movimentos direciona seu vetor para uma libertação dos indivíduos em relação às exigências que a sociedade lhes obriga a cumprir, exigências que assumem a veste de constrangimentos, amarras que mantêm o ser individual impedido de exercer a plenitude de sua autonomia. Pode-se dizer que a individualidade tal qual a compreendemos hoje, em sua origem, se serve do impulso de uma “superação tanto interna quanto externa do indivíduo das formas comunitárias medievais que conformavam a forma de vida, a atividade produtiva, os traços de caráter dentro de unidades niveladoras, fazendo desaparecer os traços pessoais e impossibilitando o desenvolvimento da liberdade pessoal, da singularidade própria de cada um e da auto-responsabilidade”, segundo observação de Simmel (2005: 107).

Este impulso de liberação em relação às amarras com as quais o indivíduo se encontra atado ao coletivo assume, naquele momento da história ocidental, o caráter de uma necessidade suprema. A precariedade, então vigente, das formas de vida socialmente válidas operava uma forte opressão em relação ao que Simmel (2006) denomina “energia individual”, pois exigia o investimento de grande parte das capacidades de cada indivíduo nas realizações sociais. Tais formas sociais incluíam “os privilégios das castas superiores, o controle despótico de comércio e circulação, os resíduos ainda poderosos das constituições corporativas, a coação impaciente do clericalismo, as obrigações de gleba dos trabalhadores rurais, a ausência de participação política na vida do Estado e as restrições das leis municipais” (Simmel, 2006: 92). Formas de vida social que podiam parecer “à consciência dos indivíduos, uma repressão insuportável de suas energias em relação às forças produtivas materiais e espirituais da época” (Simmel, 2006: 92).

Admitindo a impossibilidade de se verificar em que medida a Idade Média realmente exercia essa repressão às características individuais, Simmel traz à consideração a ênfase que a Renascença dedicou ao tema da liberdade individual, esboçando o movimento de um indivíduo que ambiciona se impor

como singularidade. Além dos conteúdos econômicos, sentimentais e políticos anteriormente referidos, também a argumentação filosófica de Kant e Fichte encontra no *Eu* a única referência possível de ser conhecida e defende sua absoluta autonomia como valor último da esfera moral. Nesse contexto de pensamento, o constrangimento operado pelas instituições sociais atuaria de uma maneira *antinatural*. Isso implica em dizer que, uma vez retirados os constrangimentos, estaria aberto o caminho para o desenvolvimento das potencialidades humanas que se encontravam amesquinhas ou desviadas pelas forças políticas, econômicas ou religiosas, de modo que “essa passagem equivaleria à transição da desrazão histórica à razão natural” (Simmel, 2005: 109).

É um ideal de liberdade que traz em seu lastro a igualdade natural dos indivíduos, sendo que as desigualdades seriam o produto artificial de todas as opressões históricas. A noção do “homem genérico”, o homem enquanto ser humano, ocupa o centro das atenções na Renascença, em oposição ao homem historicamente dado e diferenciado. Uma ideia em profunda consonância com o conceito de natureza do século XVIII para o qual as *leis gerais* ofereciam a fórmula de qualquer fenômeno, um conceito que observa a singularidade como mero ponto de interseção de leis gerais. O homem singular era, assim, reduzido ao “homem genérico” de modo que poderia se afirmar que “em qualquer pessoa particular vive, em sua essência, o homem genérico, assim como a mais peculiar parte de matéria apenas expressa, essencialmente, a lei universal da matéria como tal” (Simmel, 2005: 109).

O núcleo essencial do homem socialmente individualizado é o “genérico-humano” e essa essência profunda somente pode se manifestar na medida em que o homem é libertado de todas as influências e desvios históricos. Esse núcleo essencialmente humano que é comum a todos concentra em si os fundamentos da *natureza*, onde todos os homens estão inseridos, a universalidade da *razão*, conforme Kant e Fichte identificam a raiz do *Eu*, e também a *humanidade*, em seu sentido estrito. Com isso, o pensamento ocidental define as bases para a articulação entre liberdade e igualdade. As

exigências práticas de liberdade se condicionam à noção de igualdade por meio daquilo que é comum a todos: o “homem abstrato”. Essa é a face da individualidade que emerge no século XVIII, a de um homem cuja essência abstrata é elevada a valor último. Sendo que “mesmo para Rousseau, que certamente tem uma sensibilidade especial para as diferenças individuais, estas se situam em um plano superficial; quanto mais completamente o ser humano retorna ao seu próprio coração, tentando captar o seu interior absoluto em meio às relações externas, mais forte flui nele, isto é, em cada indivíduo de maneira igual, a fonte do bem e da felicidade” (Simmel, 2006: 100).

Essas considerações de Simmel dão relevo a uma forma da individualidade pela qual nos tornamos mais eticamente valorosos “quanto mais cada um deixar soberano aquele núcleo interior que é idêntico em todos os seres humanos, para além da obscuridade de seus laços sociais e das máscaras ocasionais” (Simmel, 2006: 100). A autonomia do núcleo interno, onde cada indivíduo é *autêntico*, não somente admite a identificação entre os homens, para além das diferenças sociais, como também assume a valoração ética da bondade e da compaixão. Assim, o princípio da fraternidade se associa ao da igualdade que sustenta a liberdade individual.

Simmel discute, entretanto, esta apreensão da liberdade cujo pressuposto é a igualdade. Enquanto nas sociedades medievais as diferenças entre os indivíduos eram traçadas por características empíricas, tais como posição social, parentesco, formação contingente, a ambição do homem renascentista era a de enfatizar o valor de sua própria singularidade, rompendo com as influências históricas. Ocorre que essa ruptura conduz na direção de um “genérico-humano” que possui um núcleo essencial para além das diferenças empíricas. A base da sua liberdade fica, então, situada numa essência profunda que é comum a todos. Quanto a isso, Simmel identifica um paradoxo, uma vez que a liberdade vem acompanhada do oposto da igualdade, ela se emparelha à *diferença*. Não mais uma diferença socialmente configurada, mas uma diferença *pessoal*. O autor considera que “este individualismo, para o qual ‘liberdade e igualdade’ eram dois valores que se correlacionavam pacificamente, e inclusive

se ajudavam mutuamente, não viu que o homem, quando goza de liberdade, a utiliza para diferenciar-se” (Simmel, 1986: 760).

A intensidade dos movimentos que expressam uma consciência geral de superação das influências históricas recobre esta imediata *contradição* entre a liberdade e a igualdade. Talvez por isso o acréscimo da exigência da fraternidade, pois “apenas uma renúncia eticamente voluntária, que esse conceito expressa, poderia evitar que a liberdade fosse acompanhada do oposto da igualdade” (Simmel, 2005: 111). Simmel avalia que sem o suporte da noção de fraternidade, o deslocamento das marcações históricas que situavam os indivíduos em posições diferentes uns em relação aos outros somente conduziria em direção à igualdade se fosse possível conceber uma sociedade composta por homens interna e externamente agraciados pelos mesmos atributos, mesmos privilégios, pela mesma força ou um mesmo grau de inteligência e acuidade. É a suposição de uma impossibilidade.

Uma vez livres das determinações sociais, os homens se servem de suas diferenças uns em relação aos outros, se aproveitam da desigualdade pessoal que determina uma hierarquia de níveis, de maneira que os mais fortes se impõem perante os mais fracos, os mais inteligentes perante os menos favorecidos intelectualmente e assim por diante. Nesse sentido, a liberdade parece ilusória, pois o indivíduo se desloca das barreiras socialmente traçadas que simbolizam toda a decadência e todo o mal da essência humana e se encontra no terreno das relações de poder pessoalmente configuradas. Este terreno das relações pessoais não é menos constrangedor que aquele das formas sociais niveladoras, ele oferece diferentes *proporções* de liberdade individual. Um indivíduo que adquire vantagem em relação aos outros tem mais condições de conquistar subsequentes vantagens, numa progressão que muito distingue seu grau de liberdade daqueles que se encontram em subjugada desvantagem. É na trama das diferenças pessoais que a liberdade dos privilegiados se desenvolve “à custa da liberdade dos oprimidos”, como observa Simmel (2006: 94). O que fica ilusório, então, é a existência de uma mesma medida de liberdade para todos os indivíduos da sociedade. Trata-se, na

realidade, de uma *antinomia* entre liberdade e igualdade. Enquanto a liberdade anseia pela insubordinação, a igualdade exige a subordinação a uma “norma universal”. O individualismo típico do século XVIII permaneceu cego a esta dificuldade e admitiu a liberdade em perfeita harmonia com a igualdade. Mas esta síntese foi desfeita pelo individualismo do século XIX.

Depois de uma libertação dos indivíduos em relação às firmes correntes da corporação, da igreja e do estamento por nascimento, o movimento para a liberdade individual continua, mas assume a direção da *autonomia*, na qual os indivíduos anseiam distinguir-se entre si. Emerge daí uma forma da individualidade que procura um tipo de diferenciação que, de algum modo, desfaz a fórmula anterior, sem que para isso rompa com o impulso original de liberdade. A liberdade permanece como denominador comum entre as duas formas de individualidade, mas passa a se fundamentar no correlato oposto: a liberdade procura a *desigualdade*. Não se trata mais de uma desigualdade socialmente designada, mas sim da expressão de um ser único, distinto dos demais, uma desigualdade que surge como uma *lei interna*.

Nessa forma da individualidade, argumenta Simmel (2005), “temos a busca do indivíduo por si mesmo, por um ponto de solidez e ausência de dúvidas, o qual se torna tanto mais necessário quanto mais o horizonte prático e teórico e a complexidade da vida aumentam aceleradamente, tornando ainda mais urgente essa necessidade, a qual não pode ser encontrada em instâncias externas à própria alma” (Simmel, 2005: 112). Isso traz para a relação entre o individual e o social um outro contorno. A busca de *si mesmo* assume as rédeas do movimento e atribui às relações interpessoais o estatuto de “estações” pelas quais o indivíduo passa nesse caminho. Os outros, aos quais o indivíduo se mantém ligado em ações recíprocas, permitem a comparação e a percepção de sua própria singularidade. E, na qualidade de singularidade, o indivíduo é uma expressão peculiar da humanidade, que se percebe sozinho com suas próprias forças e é chamado a tornar realidade o próprio destino.

Simmel remete a Schleiermacher na consideração de uma tarefa ética implicada nessa exigência de singularidade quando afirma que “sem dúvida,

cada qual é uma síntese de forças constituídas universalmente, mas cada um trabalha e amolda esse material de uma forma peculiar, sendo a realização dessa singularidade, ou seja, o preenchimento de um espaço reservado, simultaneamente uma obrigação ética” (Simmel, 2005: 113). Esta exigência de singularidade é a base de uma visão de mundo que encontra no romantismo a principal expressão da consciência que o homem do século XIX adquire de si mesmo. Enquanto Goethe representa o fundamento artístico desse mundo e Schleiermacher o metafísico, o romantismo buscou na realidade histórica a vivência do específico e do singular. Isso porque “a vida do romântico traduz, na protéica sucessão de oposições entre disposição e trabalho, convicção e sentimento, paralelismos da configuração social, em que cada qual, apenas pela diferença em relação aos outros, por meio da singularidade pessoal do seu ser e atividade, consegue extrair o sentido de sua existência” (Simmel, 2005: 114).

Pode-se dizer que o romantismo criou a face sentimental da vida em um mundo que se organiza e se desenvolve a partir da singularidade de cada indivíduo. Um mundo que, além da ampliação dos grupos sociais pela qual o adensamento demográfico proporciona uma ligação entre os diferentes coletivos, vivencia a instauração da economia monetária, juntamente com a supremacia de seus símiles, a racionalidade e o cálculo. Um mundo onde a divisão do trabalho, configurada num tipo especial de relações de interdependência, traz exigências de uma especialização funcional do homem. Nesse contexto, a liberdade individual emerge junto a formas de ação recíproca que são fortemente caracterizadas pela *impessoalidade*, ingrediente fundamental na dissolução dos firmes laços que ligam os indivíduos entre si. A impessoalidade nas relações entre os indivíduos contribui para um conjugado exercício da liberdade individual.

O indivíduo e a liberdade

No âmbito dos estudos históricos sobre formação da individualidade, Simmel oferece um refinamento à noção de liberdade individual. Ele opera uma

distinção entre a liberdade *negativa* e a liberdade *positiva*. A liberdade negativa assume seu sentido através da preposição *de*: liberdade de constrangimentos. A liberdade positiva está associada à preposição *para*: liberdade para assumir uma nova obrigação, ou seja, um novo compromisso. Compreendendo que o indivíduo somente realiza sua existência em ação recíproca com outros indivíduos, que essa reciprocidade contínua se estabelece através de formas que invariavelmente limitam a vida, ou seja, que sempre envolvem algum tipo de tolhimento, pode ser traçada uma progressão inerente ao sentido da liberdade. Em termos abstratos, é possível dizer que o indivíduo só atinge a magnitude de sua liberdade quando se torna livre de uma ligação para estabelecer uma outra. Isto porque a liberdade se dá no interior de um processo contínuo de ligar e desligar, como uma alternativa ininterrupta entre a estreiteza dos laços que colocam uns em relação de *dever* com os outros e a soltura destes laços que conduzem, inevitavelmente, a novas ligações. Através desse ponto de vista é possível perceber que “chamamos liberdade a algo que não é outra coisa mais que a troca de obrigações”, no lugar da antiga, cuja pressão podia parecer insuportável, surge um novo dever que, a princípio, suportamos com “músculos frescos e por isso especialmente fortes” (Simmel, 2003: 343) até que o cansaço nos faça sentir seu peso, “de forma que o mesmo processo de liberação que antes havia desembocado neste dever, agora trata de desfazer-se dele” (Simmel, 2003: 343).

Nesse processo no qual os indivíduos estão permanentemente se ligando e desligando uns aos outros, Simmel considera uma gradação da liberdade que é baseada no tamanho da exigência proveniente do outro ao qual o indivíduo está vinculado. Quanto maior a exigência, maior a intensidade e o nível de consciência com as quais o indivíduo se dedica a suas obrigações com este outro. Ele especifica esta forma de interação que se constitui entre a *exigência* e a *obrigação* de modo que a “toda obrigação que não se deriva de uma mera ideia corresponde para uma outra pessoa um direito de exigir” (Simmel, 2003: 344). Isso repercute numa diferença do grau da liberdade que se evidencia de maneira gradual através das formas históricas de subordinação pertinentes às

relações de trabalho. Em um extremo, existe a relação entre o *senhor* e o *escravo*, na qual o escravo aliena ao senhor a integridade de seu trabalho, o que se estende à integridade de sua individualidade. Esta forma de subordinação, a escravidão, vincula o menor grau de liberdade, uma vez que a obrigação diante do senhor compreende todas as forças do escravo.

Em situação intermediária, já se lançando no sentido de uma maior liberdade, está a relação entre o *senhor* e o *vassalo*. Na forma da *vassalagem*, a existência de uma alíquota de produção a ser paga ao senhor limita as exigências de prestações a apenas uma parte do trabalho do vassalo. Considerando que o vassalo produza o suficiente para pagar sua contribuição, a totalidade e o tipo de sua produção permanecem indiferentes ao senhor. Mesmo que seja às custas de atos de fiscalização e de medidas de cumprimento das obrigações, resta ao vassalo alguma quantidade de liberdade individual, uma vez que as exigências do senhor não ocupam todas as suas forças, as exigências se satisfazem através das alíquotas fixadas.

Só é possível, entretanto, considerar a liberdade individual em seu sentido pleno quando a pessoa está totalmente desvinculada de seu produto. Situação que só é realizada na forma do *trabalho livre*, quando as exigências do senhor podem ser cumpridas através do pagamento em dinheiro. O dinheiro, equivalente universal de todas as coisas, proporciona a distinção entre a integridade da pessoa que produz e seu produto. De modo que o pagamento em dinheiro significa uma redenção das prestações pessoais, o que proporciona uma maior liberdade. Com isso se pode avaliar que “a altura maior que pode alcançar a liberdade pessoal se dá com a transformação dos deveres do vassalo em um pagamento em dinheiro que o senhor é obrigado a admitir” (Simmel, 2003: 348). Mesmo em se tratando de relações de subordinação é importante observar que, na coerência do pensamento de Simmel, as relações sempre são *recíprocas*, o que equivale a dizer que a redenção provocada pelo pagamento em dinheiro reside em ambas as partes, ela se estende às duas pessoas envolvidas.⁸²

⁸² Simmel faz uma discussão sobre o aspecto sociológico das relações de subordinação onde se exige de uma análise moral e observa o caráter de sociação que vincula uma ação recíproca na

Esta discussão reflete a importância da consolidação da economia monetária e de seus símiles – a racionalidade e o cálculo – para a liberdade individual. A complexificação progressiva da técnica nos meios de produção e a intensificação da divisão do trabalho fazem com que um número cada vez maior de pessoas esteja em relação de dependência mútua.⁸³ Cada indivíduo participa como um elo no interior das relações de interdependência exercendo uma função específica e exigindo de sua individualidade como um todo apenas alguns traços, aqueles que lhe garantem o exercício de sua função. Este tipo especial de configuração das relações de interdependência deixa margem para um máximo de liberdade a todos os outros traços que, em conjunto, constituem a singularidade do indivíduo. É uma lógica que obedece aos seguintes termos: “a divisão moderna do trabalho aumenta o número de dependências na mesma medida em que faz desaparecer as personalidades por trás de suas funções, porque unicamente permite a ação de uma parte das mesmas, excluindo por completo as outras cuja conjunção é precisamente o que dá lugar a uma personalidade” (Simmel, 2003: 362).

Por essa perspectiva há como compreender que a dependência mútua e abstrata que despersonaliza as relações humanas é favorável à liberdade individual que se estende ao desenvolvimento da individualidade. Estas duas tendências são dois lados de um mesmo processo articulados pelo binômio *liberdade/engajamento*. A multiplicidade de relações de dependência suprime a personalidade destas relações e, com ela, o caráter insubstituível próprio das relações estritamente pessoais. Dito de outro modo, a impessoalidade nas relações de dependência mútua, no âmbito da economia monetária, transfere as

medida em que sempre resta alguma margem de liberdade pessoal para o subordinado. Ele argumenta que “mesmo nos casos de subordinação mais opressivos e cruéis, ainda existe uma considerável medida de liberdade pessoal” e que “a relação de superordenação/subordinação só destrói a liberdade do subordinado em caso de violação física direta”. Ou seja, salvo em casos extremos, a interação é mutuamente determinada. Ver Simmel (1983). SIMMEL, Georg. “Superordenação e subordinação”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983: 108.

⁸³ Neste ponto, Simmel dialoga com a formulação de Durkheim sobre a passagem de uma “solidariedade mecânica” para uma “solidariedade orgânica”. Ele admite que a divisão social do trabalho estabelece relações de interdependência, no entanto, não se serve da metáfora orgânica tal como o faz Durkheim – metáfora que considera o princípio de uma funcionalidade homeostática a favor do todo. A perspectiva de Simmel toma outra direção, se dedica a observar a formação da individualidade singular no interior deste processo.

prestações recíprocas para uma objetividade unilateral, especializada, que pode ser realizada por um número indefinido de outros indivíduos independentemente de suas características pessoais. Enquanto as exigências da totalidade da sociedade se restringem a apenas uma parte objetiva das forças individuais elas deixam margem para uma maior independência interior.

A esse propósito, Simmel pondera que a *independência* é algo diferente da *não-dependência*. A independência exige seu contrário – a dependência – para que possa se realizar enquanto tal. O significado da independência neste contexto está referido a uma configuração específica de relações de dependência, aquela que exige do indivíduo apenas uma parte objetiva de suas prestações. Considerando que “a liberdade é o desenvolvimento da individualidade e a convicção de ampliar o núcleo de nosso Eu por meio de toda vontade e sentimento individuais, em tal caso, aquela não pode aparecer aqui como mera ausência de relações, senão, precisamente, como uma relação muito determinada com os demais” (Simmel, 2003: 365). Isso porque “estes demais não de estar ali e não de se perceber, a fim de que nos possamos ser indiferentes. A liberdade individual não é um atributo puramente interior do indivíduo isolado, senão uma manifestação correlativa que perde seu sentido quando não encontra contra-partida” (Simmel, 2003: 365).

A relação entre os indivíduos das grandes cidades são o exemplo ao qual o autor recorre para ilustrar esta relação de independência que dá suporte à liberdade individual. Ele observa que enquanto alguém que vive isolado, seja na selva, seja em uma ilha, pode ser considerado como alguém não-dependente, o indivíduo que vive nas grandes cidades pode ser tratado como independente da vontade dos outros. Nas grandes cidades, cada indivíduo precisa de um número considerável de outros indivíduos, como provedores, trabalhadores ou colaboradores, sem os quais estaria desamparado. No entanto, as relações que estabelecem o vínculo entre estes indivíduos são relações que exigem apenas um vínculo objetivo que, em grande parte, se realiza por meio do dinheiro. Deste modo, as relações de dependência mútua prescindem de uma pessoa concreta, pois exigem apenas uma prestação objetiva que pode ser monetariamente

calculável, tornando intercambiáveis as individualidades que podem oferecer estas prestações.

Uma porta que se abre

Tomada como ponto comum entre a individualidade que se define pela igualdade dos direitos e deveres e a que se dá nas diferenciações entre os indivíduos, a liberdade individual da maneira como Simmel a concebe nunca é tratada como algo substancial que, uma vez adquirida, não se perde jamais. Nessa acepção, a liberdade individual é, antes de tudo, um impulso que conduz em direções diversas. Quando associado à igualdade entre os indivíduos, esse impulso se volta para um afrouxamento dos laços que unem o indivíduo ao coletivo como um todo. Trata-se de uma liberação quanto às atribuições que determinada composição de coletivo exigem e ao lugar que o indivíduo ocupa no conjunto das relações. Uma liberação que é pautada pela universal prerrogativa de que todos os indivíduos têm o direito de ser livres para mudar de lugar, de posição, de atribuição. Por sua vez, quando o impulso da liberdade aparece vinculado às diferenças entre os indivíduos, ele conduz de relação em relação, de laço em laço, por aproximação e distanciamento, pela delimitação de singularidades entre as quais as ligações podem ser permanentemente feitas e desfeitas. Algumas vinculações são mais duráveis, outras menos, algumas são mais fortes, outras mais frágeis. Persiste, entretanto, a possibilidade de se romper uma relação e dedicar-se a outra. Esse é o ponto pacífico da liberdade individual, há sempre uma direção pela qual se livra de algum tipo de vínculo para estabelecer um novo, num permanente movimento de ligar e desligar.

Embora pareçam imiscíveis a satisfação de um impulso baseado na igualdade e outro na diferença, são coexistentes essas duas direções pelas quais vem sendo constituída a nossa experiência de individualidade. Em ambos os casos, o impulso da liberdade mantém intacto um núcleo que sustenta tanto as qualidades do *genérico humano* quanto as das singularidades que distinguem cada um dos demais. Esse núcleo de individualidade é preservado pelo

comprometimento ético dos direitos e deveres, como também pela impessoalidade nas relações, pela mediação do dinheiro e do intelecto, pela demarcação de esferas de privacidade, entre outras circunscrições que garantem ao indivíduo um mínimo de liberdade. É exatamente aí, nas fronteiras que dão resguardo ao núcleo da individualidade, que a prática da conectividade em rede abre uma *porta* pela qual vem sendo traçada uma nova direção para o impulso de liberdade: “a possibilidade de sair-se a cada instante desta delimitação” (Simmel, 2001: 53).

As elaborações de Simmel (2001) sobre “a ponte e a porta” são, também nesse caso, muito fecundas para a especificação do especial tipo de abertura pela qual tem sido trilhada uma nova direção para a liberdade individual. A porta, observa ele, assim como a ponte, concentra em um mesmo fenômeno “o ligar e o desligar, e certamente na surpreendente forma de que um é sempre a pressuposição do outro” (Simmel, 2001:45). Isso se dá na medida em que qualquer ligação demarca uma separação, e vice-versa, a separação não teria sentido não fosse pela vigência de uma ligação. De modo que onde é realizada uma ligação, a separação entre os elementos parece estar posta. É sobre essa separação, por sua vez, que a vontade de síntese é realizada, reconciliando, unificando aquilo que ela própria separa. Tal lógica se aplica facilmente à individualidade que reconhece sua singularidade pela ligação com outros indivíduos, ligações que se portam como *estações* no caminho que conduz à delimitação do ser singular. É preciso estar minimamente ligado ao outro para traçar os limites pelos quais dele se está separado, tanto quanto é necessário percebê-lo pra que sua presença possa soar algo indiferente. No que concerne a essa forma de circunscrição da individualidade a ponte oferece a mais fiel imagem.

A ponte liga as duas margens de um rio e, ao fazê-lo, demarca uma separação entre elas. Simmel expõe essa ambiguidade da ponte ao dizer que ela “simboliza a extensão de nossa esfera de vontade sobre o espaço. Somente para nós as margens de um rio não estão meramente uma em frente da outra, senão ‘separadas’”, de tal modo que “parece estar posta a separação entre os

elementos em si e para si”, uma separação que pode por nós ser superada na mediada em que com a ponte ligamos as duas margens, “reconciliando e unificando” (Simmel, 2001: 47) o que estava desligado. Essa peculiar ambiguidade da ponte foi também discutida por Martin Heidegger (1951), ao observar que a ponte “não apenas liga duas margens já existentes. Somente na travessia da ponte as margens surgem como margens. É a ponte que as opõe especialmente uma à outra. É pela ponte que a segunda margem se destaca face à primeira” (Heidegger, 1958: 180).

Existe, no entanto, uma ênfase sintética na maneira como a ponte realiza essa dualidade entre o unir e o separar, ênfase que a distingue da porta. Isso foi apontado por Simmel ao salientar que na “correlação de separação e unificação a ponte faz recair o acento sobre a última”. A porta, por sua vez, “representa de forma decisiva como o separar e o ligar são somente as duas faces de um mesmo ato” (Simmel, 2001:48). De tal modo que, muito frequentemente, a edificação de pontes como figuração do estabelecimento de laços sociais mantém o acento na ligação entre os indivíduos e não na distinção entre eles. Diferentemente da porta, que remete para outra configuração da ambiguidade entre o ligar e o desligar na experiência de individualidade.

A especificidade do ponto de vista para o qual a porta nos conduz começa com o fato dela somente adquirir sentido quando instalada em alguma demarcação de fronteira – uma parede, um muro, uma cerca – que recorta uma parcela finita de espaço e conforma uma unidade fechada em si mesma. Uma unidade que, ensimesmada, é separada de todo o restante, aos moldes do que se dá com o indivíduo e suas delimitadas esferas de privacidade. De maneira que existem aí condicionamentos de direção para o impulso de liberdade que se põe a fluir por essa peculiar forma de abertura que tanto liga quanto desliga o circunscrito a tudo que lhe excede. Um condicionamento que pode ser descrito pelas palavras de Simmel ao considerar que, pela porta aberta, “a partir da limitação do isolado ser para si, mana a vida até o ilimitado de todas as direções gerais” (Simmel, 2001: 50).

Há, ainda, uma contrapartida para esse extravasamento. A porta não oferece apenas a abertura “através da qual se move de seu ser para si ao mundo, mas também do mundo a seu ser para si” (Simmel, 2001:52). Isso implica em levar em conta que a abertura da porta engendra permutas entre o limitado e o ilimitado, o finito e o infinito, o dentro e o fora, o local e o global e assim por diante. De maneira tal que, “precisamente porque também pode ser aberta, seu fechamento dá a impressão de um isolamento mais forte frente a tudo o que está mais além deste espaço” (Simmel, 2001: 49).

Essas particularidades que Simmel explora na materialidade da porta trazem insumo para um melhor entendimento de como o impulso de liberdade individual pode prosseguir a partir de uma abertura desse gênero. A ideia de uma passagem que se abre por meio da porta refere-se a uma experiência de individualidade já bastante conhecida. Há muito se sabe que “é necessário ao homem, no mais profundo, o feito de que o mesmo se ponha uma fronteira, mas com liberdade, isto é, de modo que também possa superar essa fronteira, situar-se mais além dela” (Simmel, 2001:49). O que não vem de longa data, entretanto, é a recorrente promoção desse tipo de abertura no âmbito das esferas de privacidade dos indivíduos. Esse tem sido um importante atributo da cotidiana prática da conectividade em rede que, não raro, situa na mais estreita das fronteiras que dão resguardo ao ser individual a atitude de transpor a interface entre o aqui e todos os outros lugares.

Evidentemente não se trata de uma onipresente abertura, afinal, as portas podem ser fechadas, assim como também podem ser desligados os aparelhos de conexão em rede. Mas, de maneira crescente, junto à propagação das tecnologias sem fio, as travessias da interface têm implicado em uma abertura nos mais íntimos entre os tantos limites que dão forma à individualidade tal qual a experimentamos até hoje. Existe aí um importante deslocamento quanto ao próprio sentido de limite que remete às considerações de Heidegger (1958) a esse respeito. Ele nota que “o limite não é aquilo onde qualquer coisa cessa, mas, como os Gregos haviam observado, aquilo a partir de que qualquer coisa *começa a ser*” (Heidegger, 1958: 183).

É muito comum que as várias delimitações que dão contorno à figura do indivíduo assumam a forma de círculos concêntricos, cujo diâmetro varia de acordo com a proximidade ou distância em relação ao centro, onde está situado o núcleo da individualidade. Como fossem sobrepostos em camadas, esses limites circulares irradiam em torno desse núcleo, onde, supostamente, nos situamos. A esse respeito, Jean Petitot (1988) cita Poulet destacando que “a forma do círculo é ‘a mais constante daquelas graças às quais conseguimos representar-nos o lugar mental ou real onde estamos, e situar aí aquilo que nos cerca ou aquilo de que nos cercamos’” (Petitot, 1988: 341). O espaço praticado pelo indivíduo, por exemplo, pode ser descrito nas linhas de sucessivos círculos que o rodeiam. Por uma perspectiva centrífuga tem-se primeiramente a casa, seguida da rua, do bairro, da cidade, e assim por diante. Já o ponto de vista inverso remete ao centrípeto movimento de retorno ao abrigo da privacidade. Trata-se da reconfortante imagem da volta ao lar.

Também os vários coletivos aos quais o indivíduo está ligado podem adquirir essa configuração. Dispostos como círculos sociais em torno de um núcleo de individualidade, assumem os moldes de uma gradação que conduz da proximidade à distância e vice-versa. Elias (2005) denomina como “egocêntrica” essa concepção da sociedade composta por esferas que se sobrepõem em torno dos indivíduos. Observa, a propósito, que “no modelo do senso comum que hoje domina a nossa própria experiência ou a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica” (Elias, 2005: 14). De tal maneira que a família, a escola, o estado, entre tantos outros coletivos significativos na vida de um indivíduo, são experimentados como algo que sucessivamente se afasta ou se aproxima dele. Essa concepção acaba por promover, como ressalta o autor, “um encorajamento constante à ideia de que a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores” e, por outro lado, deixa subentendido que “os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível” (Elias, 2005: 15).

Essa barreira invisível mantém afastado nosso núcleo interior de tudo o que lhe é exterior. Consequência disso é que “somos levados a acreditar que o nosso 'eu' existe de certo modo 'dentro' de nós”, separado de tudo o que está de fora, “o chamado 'mundo exterior'” (Elias, 2005: 129). De tal maneira que, como já havia alertado Elias (1994), nossa experiência da individualidade não raro “leva o indivíduo a achar que ‘dentro’ de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só ‘depois’ se relaciona com os outros ‘do lado de fora’” (Elias, 1994: 32). É precisamente esse modo de relação com a alteridade que vem sendo interpelado pela abertura de portas no âmbito das mais íntimas barreiras invisíveis que mantêm separados o dentro do fora, o mundo interior do exterior.

A abertura das esferas de privacidade aparece nas mais diversas configurações pelas quais tem sido realizada a vida nas redes sociotécnicas. Isso fica especialmente manifesto nas condutas expressivas dos indivíduos que cultivam laços em sites de redes sociais. A expressividade dos integrantes dessas redes é amparada por recursos de linguagem tais como “a enunciação na primeira pessoa, o uso intenso de tonalidades afetivas diversas — do mesmo modo que uma frequência inusitada de enunciados exclamativos —, a presença forte da veemência e do entusiasmo nas trocas, até quando envolvem um raciocínio lógico ou argumentativo, e outras tantas marcas do mesmo gênero” (Santos e Cypriano, 2011b: 14). Em condições variáveis, na forma de textos, imagens, *emoticons*, as trocas em rede vêm sendo inundadas pela expressão de intimidades que poderiam ser silenciadas ou relatadas em segredo apenas aos mais próximos, não fosse pela transposição da interface.

O uso das tecnologias móveis favorece largamente essa aptidão à abertura da intimidade. Castells *et alii* (2009) indicam, a esse respeito, um processo de banalização da apresentação do *eu* na prática da sociabilidade que está associada à disseminação da conectividade sem fio. Eles observam que, em relação às permutas características das redes fixas, as típicas trocas de experiências de um utilizador de tecnologias móveis apresentam “uma maior abertura e exposição de seu ser subjetivo” (Castells *et alii*, 2009: 117). Os

autores identificam esse uso prioritariamente expressivo em trocas de mensagens de texto repletas de “romance e *flirt*, piadas e conversa geral” (Castells *et alii*, 2009: 197, nota 10), e consideram que é um tipo de uso que vem atuando “como um catalisador para a construção e o fortalecimento do grupo de pares” (Castells *et alii*, 2009:197). Não é de se espantar que os intercâmbios em redes móveis sejam importantes fomentadores desse tipo de abertura, uma vez que um aparelho sem fio pode permanecer junto ao corpo do indivíduo que o possui, habilitando-o a compartilhar com suas redes de relações sociais toda e qualquer vivência, sentimento ou impressão, esteja ele na rua, no trabalho, em casa, no quarto, na cama ou em qualquer outro lugar.

Por sua vez, enquanto o indivíduo se vê apto a expor experiências que dizem respeito ao mais íntimo de sua singularidade, por meio da interface, ele encontra um ilimitado de encadeamentos em rede que pode vir a *participar* daquilo que está sendo compartilhado. Nunca é supérfluo lembrar que é sem precedentes a capacidade de conexão entre o local e o global alcançada pela conectividade móvel em redes sociotécnicas. Assim, a mesma abertura que conduz o indivíduo ao ilimitado dos agenciamentos online, proporciona também permutas capazes de redefinir significativamente as mais profundas experiências de vida que são abertas ao compartilhamento. Por meio da interface, qualquer abertura nas esferas de privacidade tem também a capacidade de absorver, junto à estreiteza da intimidade, prosseguimentos que se dão nas mais remotas associações em rede. Tudo aquilo que um indivíduo acolhe nas múltiplas travessias da interface pode tonar-se “partícipe” (Latour, 2012: 108) de um novo sentido para sua experiência da individualidade.

A radicalização da abertura para as dinâmicas online configura um modo muito especial de relação com o mundo. Evidentemente que, como uma porta, trata-se de uma abertura que pode ser fechada ou mesmo *emparedada*. O “emparedamento” é um modo de relação com a alteridade que foi apontado por Casilli (2010) ao remeter a estudos realizados com jovens japoneses que “se isolam do mundo exterior para se consagrar completamente às suas paixões ‘desocializantes’” (Casilli, 2010: 230). Essas paixões incluem principalmente os

mangás, os jogos e as novas tecnologias. Ocorre que, invariavelmente trata-se de práticas refratárias à interação social, de maneira que os indivíduos permanecem em casa e se distanciam de toda e qualquer forma de sociabilidade. Em seu extremo, esse modo de relação com o mundo provoca um efetivo fechamento dentro de casa, onde “pilhas de componentes eletrônicos, de instrumentos, de revistas, de videogames” vão se acumulando e “impedem a abertura das portas e das janelas” (Casilli, 2010: 230). Trata-se de uma postura extrema de isolamento do indivíduo em relação a tudo o que lhe é exterior. Um isolamento que excede os contornos das barreiras invisíveis. Este, contudo não é senão o contraponto da conectividade permanente que vem se tornando mais e mais disseminada a cada dia.

Na prática da conectividade ubíqua, frequentemente, “a porta se converte em imagem do ponto divisório no qual o homem está ou pode estar sem interrupção”, para usar os termos de Simmel (2001:49). Pela contínua ativação da interface, mantém-se a aberta a passagem que atravessa as barreiras pelas quais o indivíduo se isola em si mesmo e preserva sua interioridade como algo inacessível aos outros. A propagação desse modo de relação com o mundo indica um tipo de transição na experiência da individualidade que Elias (2005) havia formulado muito antes da composição das atuais redes sociotécnicas. Ele considera a realização de uma transição “da imagem do homem como *Homo clausus* à de *Homini aperti*” (Elias, 2005:136). A primeira imagem corresponde a essa à qual estamos habituados, à de um ente fechado em si mesmo e resguardado por subsequentes esferas de circunscrição que distinguem entre o dentro e o fora. A segunda diz respeito a uma forma da individualidade que abrange os mútuos influxos de vida continuamente implicados em nosso ser e estar no mundo. A imagem de um *indivíduo aberto* é ainda muito difusa e muito distante de nossa costumeira concepção da individualidade. Tomada por oposição ao indivíduo fechado, tende a ser associada à fragmentação, à fragilização ou a algum tipo de perda de integridade. Lamentavelmente, esse gênero depreciativo de associação tende a empobrecer um fenômeno que está

em pleno vigor e que aponta para uma forma ainda seminal de individualidade cujo interior é posto à mostra.

Acompanhando as elaborações de Simmel sobre as mudanças nos modos de vida que, com o passar do tempo, abrem diferentes caminhos por onde trilha o impulso da liberdade individual, fica plausível considerar que estamos diante de uma nova configuração da experiência da individualidade que não implica necessariamente em um desmantelamento do sentido de ser no mundo, mas sim em um redimensionamento desse sentido. O autor já havia apontado para essa possibilidade de transição ao concluir uma de suas análises sobre o individualismo que marca o século XVIII e aquele é característico do século XIX. Ele afirmava à época, ou seja, há mais de um século, preferir acreditar que “a ideia da mera personalidade livre e da mera personalidade singular não sejam ainda as últimas palavras do individualismo. Ao contrário, a esperança é que o imprevisível trabalho da humanidade produza sempre mais, e sempre mais variadas formas de afirmação da personalidade e de valor da existência” (Simmel, 2005: 115). Esse processo de abertura da individualidade que vem sendo operado na prática da conectividade ubíqua parece dar contornos a uma nova forma de relação com o mundo. Uma forma da individualidade que encontra nas reflexões de Derrida (2006) sobre o *cântaro* e a *ânfora* a mais sublime imagem. O autor observa que “como o cântaro que dá seu *topos* poético a tantas meditações sobre a coisa e a língua, de Hölderlin a Rilke e a Heidegger, a ânfora é uma com ela mesma toda se abrindo para fora – e essa abertura abre a unidade, torna-a possível e proíbe-lhe a totalidade. Ela lhe permite receber e dar” (Derrida, 2006: 49).

Essa unidade cujo interior se abre inteiramente à exterioridade é a forma da individualidade que nasce no âmbito das redes sociotécnicas. Alguns indivíduos ainda não experimentaram essa novidade e talvez nunca venham a fazê-lo. Outros, principalmente aqueles que já nasceram em um mundo onde as novas TICs fazem parte da rotina, já não sabem exatamente o que é ser um indivíduo inteiramente fechado em si, entre eles não há de se encontrar qualquer tipo de nostalgia quanto a isso. Trata-se dos habitantes das novas

formas de vida social, cujos prolongamentos da experiência ubíqua pelas múltiplas travessias da interface promovem dobras que reenviam o ilimitado do que é exterior para os limites de nossos interiores, como a água de um rio que se recolhe em uma ânfora ou o infinito do ar que preenche um cântaro. Os habitantes das novas formas sociais em rede são por elas habitados.

Considerações finais

Considerações finais

Aventureiros, estrangeiros e habitantes

Não somos todos igualmente habitantes dessas novas formas sociais em rede. Alguns de nós encontram-se de tal maneira enraizados nas costumeiras configurações da vida social e individual que dificilmente se deixam remover dos habituais códigos culturais que regem as linguagens, os valores, as práticas e os esquemas perceptivos (Foucault, 1981) relativos às formas sociais que já existiam e que vêm sendo gradualmente infiltradas pela intensa conectividade em rede. Em grande parte, os indivíduos mais firmemente radicados nos modos de vida que ainda escapam aos intercâmbios através da interface estão em uma faixa etária mais avançada e demonstram já ter acumulado um farto conjunto de experiências significativas que dispensam muitos dos novos modos de dar sentido ao ser no mundo. Existem também, entre os que conservam certo distanciamento em relação às novidades das novas formas sociais, aqueles que participam de coletivos cuja concepção da vida envolve algum tipo de desmerecimento valorativo da cumplicidade com as máquinas no prosseguimento das ações. Assim como há inúmeros indivíduos que, por motivos diversos, levam mais tempo para ter acesso às redes tecnológicas da Web ou para adquirir um mínimo de propriedade quanto ao uso das novas TICs.

Evidentemente, esses diversos indivíduos que permanecem, em alguma medida, alheios às novas formas tecnológicas de vida estabelecem com elas modos de relação muito distintos dos que são estabelecidos por aqueles que encontram nessas novas composições em rede os marcadores fundamentais para a condução da rotina. Estes últimos são, na sua maioria, jovens, crianças e adolescentes que nasceram e cresceram em um mundo onde as TICs já operavam como participantes ativos de várias das instâncias da vida. Um mundo onde só se vê minorar tanto as dificuldades de acesso, quanto a desvalorização das relações que são tecidas pela vinculação com as máquinas e

com os sistemas informáticos – entre outros “partícipes” (Latour, 2012: 40) menos evidentes que ajudam a compor os complexos agenciamentos sociotécnicos. Já íntimos da interface, os mais jovens tendem a ser, não exclusivamente, mas prioritariamente, os efetivos habitantes das novas formas de vida social em rede. Eles dividem espaço com vários outros para quem ainda há um mínimo de cerimônia nas interações que envolvem as tecnologias digitais, embora dificilmente possam evitar intercâmbios dessa natureza. Diferentemente dos habitantes, os indivíduos que mantêm alguma reserva em relação à novidade portam-se diante dela como fossem aventureiros ou estrangeiros, para quem as permutas pela interface adquirem conformações muito particulares de sentido.

Essas três conhecidas figuras, o aventureiro, o estrangeiro e o habitante, ajudam a dar contorno a uma variação nos modos de relação com as novas dinâmicas em rede que perpassam todo o processo pelos quais elas vêm sendo configuradas e assimiladas como legítimas formas de vida social. Obviamente, não há como esperar de apenas três tipos sociais a capacidade de abarcar a vastíssima gama de características pessoais, condições de vida e posicionamentos que distinguem entre modos de relação tão diversos quanto são diversos os indivíduos que convivem com as novas formas sociais. Entretanto, algumas características que tipificam cada uma dessas três figuras oferecem parâmetros para um melhor entendimento das diferentes posturas assumidas pelos indivíduos que, desde os anos 1990 vêm integrando as dinâmicas sociotécnicas e redefinindo muitos dos habituais os modos de ser no mundo.

As particularidades que dizem respeito ao aventureiro e ao estrangeiro remetem tanto aos primeiros exploradores da Web quanto aos assíduos praticantes da ainda vigorosa colaboração em rede. Alguns dos pormenores que ajudam a caracterizar o aventureiro e o estrangeiro podem ser encontrados nas elaborações de Simmel (1983; 2005). Pela ótica do autor, ambos, cada um à sua maneira, trazem a marca da dualidade, condição fundamental para elucidar a ambígua posição daqueles que se inserem nas novas formas tecnológicas de

vida ao mesmo tempo em que, em certa medida, permanecem estranhos a elas. Diferentemente do habitante, cujas possíveis ambiguidades são largamente sobrepujadas por uma espécie de imanência ou de senso de pertencimento que o faz um *espécime* muito peculiar em relação aos outros dois tipos. Os habitantes são largamente encontrados nos sites de redes sociais exprimindo suas experiências e seus testemunhos, publicando suas imagens e compartilhando material proveniente de suas vidas pessoais. Nunca é demais ressaltar, entretanto, que eles também se envolvem nas dinâmicas colaborativas da Web 2.0, assim como os indivíduos que se colocam como aventureiros e estrangeiros nas redes sociotécnicas também participam da Web social. Mas há diferenças de ênfase manifestas tanto nas escolhas por um ou outro serviço de rede, como nos modos de agir nas diversas circunstâncias.

Um aprimoramento nas qualificações que dão consistência à imagem do habitante é proporcionado por Heidegger (1958). Em sua sofisticada discussão sobre *construir, habitar e pensar*, ele expande o significado do termo habitar ao de “ser sobre a terra” (Heidegger, 1958: 174). Nessa concepção, habitar equivale a construir, cultivar, edificar não somente esse ser no mundo, mas também o mundo onde se *é*. Trata-se de uma abordagem que nos permite observar como os habitantes das novas formações sociotécnicas são hoje em dia seus exímios realizadores e notar que são eles os privilegiados tradutores por transposição da interface. É claro que os aventureiros e os estrangeiros também operam como agentes da novidade, eles não se eximem de abrir passagens pela interface e de promover agenciamentos entre o mundo físico e o digital. São eles, a propósito, os grandes pioneiros das novas formas de vida em rede. O fazem, contudo, muito distintamente do habitante, com menos naturalidade que ele, não por inabilidade, mas por importantes diferenças nos modos de relação com as formações sociais que ajudam a compor. Essas diferenças ficam notáveis quando são considerados alguns dos principais atributos que definem os três tipos sociais.

O aventureiro é aquele que tem o dom de manter determinadas atividades ou experiências algo exteriores ao contexto mais geral da vida, ainda

que elas façam parte desse contexto. A aventura, observa Simmel (2005), “é um corpo estranho em nossa existência, que, no entanto, é de alguma forma ligado ao centro” dessa mesma existência. De tal maneira que, na aventura, “o externo é, mesmo via um longo e não habitual desvio, uma forma do interno” (Simmel, 2005: 170). Dotada de começo e fim, a aventura encontra uma totalidade de sentido nela própria, dispensando qualquer ligação ou entrelaçamento com os encadeamentos da rotina para tornar-se significativa. Simmel propõe uma interessante metáfora que expressa essa espécie de independência da aventura em relação aos múltiplos acontecimentos cotidianos cujas concatenações conformam um sentido de continuidade e integridade para o curso da vida individual. Sobre a aventura, ele argumenta que “o seu começo e o seu fim são determinados como uma ilha na vida, de acordo com suas próprias forças formadoras, e não como um pedaço de um continente, determinado simultaneamente pelo lado de cá e de lá” (Simmel, 2005: 171).

Os eventos do dia a dia encontram equivalência metafórica nas partes de um mesmo continente porque determinam fronteiras entre si, isto é, cada um termina à medida que outro começa. É notável que, por exemplo, uma vez finalizado o desjejum, toma-se a rua, onde a estadia será concluída pela chegada em algum lugar em que será iniciada determinada atividade, cuja interrupção dará início a outra e assim por diante, até o apagar das luzes na hora do sono que finaliza o ciclo de um dia. Um verdadeiro *continente de sentido* pode ser narrado nessa sucessão de acontecimentos diários. Já a aventura se interpõe a essa totalidade como uma ilha que não se liga a nenhuma dessas atividades rotineiras nem quando inicia, nem quando finaliza. Ela é um desvio que nos endereça a outra totalidade de sentido fechada em si mesma. Normalmente, retorna-se da aventura à rotina, como se não houvesse alguma interrupção que a proporcionasse. Essa possibilidade de isolamento da aventura é, contudo, superada pelo próprio aventureiro, ao passo em que o conjunto de sua experiência individual a abrange. O aventureiro assimila a aventura a sua existência sem que para isso tenha que destituí-la de seu sentido como evento isolado. Ele “introduz um sentimento central da vida, que é conduzido por meio

da excentricidade da aventura e produz uma necessidade nova e significativa de sua vida” (Simmel, 2005: 173). A aventura torna-se, assim, uma abrangência especial que, embora excêntrica ao cotidiano de quem a experimente, torna-se parte integrante do curso desse cotidiano.

A curiosa relação entre a aventura e os outros acontecimentos da rotina absorve a lógica da complementaridade, aos moldes em que esta foi discutida por Santos e Cypriano (2011a). Tal lógica dá mostras de sua especificidade quando tratada comparativamente à da complementaridade, que se funda na ideia de que algo exterior a uma totalidade é a ela adicionado para *completá-la* ou, no sentido estrito da palavra, para *complementá-la* ali onde existe alguma falta ou ausência. A complementaridade, por sua vez, diz respeito a “um adicional exterior, um extra por princípio desnecessário, que se oferece a uma coisa já completa, algo já pleno. Em vista disso, ele é associado a um supérfluo que se apresenta a um todo já completo, vindo de fora dele. O suplemento é, afinal, um estranho àquilo que é próprio à totalidade que ele suplementa”. Não deixa, entretanto, de se juntar a essa totalidade, até mesmo alcançando seu âmago. O suplemento provoca, assim, “a inevitável convivência de dois significados ‘cuja coabitação é tão estranha quanto necessária’” (Derrida *apud* Santos & Cypriano, 2011a: 17). Ele redimensiona o que já estava completo por trazer algo além do suprimento de uma demanda. O suplemento acrescenta elementos àquilo que o engloba no mesmo ato em que o faz tributário de sua presença.

É pela lógica da complementaridade que o aventureiro das redes sociotécnicas assimila as novidades ao curso de sua vida. Ele não expressa uma necessidade premente de transpor a interface ou uma carência de sentido como motivador que o impele nessa direção. Manifesta, antes, um movimento que preserva a integridade de sentido tanto das experiências que se dão no ambiente digital, quanto a das que se passam no ambiente físico. O aventureiro faz conviver essas duas totalidades que podem ser tão estranhas entre si, quanto conjugadas à continuidade da vida individual. Ele opera preferencialmente por imersão através da interface, quando se aparta das atividades e relações contíguas para dedicar-se a uma experiência online que

tem começo meio e fim. Foi desse modo que muitos dos primeiros aventureiros da Web se inseriram nas comunidades virtuais e lá criaram laços que permaneciam tão exóticos quanto íntimos face aos que eram estabelecidos no entorno físico. Foi também como aventureiro que muitos indivíduos promoveram a Web 2.0 e consagraram as atitudes de abertura e colaboração como prioritariamente válidas nas redes que frequentavam. Não raro se envolviam em dinâmicas online muito distantes daquelas que executavam no dia a dia. Ainda hoje o modo de relação com as novas formas de vida social assume o perfil da aventura para alguns de nós ou para muitos de nós em situações específicas.

Com o estrangeiro as coisas se passam de outra maneira. Enquanto o aventureiro lida com circunstâncias cuja exterioridade em relação ao contexto de sua vida adquire sentido pela demarcação de um começo e de um fim, o estrangeiro se encontra numa condição de transição, mais ou menos provisória, de um contexto de vida para outro. O aventureiro chega e vai embora, retorna ao ponto de onde havia partido. Já o estrangeiro é, como o define Simmel, o indivíduo que “chega hoje e amanhã fica. Este é, por assim dizer, o viajante potencial: embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir” (Simmel, 1983: 182). De modo que o cerne de sua posição em relação às novas circunstâncias de vida social está no fato de que ele não pertence a elas desde sempre, o que, em compensação, lhe dá chances de nelas introduzir elementos provenientes do contexto de onde havia partido. A ambiguidade do estrangeiro decorre dele tornar-se integrante de determinada formação social, fazer-se membro dela, sem deixar de ser a ela exterior, um ente estranho a ela. Adquire, desse modo, ele próprio, o estatuto de um suplemento que “se intromete como uma peça extra” bem ali onde não detém propriedade alguma (Simmel, 1983: 183). A relação de suplemetaridade que ele provoca se dá pela síntese entre proximidade e distância, sendo que ele pode estar ocasionalmente muito próximo de todos os outros integrantes de uma mesma formação social sem que para isso deixe de estar distante deles.

A manutenção de algum distanciamento em relação ao que também está muito próximo proporciona ao estrangeiro uma dose de objetividade na condução das relações. É bom lembrar, com Simmel, que a “objetividade não significa de maneira alguma não-participação (que geralmente exclui tanto a interação subjetiva quanto a objetiva), mas um tipo específico e positivo de participação” (Simmel, 1983: 184). No que diz respeito aos modos de relação com as novas formas de vida social em redes sociotécnicas, essa participação mais objetiva transparece nos relatos, testemunhos e depoimentos que primam pela reflexividade e pela ponderação no cultivo dos laços.

O material que, há cerca de uma década, vem sendo publicado nos blogs é repleto desse tipo de participação. Mesmo aqueles que conservam o caráter confessional próprio à *modalidade blog* de abertura e compartilhamento reportam a narrativas pautadas pela concatenação coerente dos eventos relatados. É muito usual nesse contexto a prática de um modo de expressão que faz transparecer aquilo que Bourdieu (1996) trata como uma “preocupação com a cronologia e tudo o que é inerente à representação da vida como história” (Bourdieu, 1996: 189). Isso caracteriza profundamente a apropriação social dos blogs, esses exímios exemplares das redes fixas que favorecem uma postura de dedicada atenção a tudo o que se passa para além da interface. Trata-se de um formato tecnológico que incentiva não somente a imersão no ambiente online, como também a introspecção, a reflexão e a recordação pelas quais os acontecimentos publicados são logicamente encadeados na cronológica sucessão da vida individual daquele que os publica.⁸⁴ Nos blogs a escrita e a expressão de si tendem a ser prioritariamente reflexivas, manifestando a postura de objetividade do indivíduo que se propõe a publicá-las, inserindo-se como um nó nas redes sociotécnicas.

Muitos *blogueiros* apresentam, assim, os traços do estrangeiro. Eles introduzem nas novas composições em rede importantes marcadores dos costumeiros modos de vida, como é o caso da recorrente referência aos limites que ajudam a dar contorno à habitual forma da individualidade singular. O fazem, entretanto, já

⁸⁴ Uma discussão sobre esse tema foi realizada em Santos & Cypriano (2010a) a partir da comparação entre os modos de expressão de si em blogs e microblogs.

interpelando esses mesmos limites ao transpor as fronteiras que resguardam a esfera da privacidade. Muitas vezes preocupados com a coerência da sucessão cronológica das experiências narradas, levam a público algumas de suas vicissitudes mais íntimas. Abrem espaço aos leitores de seus *posts* para participar, via comentários, como autores dos conteúdos publicados nos blogs. É claro que esses indivíduos que operam com estrangeiros nas redes sociotécnicas não se restringem aos intercâmbios que se passam nos blogs. Eles estão também em várias outras dinâmicas colaborativas. São adeptos da “enunciação coletiva” (Deleuze & Guattari, 2003) que é realizada nos Wikis, são consumidores que participam da produção daquilo que consomem, se envolvem nos reticulares processos de controle de qualidade, e assim por diante. Fazem dos limites que normalmente regem a vida social o ponto de partida, isto é, o ponto “à partir de que qualquer coisa *começa a ser*” (Heidegger, 1958: 183), dando impulso a outras configurações socioculturais, onde esses mesmos limites são continuamente trespassados.

Os estrangeiros estão dispersos pela Web, onde encontram suporte para suas atividades profissionais e de lazer, para suas ações instrumentais e afetivas. Animam grande parte dos formatos tecnológicos que representam um importante momento da constituição desses novos coletivos em rede – a Web 2.0 –, quando todos eram aventureiros e/ou estrangeiros nas plataformas tecnológicas. Os estrangeiros foram aqueles que chegaram para ficar. Eles trouxeram de alhures suas bagagens e enxertaram em meio aos dígitos binários suas vivências acumuladas no mundo físico. Junto aos aventureiros eles vêm, há tempos, construindo esse extraordinário produto cultural que marca nosso tempo. Boa parte dos modos de ser que dizem respeito a essas novas formas sociais não é senão a “realização objetiva” de suas subjetividades, para usar os termos de Simmel (2005: 52). Resguardam, porém, a possibilidade de ir embora, de retornar ao lugar de onde partiram. Isso se dá na medida em que os estrangeiros podem tranquilamente desligar suas máquinas de conexão em rede e dar sequência à suas experiências no espaço contíguo. Nos sites de redes sociais, eles coexistem com os habitantes, mas, ao contrário destes, distinguem claramente entre as relações que estabelecem na vida online e na offline. Convivem, nesses sites, com seus filhos, alunos, sobrinhos, e ficam surpresos com a

especial maneira como esses jovens indivíduos distribuem a atenção entre o cultivo de relações sociais e as atividades rotineiras que atravessam a interface como se ela não existisse. Estão muito próximos desses habitantes das redes, mas permanecem algo distantes dessa nova experiência de ser no mundo. Nunca deixarão, afinal, de ser estrangeiros nessas constelações sociotécnicas.

Os estrangeiros encontram na interface uma espécie de fronteira porosa que oferece as passagens por onde são estabelecidas as ligações entre duas multiplicidades heterogêneas e que, entretanto, traçam os limites que distinguem entre essas multiplicidades. Lidam com ela como lidam com os outros limites que orientam seus modos de vida, reconhecendo-a e transpondo-a. As fronteiras da interface aparecem cada vez que é desligado um computador ou qualquer outro tipo de aparelho de conexão. Já o habitante não se atém a esse tipo de delimitação. Para ele não há qualquer relevância nessa espécie de fronteira que demarca uma exterioridade do outro lado da interface. Ele não dá importância à ideia de uma distinção entre o lado de cá e o lado de lá. O habitante não se posiciona aquém ou além da interface. Ele nasceu e vive em um mundo onde são corriqueiras as translações entre os acontecimentos locais e os fluxos de alcance global, onde a experiência pode ser indefinidamente prolongada através dos encadeamentos sociotécnicos, sem que para isso ocorram rupturas. É esse o mundo que ele habita, o mundo onde ele é.

Considerando, com Heidegger (1958), que “a maneira como tu és e como eu sou, a maneira como nós homens *somos* sobre a terra é o *buan*, a habitação” (Heidegger, 1958: 173), fica plausível a peculiaridade dos modos de ser do habitante das redes.⁸⁵ Ele é o que é à medida que habita. Ele se faz onde habita e faz seu *habitat*. Cultiva e é cultivado enquanto permanece, cuida, constrói. O habitante das novas formas sociais em rede é conectado às múltiplas redes que se encadeiam através da interface. Ele mantém-se, *always on*, ligado a elas. Não é à toa que ele compartilha com suas redes de relações sociais toda e qualquer experiência vivida, mesmo as mais íntimas, que ele abre sua biografia à participação dos outros, que ele faz *check in* dos lugares por onde transita, entre tantas outras ações que supõem a

⁸⁵ O termo *buan* empregado por Heidegger nesse texto é proveniente do “velho-alto-alemão” e designa tanto construir quanto habitar, permanecer, morar. Ver Heidegger (1958: 172).

travessia da interface. Ele habita as novas configurações reticulares onde co-habitam as máquinas, os sistemas informáticos, os cabos, os sinais de infravermelho, os satélites, as ruas, as placas de trânsito, os outros indivíduos, alguns que estão fisicamente próximos, outros muito distantes. Para ele não há sentido em fixar fronteiras entre um lado e outro da interface.

A tarefa do tradutor

Os modos de ser do habitante das novas formas de vida social em rede englobam o ofício da tradução por transposição da interface. Sobre a *tarefa do tradutor* vale remeter à exposição de Walter Benjamin (2000) e à posterior discussão de Derrida (2006) a esse respeito. Benjamin faz uma elaboração em torno das relações entre o original e sua tradução que foi minuciosamente examinada por Derrida e que nos permite uma aproximação muito singular do que pode significar para o habitante das redes o ato de tradução pela travessia da interface. Benjamin encontra entre a tradução e o original muito mais que uma transmissão de significado, antes, uma “correlação de vida”. Ele argumenta que “do mesmo modo como as manifestações da vida, sem nenhum significado para o vivo, estão com ele na mais íntima correlação, assim a tradução procede do original. Certamente menos de sua vida que de sua ‘sobrevida’” (Benjamin, 2000: 246). A noção de sobrevida é central nesse contexto de pensamento. É interessante notar que Benjamin evoca a concepção de vida a partir de uma perspectiva histórica e não orgânica, como faz Simmel. Ele considera a sobrevida como uma possibilidade de existência do original para além do tempo e do lugar onde ele tem vida. Sobrevida como vida para além da vida. Na tradução, diz Benjamin, “a vida do original, em sua constante renovação, conhece seu desenvolvimento o mais tardio e o mais expandido” (Benjamin, 2000: 247).

Derrida (2006) retoma essa concepção de Benjamin e explora a ideia de sobrevida que dá consistência ao ato de tradução. Ele observa que “se o tradutor não restitui nem copia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se” (Derrida, 2006: 46). Derrida procura eximir

o tradutor do eterno dever de restituir ao original seu sentido, pois essa exigência o coloca na condição de endividado, de alguém que se encontra em situação de devolver ao original algo que foi retirado. Remetendo a Benjamin, Derrida redefine a posição do tradutor como “agente de sobrevida”, frisando que “tal sobrevida dá um pouco mais de vida, mais que uma sobrevivência” (Derrida, 2006: 33). Por esse ponto de vista, a tradução está muito distante da noção de cópia infiel, ela assume o status de uma “transposição poética” (Derrida, 2006: 47) que transgride os limites do que é traduzido e o transforma ampliando-o, estendendo-o. De tal modo que se põe em vigor uma relação de “duplo endividamento” (Derrida, 2006: 41), na medida em que original já demanda a tradução.

Com a noção de duplo endividamento, a análise de Derrida introduz um novo elemento à relação entre o original e a tradução. Essa noção remove uma suposta hierarquia que colocaria a tradução em lugar secundário face ao original. Se, de um lado, a tradução deve ao original a obrigação de restituí-lo naquilo que ela falha em traduzir, do outro, o original torna-se tributário da expansão de vida que lhe é oferecida pela tradução. Ele passa, então, a padecer dessa exigência em seu próprio sentido de originalidade. Não alcançaria esse estatuto não fosse pela tradução. Ao oferecer sobrevida ao original, a tradução acusa as limitações dele. Nenhuma originalidade ele teria, assim como mais restrita seria sua vida sem os acréscimos que ela proporciona a ele. O original torna-se, nesse sentido, “o primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar – e por lastimar após a tradução” (Derrida, 2006: 40).

É interessante abordar à luz dessa lógica a tradução que o habitante das novas formas sociais realiza nas travessias da interface. Considerando que se trata da transposição de material colhido em suas experiências online ou offline, fica possível perceber que a tradução tem o potencial de ampliar, estender, prolongar, mais que simplesmente transmitir aquilo que é traduzido. Tudo o que se testemunha ou vivencia de um lado ou de outro da interface pode adquirir sobrevida pelo ato da tradução. Há entre os habitantes uma perda do costumeiro sentido de originalidade das experiências que eles partilham em

rede, na medida em que a travessia da interface, ou, para usar os termos de Derrida (2006), a “transposição poética” da interface expande tais experiências e as redimensiona, traindo nelas, desde o início, uma necessidade de tradução. Aqueles que *são* onde a interface se torna ubíqua promovem continuamente o prolongamento das próprias experiências de vida. Diferentemente dos estrangeiros ou dos aventureiros para quem ainda faz algum sentido localizar aqui ou lá a originalidade do que é compartilhado com suas redes de relações, os habitantes manifestam um modo de relação com esse tipo de intercâmbio muito mais pautado pela potência da expansão do vivido que pela definição de pontos de origem.

Expansão e contágios

Preservadas as diferenças nas posições e atitudes dos vários indivíduos em relação às novas formas sociais, ficam os traços de uma mesma direção no processo de composição desses novos modos de vida em rede: há sempre pela transposição da interface a promoção de um *acréscimo* na experiência que a redimensiona. Desde o começo da Web a abertura e o compartilhamento estão se estabelecendo como importantes norteadores no encadeamento das ações que conduzem os intercâmbios em rede no sentido de uma expansão das experiências de seus integrantes. Isso se dá nas muitas maneiras pelas quais o cotidiano vem englobando as trocas online e nas várias modalidades de inserção da vida em ambiente digital, quando ocorre a criação de algum tipo de “agenciamento” (Deleuze & Guattari, 1995, 2003; Deleuze & Parnet, 1998) entre as multiplicidades que se estendem de um lado e de outro da interface.

Nesses contínuos agenciamentos estão sendo redefinidas as condições pelas quais somos *nós* de redes e nos ligamos uns aos outros. Contando com a presença de indivíduos cada vez mais abertos às permutas com a alteridade, a tendência que se manifesta é a de um crescente cultivo dessas formas de ligação sociotécnica que prolongam o escopo do que é por eles vivenciado. Cultivação que se realiza tanto nas diferentes maneiras pelas quais é operada a lógica da complementaridade, quanto nas múltiplas traduções que oferecem sobrevida ao

vivido. Vida para além da vida que nas travessias da interface é reenviada sobre si mesma, provocando cada vez mais “dobras” (Deleuze, 1988) entre as quais decorrem os novos contágios, num intenso processo que ainda não deu mostras de onde pode chegar.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked: a nova ciência dos network*. Barueri: Leopardo Ed., 2009.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacro e simulações*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENJAMIN, Walter. "La tache du traducteur". In: Benjamin, W. *Œuvres I*. Paris: Gallimard, 2000.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

BOASE, Jeffrey, HERRIGAN, John B., WELLMAN, Barry, RAINIE, Lee. "The Strength of internet ties". *Pew Internet & American Life Project*, Washington, 2006. Disponível em <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/index.html>. Acesso em 12/11/2012.

BOASE, Jeffrey & WELLMAN, Barry. "Redes virais: viroses biológicas, computacionais e de mercado". In: DUARTE, F., QUANDT, C. & SOUZA, Q. (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão bibliográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOYD, Danah. "Understanding Socio-Technical Phenomena in a Web2.0 Era." MSR New England Lab Opening, Cambridge MA, September 22, 2008.

BOYD, Danah. "Streams of content, limited attention : the flow of information through social media". *Web 2.0 Expo*, New York, november, 17, 2009.

BREIGER, Ronald L. « Control Social y redes sociales: un modelo a partir de Georg Simmel », *Política y Sociedad*, nº33, Madrid, 2000, pp. 57-72.

BREIGER, Ronald L. "The analysis of Social Networks". In: HARDY, Melissa & BRYMAN, Alan. *Handbook of data analysis*. London: SAGE Publications, 2004, pp. 505-526.

CASILLI, Antonio A. *Les liaisons numériques: vers une nouvelle sociabilité?* Paris: Éditions Du Seuil, 2010.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol I. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M., FERNANDEZ-ARDÈVOL, M., QIU, J. L., SEY, A. *Comunicação móvel e sociedade. Uma perspectiva global*. Lisboa: Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

CALLON, Michel. "Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos". In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008: 302-321.

CALLON, Michel. "A coperação das ciências e da sociedade". In: *Política e Sociedade*, nº 14, abril de 2009, pp. 383-406.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRUZ, Nina V. & ARAUJO, Camila L. "Imagens de um sujeito em devir: autorretrato em rede". *Revista Galáxia*, São Paulo, nº23, jun. 2012, pp. 111-124.

CYPRIANO, Cristina P. *Nada tão fútil que não possa dizê-lo útil: a atividade de consumo na experiência contemporânea*. Dissertação de mestrado, 2008. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7GYTVH/cristina_cypriano_disserta_o.pdf?sequence=1. Acesso em 09/11/2012.

DEGENNE, Alain & FORSÉ, Michel. *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Colin, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Le pli: Leibniz et le baroque*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995. Vol. 1.

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka: para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2003.

DERRIDA, Jacques & BERGSTEIN, Lena. *Enlouquecer o subjétil*. São Paulo: Ateliê Editorial Ltda, Fundação Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado S. A., 1998.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

DE SOUZA E SILVA, Adriana. "Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos". In: ARAUJO, Denise C. (org.) *Imagem (ir)realidade: comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

- DIGGINS, John P. *Max Weber: a política e o espírito da tragédia*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- DUVIGNAUD, Jean. *Fêtes e civilisations*. Paris: Scarabée & Co, 1984.
- ELIAS, Norbert. *Qu'est-ce que la Sociologie*. Paris: Pandora/Des Sociétés, 1981.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Vol 2.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1997.
- FEIJÓO, Claudio. "Social computing and mobile ecosystem". In: PUNIE, Yves et al. (eds.). *The Impact of Social Computing on the EU Information Society and Economy*. Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 2009. pp 61-72.
- FERREIRA DOS SANTOS, Jair. *Breve, o pós-humano*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2003.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos III: estética – literatura, pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FRAGOSO, Suely, RECUERO, Raquel & AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

GRANOVETTER, Mark S. "The strength of weak ties". *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1973, pp. 1360-1380.

GRANOVETTER, Mark S. « Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão ». *RAE-eletrônica*, v.6, n.1, Art.5, jan/jun. 2007.

GRUZD, A., WELLMAN, B, TAKHTEYEV, Y. "Imagining Twitter as na Imagined Community". In: *American Behavioral Scientist*, out/2011, vol. 55, pp. 1294-1318.

HARAWAY, Donna. "A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century". In: *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.

HEIDEGGER, Martin. "Batir, habitar, pensar". In HEIDEGGER, M. *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1958.

HOGAN, Bernard J. *Networking in everyday life*. A thesis submitted in conformity with the requirements for the degree of Doctor of Philosophy Graduate, Department of Sociology, University of Toronto, 2009. Disponível em http://individual.utoronto.ca/berniehogan/Hogan_NIEL_10-29-2008_FINAL.pdf Acesso em 12/12/2012.

JAUSS, Robert Hans. “O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis, aisthesis e katharsis*”. In: LIMA, Luiz Costa (org.) *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LASH, Scott. “A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade”. In: GIDDENS, A., BECK, U. & LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

LASH, Scott. “Technological forms of life”. *Theory, Culture and Society*. Vol. 18 (1), 2001.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *A esperança de pandora*. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA, Bauru: EDUSC, 2012.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. *Le bonheur paradoxal: essai sur la société d`hyperconsommation*. Paris: Gallimard, 2006.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas”, in: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974.

MENDES DE ALMEIDA, Isabel & TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

MERCKLÉ, Pierre. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

MOL, Annemarie & LAW, John. "Regions, networks and fluids: anemia and social topologia". *Social Studies of Science*, nº24, 1994, pp. 641-671.

MURRAY, Susan. "Digital images, photo-sharing, and our shifting notions of everyday aesthetics". *Journal of Visual Culture*, 7, August 2008, pp. 147-163.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NORA, Dominique. *Os conquistadores do ciberespaço*. Lisboa: Terramar, 1995.

O'REILLY, Tim. "O que é Web 2.0", tradução do original em inglês, 2006.

Disponível em <http://www.montanaagriculture.com.br/imagens/downloads/837105.pdf>.

Acesso em 05/12/2012.

PARK, Han Woo & THELWALL, Mike. "Rede de hyperlinks: estudo da estrutura social na internet". In: DUARTE, F., QUANDT, C. & SOUZA, Q. (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PETITOT, Jean. "Centrado/acentrado". In: *Lógica-Combinatória*. Enciclopédia Einaudi, vol 13, 1988, pp. 336-393.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RHEINGOLD, Howard. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996.

RHEINGOLD, Howard. *Foules Intelligentes. La revolution qui commence*. Paris: M2 Editions, 2005.

ROSENTHIEL, Pierre. "Labirinto". In: *Lógica-Combinatória*. Enciclopédia Einaudi, vol 13. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 247-273.

ROSENSTIEHL, Pierre. "Rede". In: *Lógica-Combinatória*. Enciclopédia Einaudi, vol 13, 1988, pp. 228-246.

SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. New York: Aldine Publishing Company, 1972.

SANTOS, Francisco C. “Peripécias de agosto: alguns episódios da cena hacker”. *Revista Fronteiras. Estudos midiáticos*. São Leopoldo-RS, vol. IV, nº 2, dez. 2002, pp. 79-101.

SANTOS, Francisco C. “Boca a boca *high-tech*: os blogs e as relações público/privado”, in: JESUS, Eduardo de & SALOMÃO, Mozahir (orgs.) *Interações plurais. A comunicação e o contemporâneo*. São Paulo, Annablume, 2008, pp. 207-225.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. *Secreções digitais de subjetividade*. (2010a). Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/129568988/Secrecoes-Digitais>. Acesso em 05/03/2013.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. *Novas configurações do consumo em rede: dissipação e criação de valor*. (2010b). Disponível em [http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.1-Francisco Coelho dos Santos Cristina Petersen Cypriano1.pdf](http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.1-Francisco_Coelho_dos_Santos_Cristina_Petersen_Cypriano1.pdf). Acesso em 12/01/2013.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. “Blogs e wikis: duas formas de colaboração em redes sociais”. *Ciência em movimento*. Ano XIII, nº 26, 1º semestre, 2011a.

SANTOS, Francisco C. & CYPRIANO, Cristina P. “Redes sociais, redes de sociabilidade”. (2011b). Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/129361476/Redes-Sociais-Redes-de-Sociabilidade>. Acesso em 05/03/2013.

SCHÜTZ, Alfred. “O estrangeiro: um ensaio em psicologia social”. *Revista espaço acadêmico*, nº 113, outubro de 2010, pp. 117-129.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio G. (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal”, in: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. “O estrangeiro”, in: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. “Superordenação e subordinação – introdução”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza, 1986, 2 vol.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: PUF, 1987.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité/II*. Paris: Payot, 1990.

SIMMEL, Georg. “La significación estética del rostro”. In: SIMMEL, G. *El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

SIMMEL, Georg. “Puente y puerta”. In: SIMMEL, G. *El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 2001.

SIMMEL, Georg. *Filosofia del dinero*. Granada: Comares, 2003.

SIMMEL, Georg. “A aventura”. In: SOUZA, J. & OËLZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 2005. 2ª ed.

SIMMEL, Georg. “A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900)”. In: SOUZA, J. & OËLZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 2005. 2ª ed.

- SIMMEL, Georg. "O conceito e a tragédia da cultura". In: SOUZA, J. & OËLZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 2005. 2ª ed.
- SIMMEL, Georg. "O indivíduo e a liberdade". In: SOUZA, J. & OËLZE, B. (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 2005. 2ª ed.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUZA, Queila & QUANDT, Carlos. "Metodologia de análise de redes sociais". In: DUARTE, F., QUANDT, C. & SOUZA, Q. (Orgs.). *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- URRY, John. *Sociologie des mobilités. Une nouvelle frontière pour la sociologie?* Paris: Armand Colin, 2005.
- VAZ, Paulo. "Esperança e excesso", in: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre, Sulina, 2004.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- WATIER, Patrick. *Éloge de la confiance*. Paris: Éditions Belin, 2008.
- WATTS, Duncan J. *Seis graus de separação*. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.
- WEBER, Max. "Ciência como vocação". In: MILLS, W.; GERTH, H. (Orgs.). *Weber – Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WEBER, Max. "Política como vocação". In: MILLS, W.; GERTH, H. (Orgs.). *Weber – Ensaios de sociologia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 4ª ed.
- WELLMAN, Barry. "Physical place and cyberplace: the rise of networked individualism". *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol 25.2, June 2001.

WELLMAN, Barry. "The persistence and transformation of community: from neighbourhood groups to social networks". *Report to the Law Commission of Canada*. Wellman Associates, October 30, 2001. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF>. Acesso em 15/10/2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2005.